

**CRISLAYNE FÁTIMA DOS ANJOS**

***EL LIBRO DE LAS BÉSTIAS* DE RAMÓN LLULL:  
A ILUSTRAÇÃO DO FENÔMENO POLÍTICO PELA  
ANIMALIDADE (SÉCULO XIII).**

ASSIS

2020

**CRISLAYNE FÁTIMA DOS ANJOS**

***EL LIBRO DE LAS BÉSTIAS DE RAMÓN LLULL:*  
A ILUSTRAÇÃO DO FENÔMENO POLÍTICO PELA  
ANIMALIDADE (SÉCULO XIII).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Drº Ruy de Oliveira Andrade Filho.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código do Financiamento: 001.

ASSIS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

A599L Anjos, Crislayne Fátima dos  
El Libro de las Béstias de Ramón Llull: a ilustração do  
fenômeno político pela animalidade (século XIII) / Crislayne  
Fátima dos Anjos. Assis, 2020.  
109 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual  
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho

1. Llull, Ramón - m1315. 2. Bestiários. 3. História. I.  
Título.

CDD 940.1

## UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

### CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *EL LIBRO DE LAS BÉSTIAS* de Ramon Llul: A Ilustração do Fenômeno Político Pela Animalística (Século XIII).

**AUTORA: CRISLAYNE FÁTIMA DOS ANJOS**

**ORIENTADOR: RUY DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RUY DE OLIVEIRA ANDRADE  
FILHO Departamento de História /  
UNESP/Assis

Prof. Dr. MILTON CARLOS COSTA  
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. RONALDO AMARAL  
UFMS/Campo Grande

Assis, 15 de abril de 2020

A Lydia Eva Irmer dos Anjos.  
*(in memorian).*

Blackbird singing in the dead of night  
Take these sunken eyes and learn to see  
All your life  
You were only waiting for this moment to be free.  
Blackbird, fly, blackbird, fly  
Into to the light of the dark black night.  
*Blackbird – Beatles.*

## **AGRADECIMENTOS.**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais. Creio que eles não sabem o quão foram importantes suas contribuições para a edificação desta pesquisa. A minha mãe, que se desdobrava em “mil”, mães, para que eu pudesse estudar tranquilamente e ao meu pai, que se fez presente durante todo o trajeto, auxiliando e sempre questionador. Nunca conseguirei retribuir todos os esforços que vocês fizeram, pois eles são imensuráveis.

Às minhas irmãs, Cristiane e Cristina, por estarem comigo desde o princípio, quando minha bolsa escolar era maior do que eu. Obrigada, desde me levarem às aulas, por se desdobrarem para me proporcionar o melhor e por estarem sempre presentes. À Rafaela, por trazer luz para minha família a quase treze anos e me proporcionar experimentar os sabores de ser tia. Ao Willian, meu namorado, pelos incentivos e por ser sustento mesmo em meio as minhas ausências, cansaços e dias ruins. Eu amo vocês.

Ao Ruy, por acolher-me em meio as deficiências do projeto inicial e guiar-me neste caminho desconhecido que fora o mestrado. Agradeço por ter abraçado uma estudante e pesquisadora imatura, com muito a aprender. Suas contribuições, sua amizade, seu zelo e seus esforços para com esta pesquisa e para comigo foram cruciais nesta estrada. Sou-lhe profundamente grata pela confiança depositada e a liberdade concedida em todo esse processo.

A Marco Antônio Neves Soares, o Tatau, por ter me apresentado Ramón Llull em meio às suas felizes desorientações na graduação e por sempre ter me incentivado e apoiado em meio aos meus defeitos. Obrigada por ter me mostrado o caminho.

Aos meus velhos amigos de UEL que com as adversidades da vida após a graduação não se perderam em meio aos ventos do tempo e se fizeram presentes dentro de suas possibilidades. Dentre todos, agradeço em especial Bruna Lombardi, João Gustavo e Ailton Manso, que me acompanharam por todo este trajeto. Aos novos amigos de UNESP, agradeço em particular Juliana Bardella, por ter sido tão zelosa e amiga carinhosa nestes três anos. Sem nenhuma dúvida sua amizade e apoio foram imprescindíveis para essa pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Germano Miguel Favaro Esteves pela colaboração fundamental com este trabalho durante a banca de qualificação. Agradeço aos professores Dr. Milton Carlos Costa e a Dr. Ronaldo Amaral por terem aceitado

gentilmente o convite para compor a defesa. Suas avaliações serão primordiais para a continuidade desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Em meio aos tempos nebulosos que acobertam a educação nacional, meu profundo agradecimento pela concessão da bolsa de Mestrado por dois anos, cujo fomento foi importantíssimo para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à minha avó paterna, Lydia Eva Irmer dos Anjos que me deixou em meio a essa caminhada em doze de janeiro de dois mil e dezoito, com seus 94 anos. Vovó dificilmente entenderia o que isto significa, fora analfabeta a vida toda e as titulações acadêmicas nada significavam para ela. Contudo, consigo ver o sorriso, que ela me entregaria, de felicidade, ao saber que esta parte da minha caminhada chegou ao fim. Viúva desde os trinta e seis anos, criou seus oito filhos sozinha, fora um exemplo e sustento desta família mesmo depois de partir. O que acalenta sua falta é saber que está feliz onde quer que esteja e que teve seu merecido descanso, como pediu. Isto é pôr e para você, vó.

*Para cada virtude e para cada pecado há um exemplo tirado dos bestiários e os animais tornam-se figuras do mundo humano.*

O nome da Rosa – Umberto Eco.

ANJOS, Crislayne Fátima dos. ***El Libro de las Bestias de Ramón Llull: A ilustração do fenômeno político pela animalidade (século XIII)***. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o fenômeno político através do olhar dos bestiários, representação, tanto textual, como figurativa dos seres naturais, caracteristicamente populares na Idade Média e profundamente influenciado pelo neoplatonismo cristão. Transmissor de elementos simbólicos enraizados nos profundos fundamentos da exegese bíblica e das reminiscências da memória que remonta à Antiguidade, as representações animais enviavam o homem medieval para uma nova dimensão de seu próprio imaginário e de sua mentalidade. Suas dimensões moralizantes habitaram, não apenas ao espaço religioso, mas se fizeram presentes em crônicas destinadas à nobreza e reais, bem como nos tratados políticos. E sobre este último que se vai debruçar. Escrito em fins do século XIII, *El Libro de las Bestias*, obra político-filosófica catalã, cujo conteúdo versa sobre uma sociedade de Bestas que vivenciam um processo eleitoral para o ofício de rei e suas consequências. Ilustra em suas linhas, a descrição do cenário político e as minúcias de saber atuar no âmbito do poder. Seu autor, o maiorquino Ramón Llull (1232-1316), prolífico autor e transeunte confesso dos mais abundantes campos da intelectualidade medieval, se dedica em sua obra a alertar os governantes sobre os perigos que desfilam nos centros de governo. Tem como objetivo está pesquisa, buscar analisar as múltiplas facetas do poder manifestadas na corte do reino das Bestas através dos seus comportamentos e de suas expressividades. A proposta de Ramón concentra-se na ideia de que o governante trabalhe com generosidade e virtude acima de seus interesses particulares, pressuposto que se torna evidente nas esmiuçadas descrições sobre a deterioração da figura do rei diante a face obscura do poder. Paralelamente, Ramón Llull preocupa-se em advertir os governantes para que se preservem dos maus conselheiros, elementos estes que acabam por fundir-se à figura real.

Palavras-chave: Ramón Llull; Poder; Política; Animalística; Mentalidades.

ANJOS, Crislayne Fátima dos. *El Libro de las Béstias of Ramón Llull: The illustration of the political phenomenon by animality (13th century)*. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História). – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

### ABSTRACT.

This dissertation aims to analyze the political phenomenon through the eyes of bestiaries, both textual and figurative representation of natural beings, characteristically popular in the Middle Ages and deeply influenced by Christian Neoplatonism. Transmitting symbolic elements rooted in the deep foundations of biblical exegesis and reminiscences of the memory dating back to antiquity, animal representations sent the medieval men into a new dimension of his own imagery and mentality. Its moralizing dimensions dwelt not only in the religious space, but were present in chronicles destined for the nobility and the royals, as well as in political treaties. And we look at the latter. Written at the end of the 13th century, *El Libro de las Bestias*, a Catalan political-philosophical work, whose content is about a society of Beasts who experience an electoral process for the office of king and its consequences, illustrates in its lines the description of the scenario and the minutiae of knowing how to act in the realm of power. Its author, Majorcan Ramón Llull (1232-1316), prolific author and passerby of the most abundant fields of medieval intellectuality, dedicates himself in his work to warn the government about the dangers that parade in the government centers. The objective of this research was to analyze the multiple facets of power manifested in the court of the kingdom of Beasts through their behavior and expressiveness. Ramón's proposal focuses on the idea that the ruler works with generosity and virtue above his particular interests, an assumption that is evident in the detailed descriptions of the deterioration of the king through the dark face of power. Linked to this argument, at the same time, it is concerned with warning government officials to preserve themselves from bad advisors, elements that make up the royal figure.

Keywords: Ramón Llull; Power; Politics; Animalistic; Mentalities.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>                                                                                                                 | <b>12</b>  |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>1. A ARTE EM METÁFORAS MORAIS: O COMPORTAMENTO<br/>POLÍTICO.....</b>                                                                            | <b>23</b>  |
| 1.1.Ramón Llull: Expressão do pluralismo cultural do medievo.....                                                                                  | 24         |
| 1.2.A ética luliana sob o prisma sócio-político.....                                                                                               | 38         |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>2. “HABÍANSE REUNIDO MUCHOS ANIMALES SALVAJES QUE<br/>TRATABAN DE ELEGIR REY”: O QUE OS ANIMAIS TÊM A NOS<br/>ENSINAR SOBRE A POLÍTICA.....</b> | <b>47</b>  |
| 2.1. Configurações socioculturais em <i>El Libro de las Béstias</i> .....                                                                          | 48         |
| 2.2. A representação do monarca através do simbolismo animal do Leão.....                                                                          | 60         |
| 2.3. A expressividade religiosa como mecanismo de poder.....                                                                                       | 73         |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>3. DUAS OBRAS, UMA FACE: A MANUTENÇÃO DO PODER SOBERANO<br/>NO KALILA E DIMNA E NO EL LIBRO DE LAS BÉSTIAS.....</b>                             | <b>83</b>  |
| 3.1. Das similaridades e dissemelhanças entre <i>Calila e Dimna</i> e <i>El Libro de las<br/>Béstias</i> .....                                     | 84         |
| 3.2. Os espaços de conflito no <i>Calila e Dimna</i> e no <i>El Libro de las Béstias</i> .....                                                     | 97         |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                   | <b>103</b> |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                            | <b>106</b> |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>FONTES .....</b>                                                                                                                                | <b>106</b> |
| <br>                                                                                                                                               |            |
| <b>BIBLIOGRAFIAS.....</b>                                                                                                                          | <b>106</b> |

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

Quando se propõe ter, como objeto de pesquisa, os bestiários medievais, deve-se ter consciência dos riscos que circundam a pesquisa e a problemática das fontes. O bestiário quando transposto de sua áurea arrisca-se perecer em sua linguagem metafórica, podendo parecer visivelmente tolo. No âmbito do político, em particular, os riscos da insignificância crescem se exortá-lo em seu tempo, espaço e ambiente. Arriscado é voltar nas linhas do tempo em uma época tão longínqua para debruçarmos, porém, a próspera recompensa por adentrar no âmago de tais representações simbólicas é certa.

As raízes bestiais mergulhadas na antiguidade greco-latina<sup>1</sup> viram, no transcorrer do século XII, sua ascensão e crescimento produtivo na Europa, tornando-se uma das maiores representatividades do imaginário medieval. Ressaltamos dois importantes impulsos para este florescimento: em primeiro lugar, os filósofos deste século começam a considerar efetivamente os estudos do mundo natural, cujo conhecimento, conceberia os aportes necessários para que os homens conhecessem-no e, a partir disto, descobrir-se-iam a si próprios, evoluindo rumo à compreensão da ordem divina; em segundo lugar, este período vivenciou o crescimento da produção textual<sup>2</sup> por meio da formalização da oralidade em textos e gêneros latinos e temas como o *maravilhoso*, por exemplo, ressurgiram orientados pela perspectiva bíblica e evangélica.

No tocante ao *maravilhoso*, os cuidados quanto à sua conceituação atual devem ser meticolosos; o que compreendemos como uma categoria, para o homem medieval era um universo importante de onde provinham sua própria informação e formação. O primeiro problema levantado por Jacques Le Goff acerca do *maravilhoso* ocidental

---

<sup>1</sup>Histórias que abordam a natureza dos animais são encontradas em obras de Heródoto, Aristóteles e Plínio e, em particular, no Fisiólogo. Este último, em específico, explora as características e os hábitos dos animais e forneceu as sólidas estruturas para o que, posteriormente, transformar-se-ia no Bestiário. Datado do século I e III, o manuscrito original em grego perdeu-se no tempo, restando as versões latinas mais antigas, que datam do século VIII. CHAMBEL, Pedro; MIRANDA, Adelaide. (coord.). *Bestiário Medieval: Perspectivas de abordagem*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014, p.41.

<sup>2</sup>A esta literatura, Umberto Eco elenca quatro tipologias principais: 1) a narração de viagens; 2) a hagiografia; 3) a visão do Além e 4) o imaginário natural. A este último, Eco o conceitua como “baseado principalmente em *Physiologus*, que ilustra os significados espirituais dos animais e das plantas, este tipo de imaginário, depois sistematizado nos bestiários da baixa Idade Média, irá exercer profunda influência na arte e na literatura europeias”. ECO, Umberto. *Idade Média: Bárbaros, cristãos e mulçumanos*. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2010, p. 491-492.

refere-se ao espaço das heranças recebidas pela Idade Média. O autor utiliza-se deste conceito em detrimento de fontes ou origens, uma vez que, sob seu olhar, quando se trata dessa recepção, os dois últimos conceitos apresentam uma ideia de desenvolvimento obrigatório, quase automático, o que não corresponderia às situações históricas concretas. Em “heranças”, recebe-se e impõe-se a um esforço para aceitá-las ou para rejeitá-las<sup>3</sup>. O medieval sorveu o imaginário passado no seio de sua própria cultura com diferentes afeições, às vezes cru e censurado ao mesmo tempo, de acordo com referências e necessidades do seu meio. Ora, o *maravilhoso* exercia sobre os espíritos uma evidente sedução e seu enraizamento aos antigos extratos provocou no campo cultural, entre os séculos V ao XI, uma ofensiva repressiva por parte da Igreja em ocultar e/ou transformar este substrato representativo da cultura titulada pagã.

Entretanto, entre os séculos XII e XIII ocorre a irrupção do seu papel, principalmente nos romances de corte, profundamente ligados aos interesses socioculturais e a uma identidade coletiva e individual. Outro aspecto é o arrefecimento das forças Igreja, cuja pressão outrora imposta se esvai de encontro com a base laica; neste momento seu recrudescimento diminui frente à perspectiva de recuperá-lo e molda-lo. Le Goff aponta duas esferas do *maravilhoso* medieval<sup>4</sup>: aquele que resgatava na Antiguidade seus personagens mitológicos e seres fantásticos e outro estritamente cristão, tendo na Bíblia sua consubstanciação, cujo temas do Antigo e Novo Testamento traçaram-no, penetrando no contexto em voga seus personagens e fenômenos simbólicos<sup>5</sup>. São esses limites entre o natural e o sobrenatural que instigavam os homens no espaço do *maravilhoso*.

Os medievais herdaram da tradição patrística, embebida pela metafísica platônica, uma concepção de mundo sistematizada pelos símbolos como linguagem figurada de Deus e cujos vestígios foram buscados na dimensão natural. O desconhecido sempre provocou intensos conflitos na consciência humana. O cristão medieval *experienciou* o profundo desejo de aproximar-se da vida espiritual e religiosa,

<sup>3</sup>LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 2019, p. 15-16.

<sup>4</sup>As dimensões do *maravilhoso* dividiram-se, nos séculos XII e XIII, em três esferas conceituais: a *mirabilis*, de origens pré-cristãs e manifestadas sobretudo pelos bestiários e pela geografia fantástica; o *magicus* que desperta-se nas crenças folclóricas e, posteriormente, perpassa para o sobrenatural demoníaco e o *miraculosus* ou maravilhoso cristão, circunscrito no milagre (*miraculum*) e testemunhado principalmente nas vidas de santos. LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval*, *Op. cit.*, p. 21-22; ECO, Umberto. *Idade Média: Bárbaros, cristãos e mulçumanos*, *Op. cit.*, 489.

<sup>5</sup>LE GOFF, Jacques. *Maravilhoso*. In: LE GOFF, J.; J-C.SCHMITT. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2002, pp. 105-110.

na busca de satisfazer seus anseios pelo divino através de manifestações com forte carga emocional. “As percepções imaginárias foram necessárias à vida; alimentou-se com o resíduo do instinto que como uma aura circunda a inteligência”<sup>6</sup>. O imaginário não se vislumbra apenas da asséptica sintaxe de um pensamento selvagem, mas em sua progressão histórica e social, ou seja, em sua extensão concretamente humana, exorbitando os espaços delimitados pela experiência e pelas implicações discursivas que estas autorizam. A esse respeito, pode-se compartilhar dos dizeres de Hilário Franco Júnior quando o mesmo aponta que “devemos ver no imaginário um elemento de intermediação entre a realidade psíquica profunda (mentalidade) e a realidade material externa (cultura)”<sup>7</sup> e que exteriorizam sentimentos importantes de um grupo social. Ou seja, todo imaginário deve ser explorado em relação às sociedades que os utiliza, pois, em cada cultura suas fronteiras com o real sofrem variações mediante às experiências humanas individuais e coletivas.

No mundo imaginário, seus sistemas de representação desempenharam nas estruturas sociais um papel instrumental na busca pelo sentido da sociedade e pelas manifestações ligadas à realidade. Uma de suas bandeiras foram os bestiários fantásticos, cujo mundo dos animais ou dos seres mitológicos se descobre como referência ao homem<sup>8</sup>. Seu retorno ao cenário também deve-se graças às pregações que popularizou-o por sua importância nas hagiografias e para o escolasticismo de fins do século XII. A ascensão dos bestiários trouxeram uma nova leitura alegórica influenciada pelo neoplatonismo agostiniano que refletiu em toda criatura o Criador concebendo na semiologia cristã um universo de signos a se decifrar.

Incoerente é separar, nas sociedades medievais, as práticas simbólicas dos fenômenos de sensibilidade. Sinais vivos e palpáveis da presença de Deus conservavam uma dimensão determinante para suas compreensões de mundo. Para a antropologia cristã medieval, os traços do homem se revelam paralelamente onde, na primeira face mostrava-se sua ligação com Deus, por ser criado à sua semelhança e “vocado para ser o senhor de uma natureza dessacralizada”<sup>9</sup> e, na segunda, representava a imagem

---

<sup>6</sup>CURTIS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. 2ª edição. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 09.

<sup>7</sup>FRANCO JÚNIOR, Hilário. História, literatura e imaginário: um jogo espetacular. O exemplo medieval da Cocanha. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V.Z.; JUNQUEIRA, Renata Soares. *Sobre as Naus da Iniciação: Estudos portugueses de Literatura e História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 275.

<sup>8</sup>PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>9</sup>LE GOFF, Jacques. (org.). *O Homem Medieval*. Tradução Maria Jorge Vitar de Figueredo. Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 11.

conturbada, fruto da sucumbência à tentação e, por conseguinte, da renegação a Deus. Esta imagem diáde persiste por toda Idade Média; o homem que perdido pela sua culpa busca pelo paraíso e pela reconexão com Deus e seu reflexo divino, salvando-se. No que tange aos poderes e força da natureza, por exemplo, o papel desempenhado era sacralizado e respeitado no âmbito de uma mentalidade simbólica que a envolvia. Inseridos neste espaço de afluência, os animais assumir-se-iam como símbolos, articulados sobre a oratória clerical, particularmente importante na condução do homem para a contemplação das obras de Deus, por meio de um “processo revelador” dos princípios da fé cristã<sup>10</sup>.

Direcionado à crítica política, o bestiário de Ramón Llull (1232-1316) não foge à regra da máxima expressão simbólica aos quais os bestiários aludem: “considerar a natureza como espelho da revelação divina”<sup>11</sup>. Os princípios morais e didáticos do simbolismo animal tornaram-se fontes de ensinamentos religiosos e um importante meio de comunicação entre o homem e o divino. A tradição bestiária encontrou um eco profundo na herança bíblica e nas leituras simbólico-alegóricas das revelações divinas, um valor santificante nas observações da natureza e, ao mesmo tempo, de que esta fora criada por Deus.

A este simbolismo contemplativo, a crítica de Llull concentra-se nas esferas dominantes, que não se utilizam de seu status social privilegiado para cumprirem os desígnios de Deus, mas para lograrem êxito próprio. Não é para menos que *El Libro de las Béstias* compõe uma das maiores obras do filósofo Félix ou *O Livro das Maravilhas*<sup>12</sup>, obra composta por dez livros<sup>13</sup>, descrita por seu narrador-personagem, Félix, que sai ao mundo na busca de descobrir os motivos que levaram os homens a desamarem a Deus. No capítulo VII, através de seu reino de Bestas, o maiorquino busca

<sup>10</sup>CHAMBEL, Pedro; MIRANDA, Adelaide. (coord.). Bestiário Medieval, *Op.cit.*, p. 15.

<sup>11</sup>ECO, Umberto. Idade Média: Bárbaros, cristãos e muçulmanos, *Op. cit.*, p. 487.

<sup>12</sup>O *Livro das Maravilhas* é um das obras mais conhecidas de Ramón Llull, tendo em vista a quantidade de manuscritos que se transmitiu do manuscrito. Em catalão preservaram-se doze manuscritos, sete medievais; um do final do século XIII ou princípios do XIV, conservado na Biblioteca do Vaticano. Dois do século XIV; um do ano de 1367, que se encontra em posse da Sociedade Arqueológica Luliana de Palma de Maiorca e outro de 1386 na Biblioteca Britânica. E outros quatro do século XV; um do ano de 1406, conservado pela Bayerische Staatsbibliothek de Munique, outro exemplar de 1458 também em posse da Sociedade Arqueológica Luliana de Palma de Maiorca, outro na Biblioteca Corsiniana de Roma e, por fim, um no acervo da Biblioteca Ambrosiana de Milão. HOYOS, Xavier Bonillo. La traducción francesa medieval del *Libro de maravillas* de Ramon Llull (fr. 189 de la BNF) y su relación con la tradición manuscrita catalana. *Revista de Lengua e Literatura Catalana, Gallega y Vasca*, vol.XX, 2015, p. 15-16.

<sup>13</sup>Os temas apresentam-se: 1.Deus; 2.Anjos; 3.Céu; 4.Elementos; 5.Plantas; 6.Metais; 7.Bestas; 8. Homem; 9.Paraíso; 10.Inferno. O objetivo da obra é explícito: Ramón Llull busca que seus pares conheçam a Deus, sirvam-no e amem-no. In: COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas* (1288-1289) de Ramón Llull, 2009.

mostrar como os homens construíram uma sociedade de caráter antropocêntrico, onde a natureza tem o seu conceito distorcido e passa a ser pensada como criação para o usufruto próprio e não mais para que, através dela, encontre-se Deus. Uma obra como *Félix* consubstancia a ação determinante de Llull em abandonar as amarras do mundo e dedicar-se exclusivamente a Deus. O caminho cosmogônico percorrido pelo personagem “ilustra a ordem da Criação, onde o próprio mundo e todas as coisas existentes são entendidos como expressão viva da obra de Deus”<sup>14</sup>. Ao homem que o ler, deseja Ramón que sua alma seja salva pelo ato de maravilhar-se, pela contemplação do mundo real.

A vida espiritual não é uma aquisição, mas uma demolição. Ela consiste em deixar-se cair como uma pedra no próprio ser de Deus. [...]. Esta consiste o ponto de chegada do processo de despojamento e de “abandono”, que consiste em uma desapropriação de si, indo até a renúncia à vontade de obter a salvação<sup>15</sup>.

É esta cristandade envolta de descrenças e erros que Llull quer delapidar e na qual a crítica social de *Félix* alude, cuja estrutura enciclopédica devota-se a temas a serem compreendidos por todos aqueles que desejam conhecer a verdade. A gênese filosófica do pensamento luliano impulsiona a reflexão pela admiração, pelo ato de maravilhar-se, que “se assombra pelo espetáculo da natureza e pela falta de devoção a Deus por parte dos homens de seu tempo”<sup>16</sup>. Este assombro fomenta uma consciência moral que fundamenta a ação apologética: o homem cristão deve difundir a fé<sup>17</sup>. Miquel Battlori possivelmente se refere a isso quando afirma que considera o personagem uma extensão metafórica e literária de Llull quando o mesmo se converte e inicia sua vida missionária<sup>18</sup>. O caminhar do protagonista o faz descobrir as múltiplas facetas do mundo, inclusive seus aspectos de valor político, e que o leva a “uma vasta e linda planície, banhada pelas correntes tranquilas de um riacho, onde haviam se reunido muitos animais selvagens que desejavam eleger um rei”<sup>19</sup>.

<sup>14</sup>COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramón Llull*, *Op. cit.*, 2009.

<sup>15</sup>VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII ao XIII)*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 178.

<sup>16</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social. In: COSTA, Marcos Roberto N; DE BONI, Luis A. (orgs.). *A Ética Medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004, p. 491.

<sup>17</sup>Ibidem, p. 491.

<sup>18</sup>COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramón Llull*, *Op. cit.*, p. 05.

<sup>19</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*. Tradução: Geroni Rosseló. Barcelona: Teorema, 1983, p.13.

*Félix* fora concebido entre os anos de 1288-1289, durante a primeira estadia de Ramón Llull na corte de Felipe, o Belo (1268-1314). Fora sua primeira incursão fora de seu eixo habitual<sup>20</sup>, a uma corte governada por um jovem monarca, que havia ascendido há pouco. Visitou-a em outras duas ocasiões, sendo recebido pessoalmente por Felipe IV em cada uma delas. Suas viagens não foram aleatórias. A política francesa fortalecia-se e, além do mais, o rei era sobrinho de Jaime II através de sua mãe, Isabel de Aragão (1243-1271). O parentesco próximo e as antigas relações na confederação catalano-aragonesa podem ter servido de incentivo para Llull na busca de apoio para seus planos estratégicos de conversão.

Não há nenhuma dedicatória explícita que indique que *El Libro de las Béstias* tenha sido escrito para Felipe IV. Mas, pensando acerca dos objetivos de Llull aos cinquenta e quatro anos e no cenário francês de sua primeira viagem, algumas associações poderiam ser feitas. O rei francês contava com pouco mais de vinte anos, deveras jovem no saber atuar nos âmbitos do poder. Do outro lado, um missionário maturado sobre a vida na corte, ávido pela adoção de uma reforma ético-social e pelos esforços apologéticos na conversão dos não cristãos. Llull sempre se mostrou extremamente prático na escolha dos monarcas, sem conceder fidelidade exclusiva a nenhum deles<sup>21</sup>, exceto a fidelidade hierárquica, a que necessitavam submeter-se.

Algumas diferenças entre *El Libro de las Béstias* com o restante do corpo da obra *Félix* resultou no surgimento de uma longa discussão no campo historiográfico acerca da datação da obra. Diagnósticos apontam particularidades referidas à sua independência com o restante do corpo literário. O rompimento com a estrutura itinerante do protagonista, seu conteúdo e estrutura conduzido pelas atuações animais dão o tom a essa autonomia de *El Libro*, uma vez que as ações animais desenvolvem-se à parte do mundo humano, mesmo que este seja revisitado no transcorrer da obra, mas sem referências à aprendizagem do protagonista que não tem espaço na narração, a não ser no prólogo, ou vínculo com os outros elementos que compõem o *Livro das Maravilhas*.

---

<sup>20</sup>Desde sua conversão, Ramón Llull limitou-se a transitar pelo Reino de Maiorca e algumas cidades continentais da ilha, como Montpellier e Perpignan.

<sup>21</sup>JAULENT, Esteves. Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris: a cruzada e a luta contra o averroísmo. In: Raimondo Lúlio. *Escritos Antiaverroístas (1309-1311)*: Do nascimento do menino Jesus; Livro das lamentações da filosofia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 04.

Em primeiro lugar citamos um detalhe no prólogo, onde Félix se encontra com dois membros da Ordem dos Apóstolos<sup>22</sup> em seu caminho, antes de se deparar com a sociedade de Bestas. O encontro seria trivial se não fosse uma característica: as referências lisonjeiras dirigidas a Ordem.

– A Ordem dos Apóstolos é soberana sobre todas as demais; e quem está na Ordem dos Apóstolos, não dúvida da morte e deve mostrar o caminho saudável aos infiéis que estão errados; e aos cristãos pecadores devem dar a doutrina da vida santa, pelo trabalho e pregação. Então, quem está na Ordem dos Apóstolos, não deve deixar de orar e fazer as obras a todas as suas forças<sup>23</sup>.

O fato é que em 1286, o papa Honório IV (1210-1287), cuja regência durou apenas dois anos, condenou a seita apostólica. Como mencionado anteriormente, Llull escreveu *Félix* entre 1288-1289 e, para acentuar o paradoxo, no capítulo XIII do oitavo livro da obra, Ramón tece severas críticas à mesma seita que no livro anterior elogiara. Tal contradição fez com que se buscassem em obras anteriores referências laudatórias que se assemelhassem e em *Blanquerna*<sup>24</sup> as encontraram. Entretanto, o livro havia sido escrito em 1283, o que gerou considerações acerca da confecção anterior de o *El Libro de las Béstias* e a incorporação futura em *Félix*<sup>25</sup>.

Sobre a datação inconclusa de *El Libro de las Béstias*, algumas características de nossa fonte se aproximam do cenário francês da primeira visita, sendo, uma delas, o processo eleitoral que abre-alas a trama. Enquanto o leitor é inserido ao reino de bestas que desejam eleger um rei, retrocedesse na memória que a monarquia eleita não era algo estranho na política medieval, pois, fora através da eleição que se iniciou a dinastia dos Capeto, na qual Felipe descendia, no século X<sup>26</sup>. O segundo aspecto que podemos

<sup>22</sup>A ordem dos Apóstolos ou Irmãos Apostólicos foi uma seita fundada em 1260 por Gerard Segarelli, de Parma. Seu exaltado franciscanismo aliado ao pensamento apocalíptico de Joaquim de Fiore (1135-1202) fez com que entrassem em rota de colisão com a Igreja. Em 1286, foram ordenados a entrarem em uma ordem oficialmente reconhecida. A recusa resultou nas acusações de heresia, oficializadas pela bula papal de 1290, promulgada pelo papa Nicolau IV, acarretando na perseguição dos membros. Em 1294, alguns membros foram condenados a fogueira e em 1300 o próprio mentor da ordem, Segarelli foi morto.

<sup>23</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 11-12.

<sup>24</sup>O *Romanç d'Evast e Blaquerna* é uma novela ficcional, de caráter didático cuja finalidade de Llull é ensinar a ensinar. A obra, redigida em catalão denota o que, para ele, é o caminho ascensional rumo ao conhecimento mais alto, a contemplação. Blanquerna, personagem principal, é filho de Evast, e na obra descreve toda a sua vida e as diversas fases de seu crescimento, até que, após renunciar à sucessão do pai como chefe guerreiro, torna-se eremita, depois abade e, por fim, papa. In: MIATELLO, André Luís Pereira. *Pregação e Cavalaria no processo de expansão da cristandade latina: o papel da Ordem da Milícia de Ramón Llull (1232-1316)*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.15, n.48, p. 1161.

<sup>25</sup>JÍMENEZ, Júlia. Sobre el escandaloso “Libre de les Béstias” de Ramón Llull e su audiència. *Espacio, Tiempo y forma*. Serie III, t.17, 2004, p. 80-81.

<sup>26</sup>Hugo Capeto, filho de Hugo, o Grande, sobrinho de Luís e neto de Roberto I, sucedeu seu pai como duque dos Francos em 956. Inicialmente leal ao rei carolíngio Lotário (941-986) contra Oto II (955-983),

elencar concentra-se na eleição do conselho do rei. Os conselheiros são uma das grandes preocupações de Llull, pois, é um elemento que representa a figura real e por se tratar de um ofício de “sérios perigos e muito trabalhoso”<sup>27</sup>. Entretanto, o rei não deve afastar-se de seu povo e, muito menos, deixar a cargo de seus conselheiros o cumprimento de seus deveres. A este aspecto, Pierre de Dubois<sup>28</sup> (1250-1320) já havia afirmado que Felipe era mal aconselhado<sup>29</sup>.

A descrição dos eventos não é suficiente para delimitar a data de composição de *El Libro de las Béstias*; mas parece-nos razoável a projeção de comparações. O medievalista brasileiro, Ricardo Silveira da Costa, é um dos especialistas que apontam a dedicação da obra a Felipe<sup>30</sup>, cujo epílogo sedimentaria a mensagem; ao fim da narrativa, Félix da continuidade à sua jornada, mas agora carregando consigo valiosas descrições do fenômeno político, para dirigir-se aos governantes a fim de mostrar-lhes como devem reinar e proteger-se dos maus conselheiros e falsos homens. Assistir aos fatos vivenciados no reino animal instruiu o protagonista de que há súditos astutos que se favorecem com suas artimanhas, bem como que, sabendo o que ele aprendeu sobre Deus, a principal responsabilidade pelo desfalecimento do mundo são dos reis e os pastores eclesiásticos convertidos em lobos predadores.

Na corrente deste influxo historiográfico, nos aproximamos desta vertente que veem em Felipe IV o destinatário da mensagem de Llull. Deve-se isto ao fato de refletir a construção da obra não pelo caráter cronológico, mas pelo lógico, ancorados na coerência apresentada entre *El Libro de las Béstias* e o restante das obras de Félix e ao sistema ideológico<sup>31</sup> que Ramón se dedicava a propagar e defender. A problematização

distanciou-se do monarca sob a influência do arcebispo Adalberon de Reims (947-1030). Com a morte do sucessor de Lotário, Luís V (967-987), Hugo reivindicou o trono mediante eleição com o apoio do arcebispo, enquanto que as pretensões do herdeiro hereditário, Carlos da Baixa Lorena (953-993) foram ignoradas. Foi eleito pela alta nobreza e ao coroar seu filho durante sua vida, Hugo facilitou sua subida ao trono. Sua ascensão deu início à dinastia Capetíngia, que se perduraria pelos próximos trezentos anos.

<sup>27</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 19.

<sup>28</sup>Nasceu na Normandia em 1250. Frequentou a Universidade de Paris, tendo contato com Siger de Brabante (1240-1280) e Tomás de Aquino (1225-1274). Seguiu a profissão de advogado, representando a Coroa em casos eclesiásticos. Foi conselheiro de Felipe, o Belo, em sua disputa com Bonifácio VIII, escrevendo entre 1305 e 1307 *De recuperatione Terrae Sanctae*, onde sugeria a institucionalização das assembleias nos reinos europeus sob a tutela de príncipes e prelados, ausentando o papa e o imperador.

<sup>29</sup>DUBY, George. *Idade Média na França (987-1460)*: De Hugo Capeto a Joana D’Arc. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, p. 253.

<sup>30</sup>COSTA, Ricardo da. A novela na Idade Média: o Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 26.

<sup>31</sup>Seguindo a perspectiva de Georges Duby quanto ao conceito de ideologia, consideramos certa forma de dizer a ação do homem, projetado em um corpo social, constituindo a estrutura de um sistema de valores, ordem e poder. “Uma ideologia, procura realizar um valor através de exercício de um poder sobre a sociedade”. DUBY, George. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1994 p. 17.

sobre as necessidades da reforma ético-social na qual Llull buscava transmitir, e que serão melhores apresentadas no transcorrer desta pesquisa, colocam o debate efetivamente em prática, sob a tutela descritiva desta sociedade animal envolvida em seus vícios e virtudes.

A escolha de Llull pelos bestiários para ilustrar a política salienta a expressividade sócioreligiosa desta literatura, especialmente no que concerne à moral; “[...] o mundo do homem era reflexo do mundo divino, o mundo dos animais reflexo do mundo dos homens”<sup>32</sup>. Outro ponto que abre espaço para reflexão diz respeito aos possíveis sentimentos do pensador no que tange à nova corte de convívio. Dado à juventude do novo rei e a proximidade com seus familiares maternos, em tais circunstâncias, torna-se possível refletir sobre a sensação de liberdade<sup>33</sup> que o insuflou a instruir o jovem monarca nos princípios de governo. As abordagens complexas dos valores políticos a serem transmitidas a um desconhecido pode ter dado lugar, com efeito, à linguagem simbólica dos bestiários, por sua melhor plasticidade, permitindo expressar as transcendentais verdades sociais, quanto suas expectativas<sup>34</sup>, para personificar este que, segundo Rubió Balaguer, se constituirá num manual de sabedoria política<sup>35</sup>.

Sendo assim, a partir das breves considerações dispostas, o objetivo desta pesquisa visa analisar o fenômeno político luliano através do simbolismo animal, pois, para ele a política era uma ferramenta de busca pela virtude, fator particular de seu pensamento e está intrinsecamente ligada ao seu modelo de conduta para o homem<sup>36</sup>. Expressivo exemplar de sua época, sua originalidade reside na relação construída através de analogias e exemplos narrativos, entre a realidade material e espiritual, em uma visão tipicamente simbólica do universo<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup>COSTA, *Op. cit.*, 2009, p. 14.

<sup>33</sup>O conceito de liberdade aqui aplicado circunscreve-se na oposição entre a juventude e a maturidade. A idade avançada de Ramón Llull e a consciência de suas experiências lhe conferem a autonomia de empreender um diálogo, construído sob o alicerce da juventude impetuosa em contraste com a velhice, da virtude da alma, da inteligência.

<sup>34</sup>FRANCO JÚNIOR, Hilário. História, literatura e imaginário, *Op. cit.*, p. 277.

<sup>35</sup>RUBIÓ I BALAGUER, J. *Ramón Llull i el lulisme* Barcelona. Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya. Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1985, p. 323.

<sup>36</sup>JÍMENEZ, Julia Butiña. El Libre de les bèsties de Llull y el comportamiento político. In: *Actas del V Congreso SOFIME sobre pensamiento político en la Edad Média*. Universidad de Alcalá; coord. P. Roche. Fund. Ramón Areces, Madrid, 2010, p. 322.

<sup>37</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social. In: COSTA, Marcos Roberto N; DE BONI, Luis A. (orgs.). *A Ética Medieval face aos desafios da contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004, p. 495.

Ramón Llull construiu *El Libro de las Béstias* ancorado no íntimo de suas experiências. Não se desvincula por completo do imaginário animal existente, mas o concebeu incrivelmente humano<sup>38</sup>. Desde o princípio se estabeleceu uma normalidade absoluta em relação aos comportamentos humanos dado aos animais. As fraquezas, lascívias, virtudes e vícios de suas bestas são explicitamente humanos, mazelas que circundam o mundo dos homens, que padecem mediante a sensibilidade desenfreada quando absortos de sua racionalidade. Através deste cenário exprimir-se-ia as reais pretensões do mundo animal em consonância com a clareza argumentativa da realidade social humana, sociedade esta que carece de grandes reformas<sup>39</sup>.

Sobre a estrutura do trabalho, o primeiro capítulo, tratou sobre o espaço e tempo em que viveu o pensador. Ramón Llull nasceu e cresceu em um território de contínuo choque social, cultural e religioso entre as três distintas sociedades que habitavam sua terra natal após a Reconquista: a Cristã, a Islâmica e a Judaica. Observou como fatores distintos entre o mundo latino cristão e o árabe muçulmano, principalmente, influenciaram o pensamento e as produções intelectuais de Ramón Llull expressados pela sua *Arte* e seu método apologético de conversão. Debruçou-se sobre a exposição de sua *Arte* no cenário político através do âmbito da ética das virtudes para o bom exercício de governo.

No segundo capítulo analisou-se o saber atuar nos âmbitos de governo e suas expressividades através da ótica dos comportamentos. Todo o livro centra-se em núcleos de poder e, para discorrer sobre, enfatizou-se a díade sustentáculo da obra, para abordarmos o caráter multifacetado em que o mesmo se apresenta. Os eixos principais centrados no rei Leão, cujo comportamento governante reflete um direcionamento interno, ou seja, uma ferramenta reflexiva para os governantes sobre si próprios e na Dona Raposa que pelo exercício da expressividade religiosa levou a refletir sobre caráter religioso como um mecanismo de poder, aplicado para consubstanciar seus objetivos.

Por fim, no terceiro e último capítulo, propôs-se um estudo entre duas obras, compostas em períodos distintos, porém relacionadas ao fenômeno político. Sabe-se que

---

<sup>38</sup>O bestiário luliano não se relaciona com a tradicional animalística ocidental. Apesar da influência da obra francesa *Romance de Renart* (Roman de Renard) datado do final do século XII e no início do XIII, a cultura oriental se faz fortemente presente, sobretudo através de *Calila e Dimna*, fabulário indiano do século III a.C., cujo contato Llull teve pela compra de um escravo. Dito isto, consideramos que o bestiário de Ramón Llull deve ser compreendido de maneira mais ampla, inspirado pelas confluências culturais advindas de sua formação sóciointelectual em Maiorca.

<sup>39</sup>RAMÍ S I SERRA, Pere. Llibre de les Bésties: El Príncipe y la Sociedad. *Studia Lulliana*, nº31, 1991, p. 150.

Ramón Llull teve contato com *Calila e Dimna*, besteiário proveniente da cultura árabe muçulmana, graças a confluência cultural com que teve intenso contato. Debruçou-se sobre as relações entre a literatura árabe e hispânica, sobre os espaços de conflito presente em ambas as obras e uma análise sobre a similaridade entre Dona Raposa e Dimna, o chacal do fabulário indiano.

Ressalta-se que para discorrer esta pesquisa, desde o início, apoiar-se-á em uma fonte secundária imprescindível para nossas análises: *Vita Coetanea*. A autobiografia de Ramón Llull ditada aos monges da Cartuxa de Vauvert<sup>40</sup> mesmo que posterior à fonte, datando de 1311, contribuirá para iluminar as reflexões sobre as perspectivas do autor em cada momento de sua trajetória.

---

<sup>40</sup>Fundada em 1084 por São Bruno de Colônia (1030/1035-1101), próximo ao vale de La Chartreuse, ao norte de Grenoble, comuna francesa, a Ordem dos Cartuxos constitui-se como uma ordem religiosa eremita baseada na contemplação e enclausuramento. Por este severo modo de vida nunca foi popular.

## **CAPÍTULO I**

### **A ARTE EM “METÁFORAS MORAIS”: O COMPORTAMENTO POLÍTICO.**

## 1. Ramón Llull: Expressão do pluralismo cultural do medievo.

“Tendo convivido longo tempo com os infiéis, entendi suas razões erradas”<sup>41</sup>. Assim descreveu Llull em reflexão sobre os caminhos e argumentos propostos por si, para que os não cristãos que viviam no erro pudessem voltar a trilhar o caminho da salvação e do louvor a Deus. As quatro décadas vividas em Maiorca, sua cidade natal, proporcionaram ao filósofo o intenso contato com as distintas comunidades que integravam o conjunto hispânico: a muçulmana, a judaica e a cristã. Esta singularidade em meio ao contexto ocidental é delineada pela diversidade sociocultural que compôs os territórios ibéricos desde outrora. Encruzilhada de múltiplas tradições e heranças, as relações com as comunidades judaicas e islâmicas conceberam uma cristandade espanhola heterogênea, cuja sociedade plurirreligiosa a particularizava em relação à europeia.

Apenas três anos se tinham decorrido da tomada de Maiorca quando Ramón Llull nasceu. A força de impulsão árabe que estabeleceu um governo de cinco séculos e cujas possessões haviam constituído um terço da Península Ibérica, reduziram-se ao pequeno regimento de Granada em menos de vinte e cinco anos. Entre 1226 e 1248 quase toda Espanha Islâmica tinha sido reconquistada pelo estandarte cristão<sup>42</sup>. Com o apoio da burguesia mercantil catalã, Jaime I, o Conquistador (1213-1276) reconquistou as Ilhas Baleares entre 1229 e 1235 e, posteriormente com o da nobreza aragonesa, o reino de Valência em 1238<sup>43</sup>. A estável condição financeira da família de Llull possibilitou a colaboração para o empreendimento expansionista de Jaime I, o que acarretou posteriormente em benesses particulares perante a Coroa. Neste contexto de consolidação das conquistas, combate ao poder islâmico e readaptação sociopopulacional nos territórios, Ramón Llull construiu-se como intelectual e, posteriormente, como missionário. Seu pensamento está intrinsecamente ligado a este caráter particular de suas raízes.

É impossível abster-se do caráter fundamental que sua educação em Maiorca teve na construção de sua figura. Diferentemente dos escolásticos de seu tempo, Llull permaneceu em sua ilha e não se dirigiu, como o habitual, a Universidade de Paris,

<sup>41</sup>LLULL, Ramón. *O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276)*. Raimundo Lúlio; tradução do catalão, introdução e notas de Esteves Jaulent. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

<sup>42</sup>HILLGARTH, J. Vida i Impotència de Ramon Llull en el context del segle XIII, *Op. cit.*, p. 967.

<sup>43</sup>RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995, p. 185.

centro do pensamento cristão medieval<sup>44</sup>, resultando, conseqüentemente, na escrita de suas importantes obras em catalão<sup>45</sup> e não em latim e, em geral, imbuídas de influências orientais<sup>46</sup>. Este distanciamento dos núcleos intelectuais trouxe um traço original ao pensamento luliano, embora seu reconhecimento tenha se dado em menores proporções se comparado aos intelectuais de seu tempo<sup>47</sup>. Em resposta a um convite realizado em 1314, pouco antes de sua última viagem, para visitar a Cúria Romana e os tribunais dos príncipes cristãos a fim de encorajá-los a apoiar a reforma da Igreja e a conversão dos não cristãos, escreveu:

Estive na Cúria muitas vezes e disse a muitos príncipes que a fé deve ser exaltada em todo mundo. Eu escrevi livros que mostram a maneira pela qual o mundo poderia ser transformado em um estado de bem-estar, mas não consegui nada, às vezes eles zombaram de mim, fui espancado e me chamaram de louco. Então, me desculpe, eu irei aos muçulmanos e veremos se eu posso convertê-los à fé católica<sup>48</sup>.

A escrita de suas obras em catalão e sob uma linguagem comum, mesmo portando o domínio do latim escolástico, em um claro objetivo de atingir um público que não necessariamente o clérigo formado, o fez ser alvo de acusações sobre a falta de rigor intelectual pela ausência de formação universitária. Diagnosticou-se, também, que a condição fronteira da península possa ter contribuído para as duras críticas que recebeu. A sociedade ibérica é uma sociedade de fronteira, móvel e ambígua<sup>49</sup>, cuja cultura embebida de tradições muçulmanas e judias se delineava substancialmente díspares da cultural clerical cristã europeia. As influências científicas árabes e judias não se harmonizavam com os ideais estritamente cristãos, o que originou questionamentos quanto à pureza da fé em uma sociedade não de todo ortodoxa. Ramón tinha consciência dessa situação e, posteriormente, a integrou em seu pensamento teológico.

<sup>44</sup>Após uma peregrinação até Nossa Senhora de Rocamador e Santiago de Compostela, onde dirigiu-se para buscar a ajuda de Deus afim de empreender os três objetivos de sua vida pós-conversão, sendo eles preparar-se e dispor-se ao martírio; escrever o melhor livro do mundo, para convencer os infiéis de seus erros; fundar monastérios e escolas para o ensino de língua árabe, ao retornar foi aconselhado por Ramón de Penyafort (1185-1275) a estudar em Maiorca, ao invés de ir à Paris como era sua aspiração.

<sup>45</sup>Com o crescimento expansionista, a língua catalã tornou-se oficial para a comercialização e diplomacia no Mediterrâneo Ocidental. Calcula-se que ele tenha escrito mais de 290 obras, das quais restaram 256. Conservam-se cerca de 190 de suas obras em latim, ainda que, parte de sua produção, tenha sido escrita originalmente em catalão. SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. (coord.). *Bancos de dados dos santos ibéricos (século XI ao XIII)*. Coleção Hagiografia e História, vol.02. Rio de Janeiro, PEM, 2012, p. 119.

<sup>46</sup>HILLGARTH, J. Vida I Impotància de Ramon Llull en el context del segle XIII, *Op. cit.*, p. 971.

<sup>47</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 971

<sup>48</sup>*Ibidem*, p. 976.

<sup>49</sup>RUCQUOI, Adeline. História Medieval da Península Ibérica, *Op. cit.*, p. 217;274-276.

Maiorca era uma sociedade predominantemente urbana e comercial. Local geograficamente privilegiado, de tradição cosmopolita por ser uma região de encontro, possuía um excelente porto, rota entre a Espanha e o norte da África, sendo também caminho natural entre Gênova, no norte da Itália, ao sul da Espanha. Paralelamente, a política expansionista da Coroa de Aragão estendia-se por mar, com intenso comércio ao norte da África e com o Egito. Teria sido inconcebível, um século antes, as contínuas viagens de Llull ao mediterrâneo sem as expansões marítimas aragonesas pós-reconquista<sup>50</sup>. Aponta Jocelyn Hillgarth que, em uma escala individual, Llull representa a expansão de um novo e confiante cristianismo, em consonância com as problemáticas que surgem na última parte do século XIII<sup>51</sup>.

A expansão dos reinos cristãos pelos territórios muçulmanos era considerada uma reconquista pelos séculos de usurpação. Adeline Rucquoi ressalta que os reis ibéricos refletiam a reconquista sobretudo como uma missão divina, cujo projeto expansionista de retomada e recristianização dos territórios eram símbolo de sua submissão a Deus. Os territórios peninsulares retornavam, desta forma, para a áurea protetiva da cristandade. “Para além das diferenças e das rivalidades, [...], todos os cristãos do Norte da península se identificavam na luta contra o Islã, participando do mesmo “projeto” militar, religioso e econômico, projeto “existencial” que se tornou “essencial””<sup>52</sup>.

No caso de Maiorca, situada no Mar Mediterrâneo, no Arquipélago das Ilhas Baleares, a distribuição de terras após a reconquista adquiriu configurações específicas em comparação com outras partes da Península; as mourarias que se espalhavam pelas demais localidades não se constituíram na terra de Llull. Tal especificidade pode ter sido resultado da tomada violenta por Jaime I e a ausência de negociações prévias de rendição<sup>53</sup>. Normalmente, os períodos de pressão militar, cercos e isolamento culminavam nos acordos de capitulações<sup>54</sup>. A despeito da conquista muçulmana, a estrutura expansionista dos reinos cristãos foi semelhante; todavia a fundamentação que

---

<sup>50</sup>SÁNCHEZ, Esteban Sarasa. Aragón y su intervención militar en el Mediterráneo medieval. *Militaria: Revista de Cultura Militar*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, n.º 12, p. 31-48, 1998.

<sup>51</sup>HILLGARTH, J. Vida i Impotència de Ramon Llull en el context del segle XIII, *Op. cit.*, p. 968.

<sup>52</sup>RUCQUOI, Adeline. História Medieval da Península Ibérica, *Op. cit.*, p. 215-216.

<sup>53</sup>JAULENT. Esteves. Introdução. LÚLIO, Raimundo. *O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276)*, Idem, p.10.

<sup>54</sup>GARCÍA FRITZ, F. Las minorías religiosas y la tolerancia en la Edad Media hispánica: ¿Mito o realidad?, In: SANJUAN, Alejandro García. (ed.), *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica, Universidad de Huelva Publicaciones, 2003, p. 18.

traziam as bulas papais ao relacionar a reconquista às cruzadas, tornou a luta contra os infiéis prioridade e intensificou a perspectiva de unificação cristã da Espanha<sup>55</sup>.

As populações da Coroa Aragonesa, especialmente a das regiões conquistadas, misturaram-se. Os muçulmanos que continuaram na ilha foram submetidos à condição de escravos e inibidos de direitos e as comunidades judaicas que tinham vivenciado sua Idade de Ouro nos trezentos anos antecedentes, começaram a ser pressionadas; vide o Debate de Barcelona (1263), o primeiro teleológico da península, presidido por Jaime I e orientado pelo dominicano Ramón de Penyafort (1185-1275)<sup>56</sup>. Mesmo em meio às relações espinhosas, a Coroa de Aragão concentrava altos índices populacionais de muçulmanos e judeus do que em relação, por exemplo, ao reino de Castela. A população judaica, embora pequena em números absolutos, em números relativos era extremamente superior em Maiorca do que em qualquer outro território da Coroa de Aragão – quase três vezes mais – onde não ultrapassavam 2% do total de habitantes<sup>57</sup>. Estima-se que os não cristãos constituíam mais de um quarto da população, isto é, mais 250.000 um total de 900.000<sup>58</sup>.

Este panorama relacional entre os três distintos grupos religiosos dentro do mesmo marco sociopolítico suscitou a concepção de que se desenvolveu na Espanha uma sociedade multicultural e plurirreligiosa que conviveu em relativa harmonia e tolerância<sup>59</sup>. De fato, os judeus desempenharam nas cortes ibéricas papéis próximos as figuras monárquicas. As coroas socorriam-se nas comunidades judaicas a procura de médicos, conselheiros privados, banqueiros e tradutores. Contudo, a relação entre as comunidades, a partir do final do século XIII, começou a produzir suas primeiras fagulhas e a prosperidade defrontou-se com a gênese da intolerância, cujas diligências

<sup>55</sup>Em casos de resistência, as cidades eram pilhadas e seus habitantes eram mortos ou vendidos como escravos; em contrapartida, a rendição conservava os bens, leis, magistrados e a religião mediante o pagamento de impostos aos cristãos. O cenário de “proteção” lucrativa da reconquista transmutou com a Reforma Gregoriana e o apelo à cruzada em 1095. Em 1102, o Papa Pascoal II (1055-1118) assemelhou, solenemente, a reconquista às cruzadas e proibiu os espanhóis de atacarem os infiéis em Terra Santa. RUCQUOI, Adeline. História Medieval da Península Ibérica, *Op. cit.*, p. 162-217.

<sup>56</sup>Somente sobreviveram registros detalhados dos Debates de Paris (1240), do Debate de Barcelona (1263) e do Debate de Tortosa (1413-14) e os relatos sobreviventes mostram um palco conflituoso entre o judaísmo e cristianismo medieval. Para além de debates, os três encontros foram, em seu cerne, julgamentos cujo réu era o próprio Talmude. Com exceção do Debate de Barcelona que fora o mais equilibrado e o que mais se aproximou das condições de igualdade, visto ser o seu representante judeu Moisés ben Nahman (conhecido por Nahmânides), um dos maiores eruditos da história judaica, os demais atuaram fortemente nos ataques à religião e experiência histórica judaica. MACCOBY, Hyam. *O Judaísmo em Julgamento: Os debates judaico-cristãos na Idade Média*. Tradução Laura Rumchinsky; revisão Jayme Salomão, Monique Balbuena e André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996, p. 44.

<sup>57</sup>JAULENT. Esteves. Introdução, *Op. cit.*, p. 13.

<sup>58</sup>HILLGARTH, J. Vida I Impotància de Ramon Llull en el context del segle XIII, *Op. cit.*, p. 968.

<sup>59</sup>GARCÍA FRITZ, F. Las minorías religiosas y la tolerancia en la Edad Media hispánica, *Op. cit.*, p. 13.

repressivas manifestam-se. Os muçulmanos, majoritários, atuaram expressivamente no plano econômico agrícola e artesanal; mas foi na sua escravatura que as regiões mediterrânicas se apoiaram<sup>60</sup>.

O conceito de tolerância atual fundamenta-se no respeito à dignidade e à liberdade do indivíduo, ambos conceitos alheios ao mundo medieval. Para Domínguez Reboiras, a Espanha medieval contemplou a tolerância política, não norteadas pela reverência religiosa ou liberdade do outro, mas gerada pela necessidade de integração à realidade social dentro do mesmo sistema político. Esta concepção contrária é compartilhada também por Pardo Pastor que não reflete os processos de intercâmbio cultural com convivência. De fato, o filólogo espanhol acentua que “mesmo que se tolere o outro, não se evita que ele seja humilhado com determinadas disposições legais”<sup>61</sup>. Em território aragonês, a conversão dos muçulmanos enfrentava sinais de resistência pelos senhores de Maiorca em virtude dos prejuízos econômicos que resultariam dela. A mesma devolvia ao escravo sua liberdade e, devido, a esta “elevação” social, não era muito favorecida<sup>62</sup>.

Não atribuímos a Ramón Llull a concepção de antimuçulmano. O filósofo tinha consciência das dificuldades na qual estes se envolviam em solo cristão. Apesar da vivência suprimida de direitos<sup>63</sup>, havia um profundo e permanente sentimento de desconfiança com relação a estes. Mas Ramón é um cristão e, para a cristandade do século XIII, o islamismo se apresentará como seu maior desafio. As fronteiras com o Islã se enrijecem mediante a sensibilidade protetora do espaço cristão existente em suas obras. Em *El libro de las Béstias*, uma única passagem faz alusão clara e direta a esta desconfiança atemporal em relação ao outro. Após o êxito na eleição do Leão para o ofício de rei, Dona Raposa insatisfeita por não ter galgado nenhum cargo em seu conselho, como era seu intento, inicia uma série de conspirações que, ao fim, objetivam

---

<sup>60</sup>Desde a imposição do uso de distintivos pelo rei D. Dinis (1261-1325) de Portugal, restrições jurisdicionais, dispensa das cortes, pregações gerais e conversões forçadas, foram medidas restritivas que projetaram a hostilidade e intolerância. RUCQUOI, Adeline. História Medieval da Península Ibérica, *Op. cit.*, p. 301-306.

<sup>61</sup>PARDO PASTOR, Jordi. “Diálogo inter-religioso” ou “diálogo aparente” durante a Idade Média hispânica: Ramón Llull (1232-1316). Conferência proferida no Centro de Cultura Judaica – Casa de Cultura de Israel. São Paulo, 28/07/2004. Transcrição de Marcelo Pereira Lima, p. 42.

<sup>62</sup>IDEM, *Ibidem*, 2004; HILLGARTH, *Op. cit.*, 1996.

<sup>63</sup>Aos muçulmanos e judeus, as dificuldades não cessariam após a conversão. Convertidos ao cristianismo perdiam sua comunidade e, frequentemente, suas posses, mas sem ainda pertencer à sociedade cristã, que continuava a desprezá-los socialmente, não era muito favorecida. HILLGARTH, J. Vida e Impotência de Ramon Llull en el contexto del segle XIII, *Op. cit.*, p. 974.

matar o monarca. Para isso, necessita expandir sua rede de intrigas e aproxima-se do Elefante com o propósito de incitá-lo ao ato da traição.

-Sabe, amigo, retrucou a Raposa, que em certo país aconteceu que um cristão era dono de um escravo muçulmano. Tinha neste, o cristão, uma confiança sem limites, e por isso lisonjeava-o e agradava-o em tudo o que lhe era capaz. Mas, o muçulmano, professava uma religião distinta e oposta à do cristão, não somente tinha má vontade, como alimentava em seu interior o desejo de matá-lo<sup>64</sup>.

A exploração por parte de Dona Raposa desta desconfiança religiosa para favorecer seus interesses apresentam atribuições aos sarracenos de características potenciais como intrigas, enganos, falsidades e erros. Esta passagem se torna mais interessante graças à *Vita Coetânea*, que deixou-nos saber, que se trata de um relato pessoal de Llull, quando o mesmo comprou um escravo para aprender a língua árabe.

E mais adiante comprou um mouro, para que dele pudesse aprender a língua arábica ou mourisca. E, como desta forma ele estivesse estado pelo espaço de nove anos, aconteceu que um dia de manhãzinha o dito mouro, ausente o dito reverendo mestre, blasfemou o sobressanto nome de Jesus Cristo. A qual coisa depois como lhe fosse recontada, inquieto pelo intrínseco zelo de Nosso Senhor, feriu o dito mouro assim na boca como na cara, cabeça e outras partes de seu corpo, e, como o dito mouro fosse muito alto de coração e fosse quase do estado de mestre do dito senhor seu em mostrar-lhe a língua mourisca, o escravo teve grande ira dos ditos golpes, e de fato, pensou de que forma e maneira o poderia matá-lo<sup>65</sup>.

Este excerto nos diz muito sobre a intelectualidade do escravo que, em hipótese, tratar-se-ia de um homem culto, pois conduziu seu discípulo pelos textos mais propícios para o ensino da língua. Ramón tinha consciência da importância do Islã para a vida cultural dos cristãos. Pierre Guichard descreve-o como um grande exemplo do fascínio e ceticismo que o Islã suscitava nos ocidentais. De fato, a cultura árabe exerceu forte poder de atração sobre a península. As relações de força continuam em seu cerne, além do desejo de evangelização, interesses intelectuais, a exemplo das Escolas de Tradutores que se disseminaram pelo território, unindo contribuições de muçulmanos, cristãos e judeus. A cristandade espanhola conservou a tradição muçulmana empenhando-se em traduções e assimilações do acervo filosófico e científico cultural árabe, principalmente sob a coroa de Afonso X de Leão e Castela (1221-1284), o Sábio e a Escola de Tradutores de Toledo. Esta atuação cultural, sobretudo no âmbito das traduções árabes,

<sup>64</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 24.

<sup>65</sup>LLULL, Ramón. *Vita Coetanea/A Contemporary Life/Vida coetânea/Vida coetània*. Edição de Antonio Cortijo Ocaña. Califórnia: John Benjamins Publishing Company, 2017, p. 80.

disseminou-se, sendo a maior contribuição da Espanha para a cultura e intelectualidade europeia.

Conciso da importância da intelectualidade árabe-muçulmana, Ramón Llull foi defensor zeloso das Cruzadas e partidário do diálogo islamo-cristão destinado à conversão<sup>66</sup>, gerindo ao que P. Burns conceitua de “o sonho da conversão no século XIII”<sup>67</sup>. Mas para conceber este “sonho”, dedicou-se por nove anos aos intensos estudos antes de tornar a defesa da fé cristã seu projeto de vida. Ramón Llull nem sempre fora missionário. Tampouco modelo de bom cristão. Antes de sua conversão, o maiorquino dividia-se entre as atribuições do papel de senescal<sup>68</sup>, desempenhado na corte de Jaime II de Maiorca (1243-1311), e o deleite da escrita trovadoresca<sup>69</sup>. Mas, após as cinco aparições do Cristo crucificado, tomou isto como um chamado para disseminar a palavra de Deus aos infiéis e pecadores, desnudou-se de seus bens, deixou sua família e trabalho para dedicar-se ao apostolado e à conversão dos não cristãos<sup>70</sup>. Sua vida se delineou no específico modelo hagiográfico medieval, onde o convertido percorre o processo de arrependimento e, diante deste, rompe com todo seu passado. Em seu caso, isso se expressou pela repulsa de algumas práticas cotidianas de sua juventude como o adultério, circunscrito na execração aos prazeres carnavais e ao trovadorismo.

Nos anos que precederam a reconquista, no âmbito político religioso os esforços apologéticos da Coroa catalano-aragonesa centraram-se, fundamentalmente, na figura

---

<sup>66</sup>GUICHARD, Pierre. Islã. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 641.

<sup>67</sup>BONNER, Anthony. L'apologética de Ramon Martí i Ramon Llull da vant de l'islam i del judaisme. *Actes de les I Jornades de Filosofia Catalana*, Girona, 25-27 de abril de 1988, p. 171.

<sup>68</sup>Durante o reinado de Jaime II, Llull tornou-se senescal, ofício este que surgirá a partir da metade do século XII nos reinos da Península Ibérica, palco de profundas transformações políticas, originadas da expansão territorial e conquista de novas possessões de domínio mulçumano. Esta extensão de influência a territórios mais vastos obrigou as monarquias ibéricas a adotar um sistema auxiliar para suprir as deficiências existentes nas relações entre o poder central e estas novas posses. Neste novo panorama surgiram os ofícios de *mayordomo*, oficial que, com a exceção dos condados catalães, atuará em todas as terras de reconquista aragonesa, e o ofício de *senescal* que surgirá paralelamente atuando em territórios sobre o domínio de influência da Coroa de Aragão. Ambos os cargos, por serem próximos à pessoa do rei, necessitam que seus representantes sejam de “alto linaje, importantes y destacadas dentro del territorio y sobre todo leales al reino y a su persona”. In: SACHO CASABÓN, A.I. Los cargos de mayordomo, senescal y *dapifer* en el reinado de Alfonso II de Aragón. *Aragón en la Edad Media*, nº08, 1989, p.599-600.

<sup>69</sup>LLULL, Ramón. *Vita Coetânea*, *Op. cit.*, p. 73.

<sup>70</sup>Em sua autobiografia, *Vita Coetânea*, Llull descreve seu processo de conversão, aos trinta anos. Debruçado sob a escrita de um poema à sua amante, Ramón vivencia cinco aparições à sua direita do Cristo crucificado, em cinco dias seguidos. Tendo isto como um alerta à corrupção que o cercava e um chamado de Deus para converter os infiéis e pecadores, Llull despojou-se de seus bens, divorciou-se de sua mulher, Blanca Picany, renunciou ao seu trabalho e iniciou sua peregrinação. Sua conversão não se configura apenas à adoção da fé religiosa, mas a uma mudança radical de vida definida pela vontade de viver de maneira mais piedosa. LLULL, Ramón. *Vita Coetânea*, *Op. cit.*, p. 06. Atentamos para o fato de que este fenômeno ocorreu em 1263, ano da Disputa de Barcelona na qual Llull esteve presente.

de Ramón de Penyafort (1185-1275) clérigo dominicano, conselheiro e confessor do rei Jaime I. Seu projeto missionário incluía “a fundação de escolas nas cidades ocupadas pelos reis cristãos, à imposição da pregação cristã nas sinagogas e à organização de controvérsias entre teólogos e rabinos”<sup>71</sup>. Persuadiu o monarca aragonês para a realização de um debate público entre representantes do judaísmo e cristianismo, sendo este realizado em 1263 em solo barcelonense, tendo Nahmânides (Moisés ben Nahman), rabino em Gerona, e Pablo Christiani, dominicano e judeu converso, como partícipes. Em relação ao projeto missionário apologético da Coroa de Aragão, Anthony Bonner<sup>72</sup> observa uma mudança a partir deste ano. Anteriormente, os esforços cristãos centravam-se contra o material escrito, vide o Debate de Paris em 1240, por exemplo. Os argumentos usados neste caso, contra o *Talmude*, denunciavam sua reverência como um ataque herético ao cristianismo. Predominava o sentimento de um julgamento ao *Talmude*, circunscritos na exploração de passagens consideradas como anticristãs.

[...] significa que os cristãos estavam dispostos a tolerar o judaísmo apenas enquanto este se mantivesse preso à sua forma pré-cristã, isto é, se continuasse como testemunha fossilizada do tipo de judaísmo que Jesus viera substituir (nesse aspecto, evidentemente, eles não sabiam que o judaísmo, já no tempo de Jesus, havia sofrido considerável transformação do tipo de religião descrita no Antigo Testamento). A visão cristã básica era que a única continuação legítima do judaísmo do Antigo Testamento era o próprio cristianismo. [...]. O Debate de Paris representa esta reação. Seu objetivo era aniquilar o *Talmude* e fazer os judeus retornarem ao que eram nos tempos do Antigo Testamento, a partir do que sua conversão ao cristianismo poderia eventualmente ser levada a cabo conforme planejado<sup>73</sup>.

Décadas depois, no Debate de Barcelona, a tônica das pretensões cristãs muda; o objetivo não é mais condenar, e sim converter. Não houve ameaças de queima ou confisco do livro sagrado judaico. Ramón de Penyafort, mentor do debate, compreendia que para conversões efetivas era necessário adentrar ao âmago da cultura e da mente e de seus futuros conversos. Foi há esta transformação que Bonner atentou. O eixo de foco deslocava-se para a religião e as experiências históricas. Deixa-se o texto escrito para concentrar-se no povo, “cujos dirigentes teriam interpretado mal o conteúdo do livro<sup>74</sup>”. O terreno puramente teológico dá espaço para implicações político-sociais nesta ocasião.

<sup>71</sup>JAULENT, Esteves. Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris, *Op. cit.*, p. 09.

<sup>72</sup>BONNER, Anthony. L'apologética de Ramon Martí i Ramon Llull da vant de l'islam i del judaisme, *Op. cit.*, p. 171.

<sup>73</sup>MACCOBY, Hyam. O Judaísmo em Julgamento: Os debates judaico-cristãos na Idade Média, *Op. cit.*, p. 28.

<sup>74</sup>JAULENT. Esteves. Introdução, *Op. cit.*, p. 14.

Neste novo cenário, a *Arte* de Llull nascerá em uma epifania. Aproximadamente em 1274, recolheu-se no monte Randa para dedicar-se à contemplação, fonte, em sua concepção, do acesso ao conhecimento de Deus. Em *Vita* descreve o estado de oito dias de reflexão e iluminação divina que lhe viera, dando-lhe os meios de escrever os livros que combateriam os erros dos não cristãos.

[...] o dito reverendo mestre subiu alto em uma montanha chamada Randa, a qual não era muito longe de sua casa, para que aqui melhor pudesse pregar e servir a Nosso Senhor. E como tivesse estado aqui por quase oito dias, e um dia estivesse contemplando e tendo os olhos voltados para o céu, em um instante lhe veio certa ilustração divina, dando-lhe ordem e forma de fazer os ditos livros contra os erros dos infieis. Da qual coisa o dito reverendo mestre muito alegre, com grandes lágrimas nos olhos, fez muitas graças a Nosso Senhor daquela graça tão maravilhosa; e, incontinenti, desceu da dita montanha e rapidamente foi embora ao mosteiro de Real, para que mais rapidamente pudesse ordenar os ditos livros; [...] e naquele lugar onde ele recebeu aquela grande ilustração fez edificar um ermitório, no qual esteve pelo espaço de quatro meses, dia e noite suplicando a Nosso Senhor que aquela *Arte* que havia ordenado fosse à Sua honra e ao proveito da santa fé católica, e que a fizesse prosperar<sup>75</sup>.

A *Arte* fundamenta-se nas relações que se estabelecem entre os princípios que constituem a realidade das coisas que conhecemos e na do indivíduo que as conhece. Concebe-se em um sistema argumentativo que se origina sempre da ótica do Ser, uma vez que este é fruto da atividade divina que concede realidade às coisas do universo, não das ideias. Apresentando uma concepção ativa e produtiva do indivíduo, pois é este quem constrói a realidade, o filósofo maiorquino elucida que o Ser de Deus é uma integração de todas as ações ou perfeições possíveis, unificadas em um Ato Puro<sup>76</sup>. Desta forma, a ciência de Ramón Llull não é sua, e sim, de Deus.

A realidade de Deus, o primeiro Ser, se expõe à compreensão humana através de princípios absolutos e ativos que, quando são refletidas em Deus, Llull conceituará de *Virtudes* ou *Dignidades divinas*. “A *Arte* dará a Lúlio os meios para provar que o Deus das três grandes religiões monoteístas é o mesmo”<sup>77</sup>. A originalidade de Ramón Llull surge em seu método. Sua obra missionária calcava-se não nos elementos que diferenciavam as três religiões, mas no que as uniam, isto é, a crença em um único Deus e os princípios absolutos que O definem. O filósofo tentou buscar igualdades análogas entre as três religiões para mostrar a primazia da fé cristã. O método da *Arte* não dialoga

<sup>75</sup>LLULL, Ramon. *Vida Coetânea*. Tradução Ricardo da Costa; revisão Alexander Fidora; supervisão Fernando Domínguez Reboiras, publicada na Internet: <http://www.ricardocosta.com/vita.htm>. Tradução da edição de Gret Schib. Barcelona: Editorial Barcino, 1972, p. 12.

<sup>76</sup>JAULENT. Esteves. Introdução, *Op. cit.*, p. 20-21.

<sup>77</sup>IDEM, *Ibidem*, p.21.

com os escolásticos nem com as autoridades e seus exemplos são originais, não escolhidos em coleções medievais usadas pelos pregadores.

A *Arte* manifesta as *dignidades dei*, ou seja, os princípios absolutos que se relacionam com o sefirot hebraico e com as hadras muçulmanas. As *dignidades* propostas por Ramón seriam a Bondade, Grandeza, Duração, Poder, Sabedoria, Vontade, Virtude, Verdade e Glória. De valores metafísicos, “pertenciam à essência, exemplo segundo os quais a atividade divina produziu a existência do mundo”<sup>78</sup>. Nela, se expõe as *Articula fidei*, ou os artigos de fé, elementos de matéria religiosa cristã, desconhecidos pelos não cristãos. Por isso sua insistência no diálogo e na força da razão.

Estabelecia-se, portanto, “uma hermenêutica teológica entre o judaísmo, cristianismo e islamismo, pois, as três religiões partiam da existência de um único Deus que possuía qualidades inatas que se relacionavam com a criação”<sup>79</sup>. Tal sistema hermético só foi concebível graças a pluralidade de Maiorca, cujo cosmopolitismo social possibilitou a Llull uma visão singular das culturas judia e muçulmana. Esta hermenêutica concedia a liberdade através da Verdade, princípio fundamental, cuja busca criou um sistema missionário inovador, enfática quanto à capacidade racional do ouvinte e indubitável quanto à asserção dos princípios construtivos, a qual nenhuma das religiões poderia negar.

É importante que se reflita em como Ramón Llull absorveu os métodos empregados e os reconfigurou através de sua perspectiva de atividade apostólica em uma nova postura frente ao mundo real. Este contato contínuo desde a juventude com este multiculturalismo, permitiu a ele compreender sua realidade com deveras clareza, algo que, no futuro, contribuiria para sua flexível adaptação às sucessivas mudanças com as quais se depararia. Diferentemente de Ramón de Penyafort, a proposta de fundação de escolas missionárias por Llull transcendia o ato de estudo da língua do outro. A realização do trabalho missionário exigia uma exposição da fé cristã através de argumentos verossímeis. Era preciso que o ouvinte compreendesse o conteúdo da prédica e que sua percepção e inteligência de escuta participassem do processo de audição, pois, sem esta integração, não haveria a união com a mensagem propagada,

---

<sup>78</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (12332-1316), *Op. cit.*, p. 492.

<sup>79</sup>PARDO PASTOR, Jordi. “Diálogo inter-religioso” ou “diálogo aparente” durante a Idade Média hispânica, *Op. cit.*, p. 46.

resultando na não adaptação ao movimento de pregação<sup>80</sup>. Somente existiria uma religião salvífica, mas não se abandonaria uma fé pela outra sem estar convencido de suas verdades<sup>81</sup>. A importância de se conhecer as “ciências” e “línguas” era indispensável para a comunicação e exaltação à devoção da palavra.

A *Arte* de Llull abrigava em seu cerne um propósito circunscrito: a realização de uma nova ordem ético-social. Em passagem descrita no *Livro do Gentio e dos Três Sábios* (1274-1276), sua primeira produção após a iluminação no monte Randa, descreve a bem-aventurança de se ter todos os homens sob o manto de uma mesma lei e crença.

E que assim como há um só Deus, Pai, Criador e Senhor de tudo quanto existe, assim também todos os povos existentes se unissem para ser um só povo só no caminho de salvação, e todos juntos tivessem uma só fé, uma só Lei e dessem louvor e glória a nosso Senhor Jesus. Pensai, senhores, quanto são os danos que se originam pelo fato de os homens não seguirem uma só religião, e quantos são os bens que adviriam se todos tivessem uma só fé e uma só lei<sup>82</sup>.

Seu projeto tencionava a unicidade religiosa. Esta visão de humanidade seria de uma realidade alcançável, pela simples razão de que tal unidade é de vontade divina. Esta unidade sob a tutela de uma só fé realizar-se-ia através da conversão. Este é o principal objetivo das obras lulianas; converter. Converter, primeiramente, os não cristãos e, posteriormente, os cristãos<sup>83</sup>. O sucesso da proposta de reforma social se daria em uma cristandade educada pela religião, pela contemplação amorosa a Deus, através do diálogo, pela razão. Contudo, este, necessariamente, não precisaria ser realizado pacificamente. Admitia o uso da força como meio de possibilitá-lo, mas alimentava fortes convicções sobre a capacidade da razão em destruir os erros e alcançar a verdade.

Defensor ávido do diálogo, suas convicções alimentavam-se de argumentos racionais, condensadas em sua defesa e movidas pelos parâmetros de esclarecer ao infiel os erros de sua fé. Esta polêmica em relação ao outro no que consiste em expor a gravidade de seus erros de fé ganhou níveis desmedidos a ser conceituado como

<sup>80</sup>MIATELLO, André Luis Pereira. *Pregação e Cavalaria no processo de expansão da cristandade latina*, *Op. cit.*, p. 1162.

<sup>81</sup>DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. Idea y estructura de La Vita Raymundi Lulli. *Studia Lulliana* 27(1), 1987, p. 02.

<sup>82</sup>LLULL, Ramón. O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276). *Op. cit.*, p. 47.

<sup>83</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 03.

teologia da controvérsia<sup>84</sup>. Este termo traduzia os embates incisivos entre o triunfo da Verdade e a convicção da Falsidade que perscrutavam as relações entre uma religião e outra. Ramón afirmava que o homem foi criado para entender e não para crer; portanto o exercício da razão estava implícito no ato da fé<sup>85</sup>. Mesmo limitada, a razão humana era um dom concedido por Deus, portanto, fazia parte da própria natureza onisciente da Divindade.

Em *El Libro de las Béstias* diferentemente, não se encontram os objetivos de conversão tão característicos do autor, pois, sua escrita fora destinada ao mundo cristão<sup>86</sup>. Mas sua *Arte* está ali, circunscrita nos aspectos reformistas, morais, didáticos e críticos aos que possuem o cetro do poder; príncipes, eclesiásticos e nobres burgueses, figuras indispensáveis para sua reforma. Esta constante luta em fazer com que a cristandade se dê conta de que há de se trabalhar pelo “ordenamento do mundo”, incluíam a participação ativa de todos os segmentos sociais, desde mercadores, artesãos e marinheiros até cavaleiros, clérigos e monarcas. A necessidade de converter as classes dirigentes para que estas convertessem o povo, formam uma congruência em seu programa apologético. A unificação só se concluiria quando governantes e governados participassem da mesma fé.

Para isto, não se limitou aos espaços geográficos de Maiorca ou da Península Ibérica para sua pregação. Apelou para o poder constituído, solicitando-lhes apoio, pois, o reconhecimento das classes dirigentes sobre a importância e viabilidade de sua proposta de reforma era imprescindível para o êxito, uma vez que, sem seus auxílios para propagá-la, este instrumento seria infrutífero. Esse motivo o leva para a Corte de Felipe, o Belo. Em 1287, com o intuito de propor ao Papa e aos cardeais a implantação de escolas missionárias, viajou a Roma. Entretanto, ao chegar, é informado que o papa Honório IV (1210-1287) havia falecido; dirige-se, então, à França, para a Corte filipina com o mesmo propósito<sup>87</sup>.

A tônica evangelizadora luliana se reflete em duas faces de sua proposta de unicidade cristã: a revolucionária e a tradicional. Revolucionária por seu método, sua hermenêutica em absorver as confluências religiosas e, amalgamantes, norteá-las aos seus objetivos. A metodologia concebida por Lull permitiu-o desenvolver uma peculiar

---

<sup>84</sup>PARDÓ PASTOR, Jordi. “Diálogo inter-religioso” ou “diálogo aparente” durante a Idade Média hispânica, *Op. cit.*, p.45.

<sup>85</sup>JAULENT, Esteves. Introdução, *Op. cit.*, p. 08.

<sup>86</sup>COSTA, Ricardo da. A novela da Idade Média: O Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 14.

<sup>87</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 10.

ordenação do mundo a partir de raciocínios lógicos com os quais podia demonstrar a fé cristã<sup>88</sup> e tentar novos e originais caminhos na compreensão dos problemas fundamentais com os quais conviveu. Tradicional por difundir-se pela educação missionária, velha conhecida dos esforços apologéticos. Seu projeto concebia-se em uma tripla essência: religiosa, pela conversão; educacional, pelo ensino de línguas e social, pela integração una. A reforma abriria o caminho para a verdadeira paz. O despertar religioso para a conversão exaltava-se como um ato de amor e devoção a Cristo<sup>89</sup>. Ramón Llull era o homem da palavra, exercitava-a pela fé e se recarrega constantemente pelos exercícios de pregação.

Exaltamos o poder da palavra para a sociedade medieval. A empregabilidade das palavras ancorava-se nas mentalidades de então gerando o seu real poder. Pronunciada, a palavra passa por uma corrente de sensibilidades e pensamentos, cujo desenvolvimento deste último está atrelado ao seu uso eficaz. “O poder da palavra era visto como algo efetivo, daí por que a sociedade medieval ter um vasto campo semântico”<sup>90</sup>. A palavra não é só palavra, é a voz, é o intérprete, transmissora da fé, depósito da semente de todo conhecimento. Envolvida por uma áurea simbólica, nas crenças dos poderes advindos, que operaram no século XII uma mudança incisiva nas mentalidades religiosas: o sacramento da confissão. A necessidade de expiação pelas palavras constituía um gesto essencial para a absolvição.

Todo discurso é ação, física e psiquicamente efetiva. Na palavra se origina o poder do chefe e da política, do camponês e da semente. No entanto, toda palavra não é só palavra. Há a palavra ordinária, banal superficialmente demonstradora, e a palavra-força; a palavra inconsistente, versátil e uma palavra mais fixada, enriquecida por seu próprio fundo, arquivo sonoro das massas que, em sua maioria, ignoram a escrita e são ainda mentalmente inaptas a participar de outros modos de comunicação não-verbal<sup>91</sup>

A palavra salva, sobretudo, a palavra de Deus, que é como a espada<sup>92</sup> e no âmbito dos embates entre cristãos e muçulmanos em território peninsular, a confiança depositada por Ramón na pregação não é por acaso. A mediação feita pela palavra permite um contato particularizado com o divino. Enquanto perdura, não é apenas um

<sup>88</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. Algunes consideracions sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramón Llull i l'original oriental. *Catalan Review: International journal of Catalan culture*, v.11, n.1-2, 1997, p.85.

<sup>89</sup>MIATELLO, André Luis Pereira. Pregação e Cavalaria no processo de expansão da cristandade latina, *Op. cit.*, p.1158.

<sup>90</sup>FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Eva Barbada: Ensaios de Mitologia Medieval*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 109.

<sup>91</sup>ZUMTHOR, Paulo. *A Letra e a Voz: A “literatura” medieval*. Tradução Amálio Pinheiro; Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 75.

<sup>92</sup>FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Eva Barbada*, *Op. cit.*, p. 108- 110.

mecanismos de transmissão de uma doutrina, mas fundadora de uma fé. O cenário contribui para refletir sobre as práticas de poder inscritas pelo ato da fala, por sua força persuasiva e por seu caráter sobrenatural. A retórica luliana busca, pelo ato da pregação, fundamentar-se em um dos mecanismos de Deus potenciais ao espírito, capaz de tocar o coração dos não cristãos a fim de convertê-los.

## 1.2. A ética luliana sob a ótica sócio-política.

A teoria política de Ramón Llull é, em grande medida, a teoria moral dos governantes. Sua ética política tem como fundamento básico o conhecimentos das virtudes, essas que definem Deus e que se ancoravam em dois pólos contrários: o amor, substrato das virtudes como objetivo do homem e o pecado, projeção dos vícios e força desviadora do indivíduo. Essas disposições contrárias existentes nas obras de Llull apoiam-se no *Princípio da contrariedade*, reflexão inspiradora cuja aplicação consiste em comparar as duas realidades entre si. Segundo este princípio, aquilo que é conveniente à natureza do entendimento humano é sempre amável e aquilo que é inconveniente a essa natureza é sempre odiável. “[...] o bem e a grandeza convêm ao ser, e o mal e a parvidade, que são contrários, convêm ao não-ser”<sup>93</sup>. Ou seja, toda realidade apresenta-se como um bem, portanto, amável. O oposto disso, a carência ao ser será odiável.

É necessário termos em consideração que a filosofia luliana é uma filosofia do bem, que preza pelo amável e pelas virtudes. Esta contrariedade tinha por objetivo traduzir as *dignidades divinas* em virtudes, refletindo-as no ser humano a imagem de Deus. Os princípios se constituiriam de guia para a inteligência humana entender as verdades cristãs<sup>94</sup>. Para Ramón, cada *dignidade* era um atributo de Deus, uma *virtude* que cada criatura participava, em maior ou menor escala, em semelhança. Seria pelo conhecimento e raciocínio destes atributos divinos que a existência humana se elevaria à Deus. De valores metafísicos, as *dignidades* pertenciam à essência, os quais a atividade divina produziu a existência do mundo<sup>95</sup>. Trata-se, em nossa interpretação, uma filosofia cíclica, onde a Deus pertence o começo e o fim da vida virtuosa.

Para Llull, o método das *dignidades divinas* serve para se conhecer o clamor de Deus e o fenômeno político está intrinsecamente ligado às virtudes, pois, sem estas, maiores as exacerbações pelas tentações e pelos perjúrios. Crê que a ação do homem é indissociável da ação de Deus e sendo todos os homens criaturas divinas, suas relações sociais, culturais e religiosas também devem ser refletidas como um elemento acerca da Divindade. Estes conhecimentos sobre a criatura e suas percepções de mundo

<sup>93</sup>LLLULL, Ramón. O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276), *Op. cit.*, p. 51.

<sup>94</sup>JAULENT, Esteves. Introdução, *Op. cit.*, p. 24.

<sup>95</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix e la Teoria Política de Raimondo Lullo: Spunti di riflessione. In: ARNAS, Pedro Roche (Org.). *El pensamiento político en la Edad Média*. Fundación Ramón Areces, Madrid, 2010, p. 392.

contribuiriam para a contemplação e condução a Deus. Deste modo, sendo Ele o criador, sua criação está em harmonia com suas dignidades e, dentre as criaturas, o homem é o mais semelhante aos elementos que correspondem à realidade terrena e divina<sup>96</sup>.

De tal modo, as *virtudes* dividem-se entre as que se referem a Deus, as *incriadas* ou *ad intra* e, conseqüentemente as mais nobres e as que concernem às criaturas, as *criadas* ou *ad extra*. Isto não significa que esta última não remeta a Ele; ambas emanam do Divino e jamais são contrárias umas às outras; contudo, a diferença entre elas está fundamentada no fato de que na primeira são virtudes da divindade enquanto as segundas são virtudes que provêm da divindade, ou seja, são próprias aos homens. Através destes princípios que se prova a existência de Deus, onde se exaltam suas qualidades eminentes (sabedoria e perfeição), suas visões afetivas e morais (bondade, poder e amor) e suas relações com as criaturas (grandeza e eternidade). Neste sentido, “nem as *virtudes incriadas* e nem as *virtudes criadas* podem estabelecer nenhum tipo de relação com os vícios ou pecados capitais, pois ambas provêm de forma direta ou indireta de Deus”<sup>97</sup>.

Como aponta o medievalista Ricardo da Costa, o conceito de *virtude* sofreu variações ao longo do tempo. Na Antiguidade, em a *República*, Platão (428/427 a.C.-348/347 a.C.) compreendeu-a como uma capacidade de realizar uma determinada atribuição; para Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), em *Ética a Nicômanos*, como um hábito racional, que tornaria o homem bom. No entanto, Tomás de Aquino (1225-1274) refletiu a virtude aristotélica como resultado dos hábitos humanos, em *Suma Teológica*, as virtudes são potências naturalmente ativas e seu fim geram as ações e são estas ações do homem determinadas pelos hábitos, sendo assim, as virtudes humanas são hábitos<sup>98</sup>. Está é a definição que mais se assemelhará às concepções de Llull.

Dito isto, em face da teoria política, sendo instrumento de virtudes, é dever do rei que deseja servi-Lo evitar os pecados, pois sendo este uma imperfeição e em Deus sendo inconcebíveis imperfeições, estabelece-se uma contrariedade às qualidades d’Ele. Segundo Llull, a justiça divina não prevê perdão para aqueles que não cumprem o papel atribuído por Ele na Terra e sendo representante direto, a consequência da maior responsabilidade moral de um governante consiste na concepção de que o soberano

<sup>96</sup>PARDO PASTOR, Jordi. La Natureza humana en Ramón Llull el pequeño mundo del hombre. *Revista española de Filosofía Medieval*, nº13, 2006, p. 63.

<sup>97</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 59.

<sup>98</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (12332-1316), *Op. cit.*, p. 489-490.

virtuoso torna seu povo virtuoso, enquanto que o corrupto o corrompe. Cabe ao seu ofício arbitrar os conflitos e equilibrar a sociedade.

A aplicação da ética no cenário político em *El Libro de las Béstias* delinea-se pela ótica dos comportamentos, ao expor o cenário social do reino animal, onde o filósofo maiorquino alerta aos governantes para se preservarem dos maus conselheiros, ao passo que esmiúça a deterioração do rei mediante as obscuras faces do poder. O diagnóstico apresentado por Llull ao leitor sobre o panorama de fins do século XIII esboçam uma concepção claramente definida de governo no que diz respeito às disposições do corpo governamental e do conselho.

-Sabe, senhor, o que significa rei neste mundo? E o rei respondeu que a monarquia se instituía na Terra, de acordo com o seu entendimento, que o rei poderia ser o significado de Deus, isto é, que o rei pode manter no século o poder da justiça, e governar bem e com razão o povo que Deus colocou em seu regime e sua proteção<sup>99</sup>.

Como peça fundamental para que os homens se aproximem das *virtudes divinas*, a ética do príncipe luliano é um mecanismo para que seu reino alcance a salvação através das virtudes. Dito isso, os responsáveis pelas más condições do mundo são seus governantes, sejam príncipes ou prelados, cujas próprias insensatezes e/ou pelos conselhos de seus assessores, agonizam a humanidade sob as consequências de suas ações<sup>100</sup>.

Ao dedicar-se ao espelho de príncipes<sup>101</sup>, em *El Libro de las Béstias* a aplicação das virtudes e dos vícios desenvolvida por Llull sistematizam-se e classificam-se baseadas na concordância e contrariedade, mas, não se disporá aqui todas elas, apenas as julgadas mais importantes para entender o fenômeno sociopolítico. Seriam elas: Fé e Incredulidade; Caridade e Ódio; Esperança e Desespero; Justiça e Injustiça; Prudência e Imprudência; Temperança e Destemperança; Castidade e Luxúria; Fidelidade e Inveja; Humildade e Soberba; Paciência e Ira<sup>102</sup>.

<sup>99</sup>LLULL, Ramón. *El libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p.39.

<sup>100</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p.161.

<sup>101</sup>A literatura política dirigida à educação ética dos governantes, denominada de *espelho de príncipes*, foi característico dos escritos políticos entre os séculos XIII e XV. Esses manuais de governo notabilizaram-se por seu conteúdo educacional e moral, cuja influência sobre a teoria e prática de governo no Ocidente orientou a condução da regência política. As reflexões sobre o exercício da monarquia atreladas à construção da imagem de um rei sábio trouxeram à luz uma filosofia teológico-política onde o rei, através de uma educação virtuosa, deveria ser espelho de virtude para os seus súditos, cuja contemplação de um modelo de perfeição os encaminhariam para a esfera celeste. Comumente foram produzidos por personalidades de saber intelectual como teóricos, filósofos e teólogos.

<sup>102</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix y la Teoría Política de Raimondo Lullo: Spunti di riflessione, *Op. cit.*, p. 494.

Para Ramón, a vida política é substancial e necessária; ao soberano é preciso que dedique sua vida e seu poder à causa do povo. Quais seriam, portanto, as virtudes lulianas próprias e necessárias aos governantes<sup>103</sup>? Em *El Libro de las Béstias*, a exposição destas pode ser pensada a partir de cinco aspectos problematizadores, seguidos de acordo com a proposta do filósofo Sebastián Trías Mercant<sup>104</sup>:

- a) a polaridade entre os vícios e as virtudes e a descrição da virtude, extraídos das descrições do governo do rei Leão;
- b) Deus como causa e fim da vida virtuosa;
- c) a postura ética de admiração em relação à extensão dos vícios no mundo, presente na corte do rei dos Homens durante a estadia dos embaixadores;
- e) a análise dos casos de consciência, manifestados pela perspectiva ético-social da virtude e do vício, perceptíveis em três ocasiões: na morte do filho do Boi e do Cavalo, na passagem do adultério contra Dona Leoparda e na morte do Leopardo;
- f) a valorização da virtude através da aplicação do sistema de concordância e contrariedade, simbolizados pela lealdade do Elefante e na morte de Dona Raposa.

A obra se inicia com a exposição de um processo eleitoral, onde se descrevem vinte e dois animais polarizados em duas classes sociais. Durante a oposição do Boi com relação à eleição do Leão, em seu discurso o mesmo diz que o rei deve “ser humilde por seu caráter”<sup>105</sup>. Conceitualmente, o animal reflete sobre um governante merecedor de admiração, portador de índole moral e intelectual, cujas *virtudes* o tornariam um soberano melhor. Entre elas, estariam a prudência, justiça, fortaleza e temperança, denominada *virtudes cardeais*, referenciais para o homem e para um governo sábio e justo. Em outra passagem do mesmo discurso, o Boi complementa dizendo “e que considere a seus súditos e não os infira menor dano”<sup>106</sup>; aqui, o animal faz alusão às virtudes da fé, esperança e caridade, denominadas *virtudes teologais*, onde se abstrai o sentido mais puro do amor e da paz pelo bem do próximo. O oposto disto apresentaria um rei orgulhoso, rancoroso e injusto, espelho das vaidades e da soberba humana.

Isto se evidencia na explanação pelo exercício de sua ética dos contrários disposta durante o argumento de Dona Raposa na passagem da eleição do bispado em

<sup>103</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (12332-1316), *Op. cit.*, p. 495.

<sup>104</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 495.

<sup>105</sup>LLULL, Ramón. *El libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p.13.

<sup>106</sup>IDEM, *Idibem*, p.13.

que apela para o *exempla*<sup>107</sup>, da *matter ecclesia* para consolidar a eleição leonina. Durante a exposição, descreve a disputa entre um sábio sacristão, cuja intelectualidade irá assemelhar à força do Leão, e um simples cônego cuja luxúria irá confrontar com a fraqueza do Cavalo, indicado em oposição ao carnívoro<sup>108</sup>. Ao trazer para o cerne das contendas do processo eleitoral e assimilar as descrições dos envolvidos, a personagem une a contrariedade descrita em duas realidades dúbias, a animal e a humana, para refletir um ao outro.

A particularidade de se explicar as *virtudes* a partir da relação entre exemplos narrativos e a realidade material e espiritual, inter-relacionando-os, demonstra a visão simbólica na qual Llull concebia o universo. Ao homem era necessário conhecer as *virtudes*, pois, elas seriam o caminho e o conhecimento para a sustentação do seu comportamento moral cristão. Ao monarca, a aplicação sociopolítica das *virtudes* seria fundamental para se alcançar a harmonização e disseminação da salvação aos seus súditos para que estes a alcançassem através delas.

[...] é importante ressaltar ainda que sua concepção de moral possui como base o conceito de liberdade, uma operação racional no homem através da vontade. A alma está sujeita a virtudes e vícios porque é livre e capaz de fazer o bem e o mal. Entenda-se que, na Idade Média, o conceito de liberdade significava um privilégio, um estatuto garantido, o justo lugar perante Deus e aos homens, a inserção do homem na comunidade. Para o homem medieval, não havia liberdade sem comunidade<sup>109</sup>.

O governante não deve conceber sua liberdade política como um privilégio de sua estirpe, pois, seus serviços estão dispostos para a sociedade que representa. Através da prudência de suas ações, as *virtudes* são reflexos aos seus súditos, servindo como um espelho de conduta moral de comportamento. O ideário de cristandade luliano necessita e muito, de ética de quem o governar. Entretanto, Ramón Llull não deixa de contrapor as diferenças dos vícios de um mal regente em relação aos erros humanos destes. O filósofo não idealizou um protótipo perfeito de monarca, pelo contrário, Llull não era um quimérico quanto à personalidade humana e tinha plena consciência de que seus intentos não seriam de fácil alcance.

<sup>107</sup>Os *exemplas* medieval são historietas edificantes, utilizado na maioria das vezes pelos pregadores que introduziam-na em seus discursos para que os ouvintes assimilassem melhor uma lição salutar. Floresceram na virada do século XIII e, assim como os bestiários, viram sua ascensão em meio aos métodos de pregação e na literatura moral cristã. Vindo já da antiguidade, quando era empregado sobretudo pelos oradores e nos processos, profundamente modificado pelo cristianismo, os *exemplas* assumem novas formas no âmbito das pregações de que as ordens mendicantes são principais promotores. LE GOFF, Jacques. O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval, *Op. cit.*, p. 141.

<sup>108</sup>LLULL, Ramón. El libro de las Béstias, *Op. cit.*, p.15

<sup>109</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (12332-1316), *Op. cit.*, p. 495.

O ponto fundamental, da perspectiva cristã de sua teoria política, está assentado na definição de que ou o príncipe é cristão e, portanto, virtuoso, ou não, sendo assim, um mau príncipe<sup>110</sup>. “Llull contrapõe à honra que se convém ao príncipe virtuoso com a falta, o vício e o pecado do mau príncipe, o tirano”<sup>111</sup>. Não há um meio termo. A este último, o tirano, não é capaz de esconder seus vícios e sua punição advém da justiça de Deus; seu único meio de salvação é a contemplação.

O filósofo vale da idéia de *virtude* como hábito, ou seja, as *virtudes* humanas são hábitos<sup>112</sup>. Neste sentido, o recuo leonino perante os vícios na passagem do adultério contra Dona Leoparda<sup>113</sup> mostra uma feroz condenação àquele que se exige máxima exemplaridade. O processo que se desencadeia após a traição permite-nos perceber a grande inteligência de Llull quando vemos construída a obra sobre a oposição de valores tão substanciais para o filósofo. Esta natural estranheza sustenta a maldade do mundo “[...], pois as bondades foram perdidas desde o tempo dos apóstolos”<sup>114</sup> e a acentuação da faceta didático-moral da obra vem acompanhada pela reinvidicação expositiva da *Arte* que possibilita o acesso à divindade através das *dignidades*.

Os pressupostos problematizadores anteriormente citados também devem ser analisados por seu sentido puramente missionário. O objetivo e finalidade de todo poder, sendo ele espiritual ou temporal, é alcançar a paz universal, dito isto, Ramón carregará consigo a convicção de que sua *Arte* é um “dom divino”, cuja necessidade e eficácia para a cristandade embala a perseverança em seus propósitos. Juntamente com a paz universal poder-se-ia realizar a propagação da fé e a conversão de todos os não cristãos. Esta fé em seus escritos fez o filósofo ser “moderadamente enaltecido por suas obras, privado integralmente por seus ideais”<sup>115</sup>, uma vez que algumas peculiaridades de seu ser o faziam ser alvo de duras críticas. Suas experiências o fizeram compreender que fazer-se ouvir não seria tarefa fácil. Seus opositores<sup>116</sup> constantemente o adjetivam de louco e utópico por suas propostas e afirmam que a humanidade dividida em várias

---

<sup>110</sup>COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII. *Op. cit.*, p. 09

<sup>111</sup>IDEM, *Ibidem*.

<sup>112</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (12332-1316), *Op. cit.*, p. 490.

<sup>113</sup>LLULL, Ramón. El libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 62-64.

<sup>114</sup>JÍMENES, Julia Butinã. El Libre de les bésties de Llull y el comportamiento político, *Op. cit.*, p. 331.

<sup>115</sup>DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. Idea y estrutura de La Vita Raymundi Lulli, *Op. cit.*, p. 08.

<sup>116</sup>Hillgarth cita entre seus críticos não apenas príncipes e cavaleiros, mas também bispos e a Cúria Papal, sempre severos e bem fundamentados quanto os de Robert Grosseteste (1168-1253) no Conselho de Lyon em 1250. HILLGARTH, J. Vida I Impotància de Ramon Llull en el contexto del segle XIII, *Op. cit.*, p. 976.

religiões advinha da ordem de Deus e fruto dos pecados e mentiras dos homens; enquanto houvesse pecadores haveria cristãos e não cristãos.

Sobre o conceito de utópico, Hillgarth contraria esta definição ao filósofo maiorquino. O autor declara que Llull não era um excêntrico solitário e utopista, pelo contrário, tinha absoluto conhecimento das mudanças políticas que se desenrolam, ao passo de preocupar-se com a crescente burocracia na qual a Igreja tencionava afogar a vida espiritual. As ansiedades derivadas das ameaças externas e internas à cristandade latina<sup>117</sup> são refletidas na vida de Ramón Llull e em seus escritos sobre as missões, as cruzadas, o perigo do aristotelismo radical em Paris, a campanha contínua contra a mundanidade e a corrupção da Igreja<sup>118</sup>. A escrita não era sua preocupação primordial, mas o veículo de disseminação da *Arte* e, conseqüentemente, seu ideal.

Um dos fundamentos do pensamento luliano diz respeito a preparar-se e dispor-se ao martírio fator que defendia veementemente e que propôs ao citar a criação de uma ordem militar que defendesse genuinamente a cristandade até a morte. O martírio não seria um ato isolado. Para Llull o martírio evidencia o conhecimento e o amor a uma verdade que se encontra no íntimo de sua alma<sup>119</sup>. Este caráter devoto ao martírio, com um leve toque sufismo muçulmano, provém dos princípios franciscanos, aos quais Llull vai combinar de maneira genuína com os elementos da ordem dominicana. Contudo, será na figura de São Francisco de Assis (1182-1226) que irá fundamentar-se. Segundo Vauchez “para os partidários do ascetismo e da pobreza voluntária, era apenas pelo caminho do despojamento que o homem podia chegar até o amor espiritual, que transformava as necessidades vitais em trampolim para Deus”<sup>120</sup>.

Em *Vita Coetaena*, ao rememorar seus dias de conversão, o filósofo confessa ter sido “provocado pelo exemplo de Francisco”<sup>121</sup>, despojando-se da vida pecaminosa para

---

<sup>117</sup>O encontro de Llull com a cristandade fora de sua Maiorca natal foi impactantemente dramático para si. A indiferença em relação aos problemas da conversão do infiel é constantemente apontado por ele como um fundamental defeito da Igreja. Outra questão urgente que, de acordo com seu pensamento, deveria ser de interesse papal eram os mongóis; em 1309 escreveu sobre o avanço mongol dos últimos oitenta anos e que três imperadores governavam mais terras do que cristãos e muçulmanos juntos, sendo do que um em específico, senhor da Pérsia havia convertido, com seu exército, muçulmanos e como isso poderia prejudicar as investidas ocidentais acerca da conquista da Terra Santa. Llull advertia que a ofensiva mongol poderia facilmente conquistar Constantinopla e estender-se pelo oeste. Tais riscos necessitavam de intervenção papal através do envio de frades instruídos para o processo de conversão. IDEM, *Ibidem*, p. 972.

<sup>118</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 969.

<sup>119</sup>JAULENT, Esteves. Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris, *Op. cit.*, p. 07.

<sup>120</sup>VAUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII ao XIII), *Op. cit.*, p. 168.

<sup>121</sup>Na *Vita Coetanea*, Ramón Llull descreve que, em outubro de 1261, ouviu o bispo de Maiorca proferir sobre a vida de São Francisco de Assis durante uma pregação. Admirado pelo propósito de dar a vida por Cristo e pelas aparições que havia presenciado, vendeu todas as suas posses, deixando apenas o

tornar-se pregador. Creio que este elemento biográfico é indispensável para entendermos o significado da prédica para Llull e suas relações com o franciscanismo. Por outro lado, em vida, Llull nunca se vinculou a nenhuma das duas ordens, mas a proximidade com os franciscanos era evidente, ao passo de ser enterrado na Basílica de São Francisco, em Palma de Maiorca.

A formação de Llull em Maiorca nos ajuda muito a explicar as limitações e a natureza do sucesso que, tanto ele como os seus discípulos, após a sua morte, gostariam. Ao contrário de Tomás de Aquino, Llull nunca se tornou porta-voz oficial para qualquer ordem religiosa. Sua recusa em citar as autoridades na forma escolar acadêmico foi à causa de muitos sucessos limitados aos círculos universitários. [...]. A falta de adesão por parte de Llull para qualquer ordem religiosa, por um lado, foi um obstáculo e, por outro lado, uma vantagem. Ele vai ser durante toda sua vida, um filósofo laico que podia entender e penetrar no mundo laico<sup>122</sup>.

Sobre esta relação, Domínguez Reboiras afirmou que o filósofo arrisca-se a ser condenado espiritualmente a perder a sua *Arte*<sup>123</sup>. Para ele, a pregação é um exercício que, quanto mais espíritos atingidos pelo pregador, melhor se cumpre seu papel. Em Ramón Llull “a pregação transcende o seu lugar litúrgico e atinge o cerne do ordenamento social”<sup>124</sup>, estabelecendo a relação comunicativa entre o homem e o divino. O ofício persuasivo dos missionários embasa-se e realiza-se através de princípios que integram o processo de formação própria. Os pressupostos que persuadiram os missionários em sua reflexão comparativa com as demais religiões são os mesmos a serem aplicados para o destinatário final. A *Arte* luliana como instrumento apologético e argumentativo deve refletir-se e assemelhar-se ao processo exercido no próprio sujeito que objetiva condicionar o infiel aos seus elementos.

Ramón Llull fora um prolífico autor. Transeunte confesso dos mais abundantes campos da intelectualidade medieval, suas extensivas obras versam sobre o âmbito literário, teleológico e espiritual para superficialmente citarmos suas produções. A pregação foi a dedicação de sua vida. Anos antes de falecer, escreve, em 1311, ao Conselho de Viena um breve resumo de vida: “Eu fui um homem amarrado pelo casamento; eu tive filhos, era discretamente rico, preguiçoso e mundano. Eu deixei tudo

---

necessário para manter o subsídio familiar, divorciou-se de Blanca Picany, com quem tivera dois filhos e rendeu-se à fé católica. LLULL, Ramón. *Vita Coetanea/A Contemporary Life/Vida coetânea/Vida coetânea*, *Op. cit.*, 2017, p. 09-10.

<sup>122</sup>HILLGARTH, J. Vida I Impotância de Ramon Llull en el contexto del segle XIII, *Op. cit.*, p. 977-978.

<sup>123</sup>DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. Idea y estructura de La Vita Raymundi Lulli, *Op. cit.*, p. 13.

<sup>124</sup>MIATELLO, André Luis Pereira. Pregação e Cavalaria no processo de expansão da cristandade latina, *Op. cit.*, p. 1163.

para poder me dedicar a promover a honra de Deus, o bem público e exaltar a fé santa”<sup>125</sup>. Faleceu aproximadamente com 84 anos, em 1316<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup>HILLGARTH, *Op. cit.*, p. 977.

<sup>126</sup>As últimas viagens de Llull se deram pelo Mediterrâneo, sendo a mais longa delas datada no verão de 1301, quando dirigiu-se ao Oriente Próximo ao ser informado que o mongol Ghazan, Khan da Pérsia pretendia submeter a Palestina. Nesta pretensão viu a oportunidade de converte-los ao cristianismo, uma vez que os tártaros eram numerosos e poderosos na região, não tinham uma religião definida e haviam mostrado hostilidade ao Islã. Mas ao chegar em Chipre, as notícias informaram-no que os tártaros haviam se aproximado da Palestina, mas sem empreender frentes de conquista. As últimas obras de Llull são escritas por volta de dezembro de 1315 em Túnis. Neste momento contava com oitenta e três anos e após essa data, cessam suas obras. Sobre sua morte, não há consenso se faleceu em Túnis em uma última incursão ao Mediterrâneo ou se provavelmente voltou para Maiorca. SOLER, Josep Maria Ruiz Albert. Vida, pensament i context de Ramon Llull. *Catalan Historican Review*, nº1, 2008, p. 205-206.

## **CAPÍTULO II**

**“HABÍANSE REUNIDO MUCHOS ANIMALES SALVAJES QUE  
TRATABAN DE ELEGIR REY”: O QUE OS ANIMAIS TÊM A NOS  
ENSINAR SOBRE A POLÍTICA.**

## 2.1. Configurações socioculturais em *El Libro de las Béstias*.

Diferentemente das demais obras que compõem *Félix*, *El Libro de las Béstias* não é narrado pelo personagem principal. Ao invés de agente ativo, papel desempenhado nos outros nove livros, aqui rompe-se com a estrutura itinerante diálogo de Félix, que despede-se de seu protagonismo ao final do prólogo e passa à condição de observador das ações dos personagens animais, retornando à sua posição apenas no epílogo.

Somos então inseridos em um “relato emoldurado”<sup>127</sup> da sociedade dos animais que se encontram imersos em um processo de votação para eleger um rei. Percebe-se, inicialmente, a predisposição para que tal cargo seja ocupado pelo Leão<sup>128</sup>, animal este envolto de uma importante dimensão cristológica, cuja áurea religiosa está enraizada na tradição judaico-cristã<sup>129</sup> e presente em passagens bíblicas, como no caso do Livro de Provérbios (Pv 30:30) que o define como o mais forte entre os animais. Mas, para refletirmos o simbolismo leonino na tradição medieval cristã, é necessário pensarmos no seu espaço dentro das heranças culturais que a Idade Média herdou além da bíblica; enfatizamos neste caso a germânica.

Antes de mais nada, para que se entenda os conflitos entre essas duas heranças, cabe, mesmo que brevemente, pensá-la sob a ótica do conceito braudeliano da longa duração. Fernand Braudel (1902-1985) propôs pensar a história através de suas estruturas sociais, princípio este que nortearia a longa duração e permearia sua organização, coerência e as relação entre as realidades e massas sociais. Assim, o rompimento com a concepção de um tempo revolucionário transmuta a perspectiva de tempo único e linear para a proposta da “dialética da duração” que homogeniza, correlaciona e articula os diferentes tempos históricos que “por viverem muito tempo,

<sup>127</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d’amic e amat e El Libre de lès Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p.48

<sup>128</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 13.

<sup>129</sup>A tradição judaico-cristã tem diferentes simbologias como justiça e força. O Leão simboliza as duas expressões de Cristo, a humana e a divina. Sobre a natureza do Leão, há muitas histórias religiosas que as descrevem como, por exemplo, a bíblica de Daniel e o leão, a de São Marcos que é representado em forma de leão ou em Gênesis (Gn 49:9) quando Jacó compara seu filho Judá, de quem Jesus descera, com um leão. PASCUAL, Lúcia Martín. *La tradició animalística en la literatura catalana medieval*. Alacant, 1996, p. 282-283.

tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo”<sup>130</sup>.

Quanto às dimensões de temporalidade, Braudel afirma que as mentalidades são prisões de longa duração<sup>131</sup>, dos quais os homens e suas experiências não podem libertar-se. Tais prisões, cujas transformações são visíveis na proposta metodológica, são palcos de ciclos, interciclos, crises estruturais que escondem as irregularidades e permanências quadros. Sob o efeito da longa duração, o historiador das mentalidades explora as permanências e recorrências da história, traços comuns e imutáveis em meio ao mar de rupturas e transformações que renovam o mundo. A permanência do discurso cristão revela que o eixo de disputa em voga circunscreve-se nos signos de poder que envolvem as relações entre o homem e os animais e cujos símbolos despertam as matizes do pensamento analógico medieval e seus esforços para estabelecer as relações entre a realidade e o imaginário. Os agentes representativos de cada cultura são mecanismos de um contexto maior, a consolidação e prevalecimento entre as heranças culturais.

A superioridade do leão como “rei” dos animais expõe embates culturais complexos no que concerne às fortes tensões entre a Europa germânica e celta, para o qual o urso é o primeiro entre os animais, e a Europa latina, onde o leão cumpre este papel. Antes da cristianização, ao leão não são atribuídos nenhum desempenho na fauna simbólica celta, cujo bestiário mitológico tem no javali, no veado e no corvo, os concorrentes para o urso. Em relação aos germânicos, os estratos mais antigos da mitologia germanoesandinava não apresentam nenhum vestígio do animal, no entanto, suas incursões nas regiões do Mar Negro e os contatos comerciais e culturais com as sociedades da Ásia Central e do Oriente Médio, o importaram para o Ocidente<sup>132</sup>.

Os primeiros sinais de prevalecimento do leão em detrimento do urso se manifestam depois do ano mil e consolidam-se definitivamente no século XII graças, essencialmente, ao desempenho da Igreja. Durante o período carolíngio, em grande parte da Europa germânica e escandinava, o urso fora estrela do bestiário sagrado e fonte de veneração em festas e cultos pagãos, cultos estes que, posteriormente, foram reprimidos durante a ofensiva da Igreja. Nesse processo, o favorecimento da promoção

---

<sup>130</sup>BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1992, p.268.

<sup>131</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 268.

<sup>132</sup>PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. 1ª edição. Buenos Aires: Katz, 2006, p. 58-65.

do leão está ligeiramente atrelado a sua procedência de uma cultura escrita, a cristã, em detrimento das tradições orais. O Novo Testamento sedimentou o terreno para uma futura valorização cristã do leão, consubstanciado principalmente por alguns dos padres da Igreja, citemos Ambrósio (340-397) e Orígenes (185-253) e, a partir do século XIII, as grandes enciclopédias enfatizaram a força, a generosidade e a coragem presentes em sua essência. Ao urso, em contraposição, sua personalidade se envolveu ao bestário dos sete pecados, associando-o à ira, à preguiça, à luxúria e à gula<sup>133</sup>.

Imerso neste mundo de emblemas e códigos sociais, ao Leão se investiu todas as virtudes de um chefe guerreiro como a força, a coragem, o orgulho e a justiça, atrelados, por vezes, a uma atmosfera cristã de caridade e misericórdia. Sua elegibilidade predestina-se pela representação do exercício de liderança e pelo poder que emana. Em oposição à elegibilidade do Leão e antagonistas por origem natural, o Boi explicita seu descontentamento ao argumentar:

[...], à nobreza do cargo convém elegância da pessoa; e por isso precisamos escolher ao mesmo tempo em que seja belo e de respeitável corpulência, seja humilde por seu caráter, e que considere seus súditos e não os infira dano algum. O Leão, a quem trata de eleger, não é de grande estatura, nem muito opulento, e temos que ter em consideração que não vive de ervas, mas da carne dos animais que persegue; e tem também uma voz e rugido de certa forma, que a todos estremece. Se de algo vale meu conselho, não hesito em lhes dizer que escolhemos o Cavalo, que além de esbelto e de graciosa presença é ágil, de atraente aparência e, sobretudo, não se alimenta de carne<sup>134</sup>.

Os critérios expostos configuram os elementos fundamentais da nobreza moral sancionada no papel dos soberanos; à virtude régia, à beleza, exaltada pela integridade e à humildade simbolizada pelo caráter. Estes são valores que deve o rei aspirar. De acordo com Ramón Llull, para o bom exercício de governo, as virtudes deveriam ser ativas: através de suas ações e de sua prática política, o rei seria reconhecido<sup>135</sup>. Tal reconhecimento não se restringiria apenas à investidura do ofício de governar, mas necessita ser assegurada democraticamente perante seus iguais; além do mais, o principal pensamento contrário do Boi consiste que, a partir da eleição do Leão, apenas a classe de carnívoros se beneficiaria socialmente do resultado e, conseqüentemente, servir-se-ia socialmente dos inferiores, os herbívoros.

<sup>133</sup>IDEM, *Idibem*, p. 66-67.

<sup>134</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 13.

<sup>135</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade em Ramón Llull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 490.

O Boi salienta a nobreza como virtude régia, identificação esta de tônica neoplatônica, recurso recorrente na literatura luliana<sup>136</sup> e mensagem fundamental de sua predicação; compreender como o bom e belo nos alcança através dos sentidos, possibilitando alcançar o verdadeiro e correto julgamento. A beleza exalta-se pela integridade, pela virtude do bom soberano, que adota critérios para extirpar de seu reino os vícios, possibilitando a difusão de sua virtude para um todo. Percebe-se o enaltecimento da maior virtude para São Paulo: a da caridade, pois é nela que o bom homem busca a paz em seu sentido mais puro e fará bem ao próximo, próprio da natureza de Deus<sup>137</sup>.

Ramón refere-se aqui a um tema caro à teologia política, a questão do rei como imagem de Deus, personificação deste na Terra para assegurar o bem espiritual de seus súditos. Segundo George Duby, a pessoa do rei abriga-se “[...] no cruzamento dos dois eixos, do visível e do invisível, na cruz que suporta a arquitetura da criação, o rei surge-lhe como o responsável pela paz, essa projeção sobre o nosso universo imperfeito da ordem que reina no céu, e pela lei”<sup>138</sup>. O encontro de duas esferas heterogêneas, entretanto, exerce nas mentalidades<sup>139</sup> uma peculiar atração em meio ao ávido cenário

<sup>136</sup>ÁLVARO, César González. *El Libre d’amic e amat e El Libre de lês Bésties de Ramón Llull*, *Op. cit.*, p. 48.

<sup>137</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade em Ramón Llull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 490.

<sup>138</sup>DUBY, George. As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo, *Op. cit.*, p. 60.

<sup>139</sup>Na primeira geração da Escola dos *Annales*, a história das mentalidades constituía-se parte de uma faceta mais ampla, a história social que compreendia a história econômica e cultural em perspectiva a uma história total, ou o que pensavam ser total, em detrimento à história política do século anterior, de caráter factual. Marc Bloch (1886-1944) e Ernst Kantorowicz (1895-1963), em seus estudos sobre a mentalidade religiosa medieval reconheceram que a gama de crenças e práticas, algumas de origens milenares, consubstanciaram na mentalidade política, através das sagrações, das insígnias de poder, das curas milagrosas e do toque aos escrofulosos, uma mística monárquica. A mentalidade é aquilo que muda lentamente e que se exalta no indivíduo histórico no coletivo, justamente pelas similitudes que possui com os que o cerca. A própria dinâmica da história das mentalidades encontra-se na afluência entre o individual e o coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do marginal e do geral. A conjuntura da história das mentalidades implica ao historiador a devotar-se aos fenômenos essenciais e aos cotidianos do seu domínio. Tudo é fonte para os historiadores das mentalidades. Jacques Dupaquier debruçou-se sobre as relações entre a população e os alimentos, a fome e as epidemias na busca de evidenciar necessidade de não isolar os fenômenos socioeconômicos e demográficos do contexto cultural. Lucien Febvre (1878-1956) foi o precursor em analisar as mentalidades em consonância com os seus locais e meios de produção, vide O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais (1942). As mentalidades mantêm com as estruturas sociais complexas relações, mas ambas são indissociáveis. No decurso dos anos 60 e 70, temas outrora desconhecidos povoaram o interesse historiográfico em detrimento dos temas socioeconômicos em declínio. Os estudos das mentalidades religiosas, a partir dos testamentos, com Michel Vovelle (1933-2018) e Pierre Chaunu (1923-2009); George Duby (1919-1996) e suas análises sobre como os impostos pagos aos soberanos exerciam no povo a função de intercessor natural para o além e Jacques Le Goff (1924-2014) com o tempo da Igreja e o tempo dos comerciantes e a dicotomia existente entre as projeções mentais de ambos sobre o transcorrer das horas. Essa nova teoria chamar-se-ia de Nova História. ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005,

de reconciliação e reconexão entre a dualidade do mundo e o Além, cuja presença deve ser consciente e viva para o cristão.

O papel da realeza medieval era envolvido pelo prestígio da monarquia e pelo caráter sagrado que lhe era atribuído. O enraizamento das superstições que formavam o maravilhoso<sup>140</sup> monárquico remontava a séculos anteriores ao advento do cristianismo, principalmente entre a realeza germânica<sup>141</sup>; entretanto, alcançou seu ápice com a atribuição de poderes milagrosos e curativos dos monarcas, denominados *taumaturgos*<sup>142</sup>. O toque das escrófulas, os anéis medicinais e a água das bacias reais fomentaram na consciência coletiva atribuições místicas a realeza, mas, antes que qualquer coisa, esta auréola sagrada expressava o poder político supremo dos reis que fora potencializado, posteriormente, pelo rito da unção. Desde cedo, a unção desempenhou um importante papel no processo cerimonial, sobretudo no Ocidente, embebida pela tradição judaica onde se constituía em um método habitual de transferência do espaço profano para o sagrado. Sem consagração não havia rei, independente de seus títulos terrestres. As atribuições de suas capacidades espirituais emanam de sua unção, ato este que o transforma em outro homem e o transfigurará, tornando-o “deificado” pela virtude da graça.

[...], em parte a solenidade foi sempre dúplice: de um lado, a entrega das insígnias, entre as quais a coroa permanecerá a essencial; do outro, a unção, que continuou até o fim a ser o ato santificador por excelência. Assim nasceu a sagração. O óleo santo elevava os soberanos a muito acima da multidão, [...]<sup>143</sup>.

A duplicação dos corpos concebia-o em uma *persona mixta*, conceito referente às suas capacidades temporais e espirituais emanadas de sua consagração e unção. O

---

p. 153-175; LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J.; NORA, Pierre. (orgs.). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.68-83.

<sup>140</sup>Tomemos aqui os estudos de Jacques Le Goff. Entre os séculos XII e XIII o sobrenatural ocidental dividiu-se em três esferas: *mirabilis*, *magicus* e *miraculosus*. No caso em questão, o *miraculum* parece-nos o elementos no qual se moldura este fenômeno. No maravilhoso cristão o milagre refere-se a um autor e este é Deus que depende apenas de Seu arbítrio, bem como os escolhidos para interceder no plano terrestre. Observamos, nesse caso, a inserção dessa esfera no maravilhoso político, no âmbito da linhagem, cuja desfrute se evidenciou na busca das dinastias reais em idealizar suas origens míticas e no âmbito da monarquia, sobretudo como expressão de poder político supremo. LE GOFF, Jacques. O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval. *Op. cit.*, p. 15-33.

<sup>141</sup>A longa cabeleira que era atributo tradicional da dinastia franca (todos os outros homens livres, tão logo atingiam a idade adulta, passavam a usar cabelos curtos) decerto fora na origem um símbolo de ordem sobrenatural; ou melhor, originalmente esses cabelos jamais cortados deviam ser considerados o próprio centro do poder maravilhoso que se reconhecia nos filhos da estirpe eleita; os *reges criniti* (reis de cabelos longos) eram outros Sansões”. In: BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra*. Prefácio Jacques Le Goff; tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 73.

<sup>142</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 42-43.

<sup>143</sup>Ibidem, p. 78.

monarca apresenta-se como imagem viva de Deus, entretanto, havia diferenças entre “Deus por natureza” e “deus pela graça”, antítese não só aplicada para distinguir a fraqueza da natureza humana, que se remediaria pela graça, como para destacar a “eminência de deificação” que dotava o corpo do rei em um estado de graça. Revogado os efeitos da consagração, expõe-se a carne e apenas resta “um paralelo ao seu eu miserável: o escarnecido filho do Homem”<sup>144</sup>.

Sendo a imagem viva de Deus, suas funções expressar-se-iam pelas qualidades e virtudes individuais que obrigatoriamente deveriam ser cultivadas por um bom governante. Dessa forma, há a cisão da personalidade reinante entre o que de fato se espera de um rei e o desempenho prático de seu papel. Com relação a estes critérios, atentamos à passagem final do argumento do Boi que alerta para a estratificação social do reino. A premissa argumentativa ancora-se nas intrínsecas relações entre a alimentação e as condições de vida que se estabeleceram na mentalidade medieval, nos propondo a refletir sobre o substrato cultural que residia no ato de comer.

A alimentação, além de explorar as relações entre os grupos humanos com as espécies animais e vegetais, define as esferas socioeconômicas e culturais. A culinária medieval herdou da Antiguidade dois modelos alimentares severamente distintos. De um lado, a cultura greco-romana que difunde sua economia dominante no cultivo da horticultura, a cerealicultura (trigo) e a arboricultura (videira e oliveira), aliada à criação ovina; ou seja, profundamente de origem vegetal. Do outro lado, a cultura de origem animal, essencialmente silvo-pastoril, exploradora de pastagens e do cultivo da terra, baseada na caça, pesca e criações selvagens, sobretudo porcos, procediam das heranças célticas e germânicas, cujo papel dos alimentos vegetais era secundário<sup>145</sup>.

Durante a Alta Idade Média essa oposição se manteve. Contudo, entre os séculos V ou VI, leves aberturas surgiram nestes entraves, criando uma aproximação através do processo de aculturação<sup>146</sup> mútua que amadurece nos séculos seguintes e que não apenas influencia a cultura alimentar, mas alcança, também, os planos sociais e institucionais. A constituição de uma cultura “romano-germânica” era inédita, cujo caráter misto de seu regime alimentar colocou alimentos antes dissociados em coexistência.

---

<sup>144</sup>KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre a teologia política medieval*/tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 42-52.

<sup>145</sup>MONTANARI, Massimo. Alimentação. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002, p.35.

<sup>146</sup>IDEM, *Ibidem*, p.36.

De um lado, o modelo “agrícola” da alimentação mediterrânea viu sua zona de aplicação crescer em direção ao norte, fosse por sua causa da fascinação que a civilização greco-romana e suas realizações materiais exerciam sobre os conquistadores “bárbaros”, fosse por acompanhar a crescente difusão da fé e da cultura cristã que, coerentemente com suas origens mediterrâneas, tinham feito do pão, do vinho e do azeite os alimentos consagrados de uma liturgia específica. De outro lado, o monasticismo contribuiu para a difusão de um estilo alimentar fundamentalmente vegetariano, visto como mais adequado ao ascetismo e à fuga do mundo. [...]. Entretanto, as práticas litúrgicas e, sobretudo, a obrigação eclesiástica de não consumir produtos de origem animal durante certos dias da semana (a quarta e sextas feiras) ou do ano (as quaresmas maiores e menores), contribuíram decisivamente para a criação de uma cultura alimentar mais complexa e diversificada. Reciprocamente, a dominação política e social das tribos germânicas acarretou uma difusão maior de suas culturas e, sobretudo, uma nova maneira de conceber a paisagem e os bosques e terrenos incultos: estes não eram mais vistos como obstáculos às atividades produtivas do homem, e sim como espaços igualmente produtivos, potencialmente exploráveis. A economia tomou então uma orientação silvo-pastoril. O lugar da carne tornou-se central no regime alimentar, enquanto a importância da cerealicultura diminuía<sup>147</sup>.

Tal processo introduziu na paisagem medieval transformações no comportamento alimentar que, certamente, refletiram na comunicação e nas diferenciações sociais. Séculos adentro, as transformações acarretaram, lentamente, na acentuação do estilo de vida de todos os indivíduos que viram com o crescimento da produção agrícola, o enriquecimento da aristocracia e o desenvolvimento das cidades, novos traços darem à cena cotidiana tons às hierarquias e as suas necessidades de consumo. A mesa torna-se um forte elemento de identidade coletiva<sup>148</sup>, palco de múltiplas metáforas sobre os componentes culturais e antropológicos presentes em um ato simples, mas repleto de desejos e profundas emoções.

O discurso do Boi nos mostra, através deste quadro, a principal engrenagem deste sistema ideológico animalístico, o comportamento alimentar. Sendo instrumento da vontade de Deus, o não cumprimento dos deveres sociais e morais de um rei são o mais sério dos fracassos e, a julgar pelo seu ponto de vista, a eleição do Leão privilegiaria apenas a sua classe, aprofundando as fissuras sociais existentes. A condição do valor nutritivo da carne é evidente nesta resistência, associando-se à força e ao poder. No âmbito alimentar, a primazia absoluta cabe à prática da caça e a sua

<sup>147</sup>*Ibidem*, p. 36-37.

<sup>148</sup>O século X trás consigo os primeiros sinais de mudanças na sociedade feudal e a estes sinais, a “agrarização” da economia rural incidia uma nova configuração nos sistemas alimentares das diferentes classes sociais. As camadas mais baixas perdem, entre 1050 e 1280, a variedade alimentícia que os particulariza na Alta Idade Média. “Cada classe social se apropria de uma parte desigual do conjunto dos recursos agrários, silvícolas e pastoris da cidade. Cada uma lhes atribui valores diferentes e os combina à sua maneira, para constituir seu próprio sistema alimentar”. A nobreza, além da carne, pão e vinho, completava sua mesa com ovos e queijo, carne nos dias normais e peixes no período de penitência. RIERA-MELLS, Antoni. Sociedade feudal e alimentação (séculos XII-XIII). In: FLANDRIN, Louis; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 394.

cultura de força e violência que se consagra nas estratégias de cercos, capturas e combates. A valorização entre o consumo de carne e a força física se expressa em diversos aspectos da cultura medieval, a ponto de influenciar incisivamente sua técnica gastronômica de preparo<sup>149</sup>.

A força torna-se um indispensável atributo de poder e esta não só dependia dos alimentos ingeridos, mas de suas quantidades. O consumo de carne não apenas designa a pertença social do indivíduo, mas ilustra um quadro de discriminação ideológica onde o consumo alimentar atrelado à identidade social, evidencia as correspondências econômica, social e religiosa e é a esta disparidade que as preocupações do Boi atentam. Contudo, mesmo que sejam portadores de valores distintos, ao propor o Cavalo como candidato pelos princípios opostos dos quais desqualifica o Leão, o Boi parte do mesmo princípio, o alimentar.

Instaura-se entre as bestas o sentimento de indecisão gerado pelo argumento do Boi. Os herbívoros temem sofrer com políticas inóspitas e o prolongamento da eleição incomoda veementemente Dona Raposa<sup>150</sup>, personagem célebre desta obra que merece uma análise à parte e a ela nos dedicaremos mais à frente. Precisamos ter em consideração a estrutura da fonte como reflexo de uma sociedade real, marcada pela luta entre a lealdade e a deslealdade<sup>151</sup>. Neste teatro, Dona Raposa tem o papel principal, por seus traços exporem um personagem de caráter traiçoeiro que luta, através das palavras, para ascender ao poder.

Diferentemente dos demais animais, a raposa reconhece suas limitações, chegando a afirmá-las posteriormente perante o rei, descrevendo-se como “muito pequeno, de escassa força e pouco poder”<sup>152</sup>. Entretanto, é a partir desta consciência

<sup>149</sup> “[...] segundo uma tradição bem determinada em antropologia, o uso do fogo sem água e dos recipientes domésticos implica uma relação mais estreita com o cru e natureza selvagem e, portanto, com a imagem profundamente “animal” que a nobreza da Alta Idade Média quer dar de si mesma”. MONTANARI, Massimo. Os camponeses, os guerreiros e os sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação. In: FLANDRIN, Louis; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 293.

<sup>150</sup> O nome Raposa vem do germânico Reginhard da obra produzida por Willian de Gand em 1159 *Ysengrimus*, fábula latina cujo lobo de mesmo nome relata as armadilhas de Reginhard, a raposa. O épico escrito foi embasado em um poema latino derivado da tradição popular chamada *Ecbasi captivivi*, datado de 837 e produzido por um monge membro da abadia de São Ebro. Segundo Jiménez, apesar da vaga influência é indiscutível que Dona Raposa fora inspirada por Roman de Renart, conjunto de histórias animais datados do século XII. Para Costa, Ramón coloca Raposa no feminino seguindo a tradição ibérica *Na Renart*, ao contrário do francês. No entanto, para Rubió i Balaguer, embora o título feminino seja aplicado, como o animal da raposa está em catalão, muitas vezes *Renart* aparece com pronomes masculinos, conservando os traços do gênero que fala gramaticalmente francês. JÍMENEZ, *Op. cit.*, 2004, p. 85; COSTA, *Op. cit.*, 2009, p. 24;35-36; RÚBIO I BALAGUER, *Op. cit.*, p. 319.

<sup>151</sup> RAMÍIS I SERRA, Pere. *Llibre de las Bésties: El Príncipe y la Sociedad*, *Op. cit.*, p. 153.

<sup>152</sup> LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 26.

pormenorizada de si que a personagem faz uso de seu trunfo, seu poder de retórica. Esta relação entre poder e saber será fundamental para o pensamento político medieval.

Tome-se aqui sobre este caráter os estudos de George Duby. O autor salienta que a retórica para os intelectuais clericais é considerada como um mecanismo de governo, sobretudo, de governar a ação dos príncipes. Isto porque apenas os *oratores* são especialistas da arte da retórica. Mesmo portando seu domínio, os reis carecem de formação intelectual para a interpretação e reflexão das leituras, pois a investidura do cetro e da espada o afasta dos meios escolares. Aos capítulos catedrais, a frequência nas escolas episcopais lhes oportunizam essa vantagem sobre o monarcas<sup>153</sup>. Isso nos leva a refletir se Dona Raposa foi concebida como reflexo crítico, não apenas como na figura do conselheiro mas, sobretudo, do conselheiro religioso, uma vez que seus argumentos são fortemente carregados de conhecimento sagrado. Debruçar-se-á a essa questão nos capítulos a seguir.

É através de seu poder de argumentação que Dona Raposa articula-se entre as duas esferas do reino das Bestas. A princípio, o objetivo de Dona Raposa é eleger o Leão para rei, a fim de galgar um cargo em seu conselho. Seu exercício de fala busca a consolidação e a legitimação do poder do carnívoro, mas ao perceber a instabilidade que o argumento do Boi trouxe, intervém com palavras que delimitam, claramente, o espaço de cada classe dentro do sistema, primeiro os carnívoros e depois, os herbívoros.

-Senhores: Quando Deus criou o mundo, não o criou com o objetivo de que o homem fosse conhecido e amado; pelo contrário, fez isso para que Ele fosse conhecido e amado pelo homem. Por esta razão, desejou que os animais estivessem a serviço do homem, embora ele alimente-se ao mesmo tempo de carne e ervas. Parecem-me, então, senhores que não deveis prestar atenção nos apontamos do Boi, inspirados apenas pelo ódio que professa ao Leão, sem outra causa, certamente, que a de que o Leão alimenta-se de carne. Devemos, portanto, em minha percepção, seguir a regra e o regime da ordenação que Deus quis estabelecer em relação às criaturas<sup>154</sup>.

O argumento raposino parte de um importante instrumento de poder: a teoria da ordem social. Para a sociedade medieval, os seres e as coisas devem permanecer em seus lugares, em seu estado habitual e natural, a fim de respeitar a ordem desejada pelo Criador. Transgredir essa ordem é um ato violento. Recorrendo novamente aos estudos de Duby, para o medievalista os sistemas ideológicos não se inventam; existem difusos na consciência humana, elaborados em sua memória e intrinsecamente ligados a uma lenta evolução, cujos efeitos se deslocam e se reconstroem. A ideologia não é, segundo

<sup>153</sup>DUBY, George. As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo, *Op. cit.*, p. 30.

<sup>154</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 14

o autor, um reflexo do vivido, mas um projeto de agir sobre ele; “para que a ação tenha qualquer possibilidade de eficácia, é preciso que não seja demasiado grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida”<sup>155</sup>. No fragmento acima, percebe-se que a raposa manifesta sua palavra, numa forma cujo eco se percebe na hierarquização social, situando cada animal no lugar que lhe compete, sendo esta disposta pela ordenação divina, estrutura intemporal e projetada pelo próprio pensamento de Deus. Em um mundo fortemente hierarquizado como o do Ocidente medieval, a necessidade de obedecer esta ordenação define-se como peça chave nas engrenagens desta máquina ideológica e se manifesta em diferentes níveis de poder e ordem.

A harmonia da criação resulta de uma troca hierarquizada de submissões respeitadas e de afeições condescendentes. [...] olhar para cima, para o menos impuro, para o mais perfeito, para se descobrir o modelo, a ordem estabelecida por Deus, a ordem dado por Deus. Se as coisas se passam assim na sociedade angélica, se a organização desta sociedade muito pura assenta em distinções, as distinções são ainda mais necessárias na sociedade humana<sup>156</sup>.

O sermão colocado por Llull a serviço da raposa aponta tacitamente que o discurso do bom governo, aquele consubstanciado pela lei natural, pode não ter em seu cerne a inocência da boa intenção. No caso raposino, recorrer ao seu uso está atrelado não à preocupação do bem comum, mas ao interesse particular. Em sua escalada pelo poder, Dona Raposa não se abnega em reconhecer sua inferioridade em relação ao homem para exaltar sua posição em detrimento dos herbívoros, advertindo que nenhum deles deve seguir seus próprios interesses, mas devem seguir os interesses de Deus. “Os poderes constituídos são ordenados por Deus” (Rm 13:1) e a esta hierarquia é dever do homem medieval respeitar a organização preterida. A nobreza do Leão revela a procedência divina na ordenação das criaturas terrestres.

A personagem se caracteriza como um mecanismo de articulação que aumenta ou diminui a capacidade de criar intrigas. Seus argumentos tecem fios que ora se emaranham, ora se desenrolam de acordo com seus intentos, como será apresentado no transcorrer de *El Libro de las Béstias* e que se expressam pelo seu poder de fala, fomentando conspirações ao longo da obra e atentando para os perigos de se ter no corpo político um modelo corrompido. Sua oratória é sua arma principal; a escolha das

<sup>155</sup>DUBY, George. As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo, *Op. cit.*, p. 20;80

<sup>156</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 47-48.

palavras é a garantia de sua excelência, assim como a influência que ela exerce nos espíritos alheios.

O prolongamento do estado de incerteza e as perturbações, advindas desta, deixam Dona Raposa descontente. Novamente, ela tece seus argumentos, ainda mais sutis e persuasivos, transportando sua realidade para o interior da *matter ecclesia*, fecundo ventre do poder espiritual. No fragmento abaixo, percebermos como, através da eleição do bispado, a raposa mover-se-ia entre seus pares com agilidade e com seu discurso flexível para consagrar seu objetivo.

Deveis saber que em uma igreja catedral tratavam, em certa ocasião de eleger um bispo, e disputavam com grande empenho, naquele cabildo, sobre quem seria a pessoa elegida. Os capitulares estavam divididos. Alguns sustentavam a eleição do sacristão daquela igreja, um homem inteligente, de muitas letras e adornado de grandes virtudes; enquanto que o arcediogo, incentivado por outros, aspirava também o bispado, e o mesmo acontecia com o cônego simples. Mas, vendo que os dois últimos votos não podiam prevalecer, pois combatiam a sorte da eleição do sacristão, que preferiram apoiar um simples cônego, que era de bela presença, mas não tinha instrução alguma, ademais das circunstâncias era fraco de espírito e muito luxurioso. Maravilhando-se todo o cabildo, um dos capitulares disse:

-Se o leão chega a ser rei depois de ter combatido o Urso, o Leopardo e a Onça, difícil será que estes devolvam à sua graça e eles serão sempre malquistos, se o Cavalo e o Leão, contra a ele se subordinam, como aquele tem o poder de castigar e reduzir-lhe a sua obediência sendo menos bravo e não tendo a mesma força e valentia?<sup>157</sup>

O argumento raposino transporta o leitor para o cerne da eleição para bispo, alto dignitário religioso, pastor e responsável por seu rebanho. Este fragmento nos mostra o confronto entre o sacristão, homem intelectualizado e virtuoso, em detrimento de um simples cônego, descrito como belo de pessoa, mas pobre de espírito e muito luxurioso. Nesta passagem, Ramón Llull expressa a importância da virtude em um soberano. Do cargo eclesiástico proveria o mais importante mecanismo de restauração da harmonia entre o mundo invisível e o mundo visível; das mãos dos bispos, distribuía-se o sagrado, confiado pelo próprio Deus, poder divino que lhe penetrava o corpo e dispersava-se por suas mãos e palavras de intercessor entre o mundo celeste e o terrestre<sup>158</sup>. Em virtude da outra face, ao pôr em contraste o candidato intelectualizado e virtuoso em detrimento do outro luxurioso, o filósofo maiorquino enfatiza a necessidade do poder régio ser exercido por um bom homem, benemérito, de índole e intelectualmente primoroso. “Virtude significa força, poder”<sup>159</sup>.

<sup>157</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 15.

<sup>158</sup>DUBY, George. As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo, *Op. cit.*, p. 26.

<sup>159</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade em Ramón Llull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 489.

Invertendo o cenário, a raposa trás o exemplo para o seio do processo eleitoral, consagrando o poder e a força como atributo régio essencial ao confrontar as figuras do Cavalo e do Leão, sendo que o primeiro eleito subordinar-se-ia ao segundo em um confronto direto por não possuir tais adjetivos. Dona Raposa atenta para a importância de se ter um governante que represente autoridade, nos seus mais amplos aspectos, pois a honra é uma das qualidades e virtudes que devem ser cultivadas pelo bom governante, visto que é prejudicial ao povo a desonra de seu rei<sup>160</sup>, pois “o monarca é o tronco por onde passam as virtudes que se harmonizam com a comunidade através do poder, [...]”<sup>161</sup>. A ideia é que o rei deve imitar em seu governo o governo de Deus no mundo, um governo que se expressaria tanto pela lei natural quanto pelas autoridades e exemplos bíblicos. A força, vislumbrada por sua predisposição à violência e que fomenta todo o temor, renova-se por ser um atributo necessário ao poder.

A doutrina da superioridade da astúcia em detrimento da força é um dos princípios que o *El Libro de las Béstias* transmite e a qual Josep Ruiz Simon<sup>162</sup> se dedica a analisar. O autor evidencia que mesmo a força sendo um atributo necessário ao poder, não foi suficiente para o êxito eleitoral do leão que mesmo inclinado à posição só consolidou-se pela interferência da raposa. A astúcia, a qual Lull denomina de *maestria*, é o seu principal atributo e propulsor de sua superioridade em diversas lições que são impostas no transcorrer da obra. Esse embate entre a astúcia e a força tem por corolário a premissa de que com a astúcia não apenas fortes armadilhas podem ser impostas, como também a influência sob terceiros pode ser aplicada para se triunfar com as artimanhas. O poder político do Leão é expressado por sua força que, por meio do seu exercício efetivo ou pelo medo que desperta, conquista a submissão; mas é a *maestria* de Dona Raposa que produz os efeitos de poder na alma dos súditos.

Nesta encruzilhada de informações, cujo agenciamento constitui o sistema ideológico expositivo da estratégia de legitimação de Dona Raposa, que introduz seus inimigos em um novo marco ficcional, influenciando a realidade de seu mundo animal em consonância a suas pretensões. Como poderia ter sido rei um animal menos forte? Amedrontados pelo poder de elocução da raposa e temendo a ira do Leão, as bestas, antes hesitantes, consentem na eleição do carnívoro e que se sagra rei.

<sup>160</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix e la teoria política de Raimondo Lullo, *Op. cit.*, p. 394.

<sup>161</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade em Ramón Lull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 495.

<sup>162</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors: domini i govern en el pensament polític de Lull. *Quaderns d'Italia*, v.18, 2013, p. 162-167.

## 2.2. A representação do monarca através do simbolismo animal do Leão.

Eleito rei, o Leão começa a dar os primeiros sinais de sua conduta abusiva. Em suas primeiras atuações reinantes, concedeu privilégio aos animais carnívoros para que estes se alimentassem dos herbívoros, em agradecimento pelo apoio declarado durante o processo eleitoral, ato este praticado pelo próprio rei quando, após uma reunião com seus barões, se alimentou dos filhos do Boi e do Cavalo.

Aconteceu um dia que, estando o rei reunido com seus barões em pleno conselho, tanto tempo estiveram sem comer, nem beber, ocupados em elucidar o regime da corte, que depois do conselho, tiveram fome e então perguntaram ao Lobo e à Dona Raposa, o que poderiam procurar para satisfazer-se, que disseram:

- Tarde já é para ir caçar e fazer boa comida; mas não muito longe daqui, vimos um belo bezerro, filho do Boi, e um potro, filho do Cavalo, de carne muito boa, tanto, para constituir um jantar abundante.

Ouvido isso o Leão, apressou-se em mandar apresentar-se o Potro e o Bezerro e, chegando lá, eles os comeram<sup>163</sup>.

É importante não nos desatentarmos para o delineamento de caráter que Llull vai traçando do Leão ao longo da obra e como insinua através desta caracterização, suas doutrinas sobre o poder e o governo. A princípio, o privilegiado lugar como autoridade moral contrasta imediatamente com as ações leoninas, desencadeando o início da desestruturação social que será descrita e acompanhada nos capítulos seguintes. Desde o primeiro momento, sinaliza-se que seu rei Leão é uma amostra do poder corrompido, embalado por uma velada crítica à cultura e vida palaciana. Seu poder de trazer equilíbrio e justiça à sociedade que conduz logo se veem absortos pela desordem e inquietação. Do ponto de vista simbólico, o leão se trata de um animal ambivalente: existe o bom e o mal leão. O bom leão é o mais valente animal de todos e símbolo da tribo de Judá, a mais importante de Israel. Este bom leão se põe a serviço do bem comum e seu rugido expressa a palavra de Deus. O mal leão, mais frequente, é perigoso, cruel e ímpio, encarna os tiranos e os maus reis e os homens que vivem na impureza<sup>164</sup>.

Com a morte de seus filhos, o Boi e o Cavalo, enfurecidos, partem do reino em busca de presentear-se ao homem com intento de que sua submissão contribua para suas vinganças; porém, tornam-se subjugados e forçados a trabalhos penosos<sup>165</sup>. A migração de ambos tem um duplo significado para o reino das Bestas; em oposição à

<sup>163</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 16.

<sup>164</sup>PASTOUREAU, Michel. *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*, *Op. cit.*, p. 57.

<sup>165</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 16-17.

política régia ambos animais desnaturalizam-se de sua terra, transgredindo as relações de vassalagem pessoal. Um elemento fundamental do Estado feudo-medieval foi a subordinação de indivíduo a indivíduo. Esse laço social penetrava-se por toda vida social, fio condutivo entre as relações de dependências. O duplo aspecto do laço vassálico uniam duas vidas que, se não na prática, pelo menos no direito, se perdurava até o dia em que qualquer uma delas se acabasse. O juramento de fidelidade era o verdadeiro criador dessa relação, cujo vínculo social era inseparável do contato quase físico que o ato estabelecia entre os dois homens<sup>166</sup>.

Eis dois homens frente a frente: um, que quer servir, o outro que aceita, ou deseja, ser chefe. O primeiro une as mãos e, assim juntas, coloca-as nas mãos do segundo: claro símbolo de submissão, cujo sentido, por vezes, era ainda acentuado pela genuflexão. Ao mesmo tempo, a personagem que oferece as mãos pronuncia algumas palavras, muito breves, pelas quais se reconhece «o homem» de quem está na sua frente. Depois, chefe e subordinado beijam-se na boca: símbolo de acordo e de amizade. Eram estes - muito simples e, por isso mesmo, eminentemente adequados a impressionar espíritos tão sensíveis às coisas vistas - os gestos que serviam para estabelecer um dos vínculos mais fortes que a época feudal conheceu<sup>167</sup>.

A essencial característica era a reciprocidade entre as ordens. Na lógica das mentalidades e das instituições medievais, no contrato feudal de vassalagem, ao vassalo, seu dever era auxiliar e obedecer e ao rei proteger. As relações que se constroem entre senhor e vassalo são hierárquicas e consolidadoras do poder feudal, rompendo com estes laços e deslocando-se de senhorio, simboliza-se a decadência de seu rei<sup>168</sup>; em segundo, o rompimento fere diretamente o exercício do ofício de rei no que tange suas responsabilidades para com seus súditos<sup>169</sup>. No transcurso desta passagem temos a primeira introdução ao reino dos Homens na história. Referimo-nos como primeira introdução, pois se trata de uma descrição modesta que se dedica apenas à descrição dos sentimentos de dois animais fatigados pela existência trabalhosa “postos à mercê do senhorio do Homem e aceita por este a sua submissão, o fez montar o Cavalo e o Boi arar os campos”<sup>170</sup>, seguros das intenções de seu novo senhorio de se alimentar do Boi e exaurir o Cavalo pelo excessivo trabalho. O encontro entre ambas sociedades se dará intensamente durante a visita da embaixada do rei Leão à corte do rei dos Homens, mas a este nos dedicaremos a seguir.

<sup>166</sup>BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 178-198.

<sup>167</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 169.

<sup>168</sup>RAMÍIS I SERRA, Pere. *Llibre de las Bésties*, *Op. cit.*, p. 153.

<sup>169</sup>DUBY, George. *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo*, *Op. cit.*, p. 54.

<sup>170</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 16-17.

No reino animal, o rei prepara-se para escolher o seu conselho. Como citamos anteriormente, Llull desempenhou papel semelhante enquanto atuava como senescal na corte aragonesa, portanto, fala com autoridade sobre as disposições as quais se atribuem à função. Em seu argumento o rei Leão enfatiza os perigos que circundam sua função, pois, o exercício de poder, quando desastroso, traz penúrias tanto para o rei quanto para seus súditos.

-Senhores, é vossa vontade que eu seja rei. Todos sabem que o ofício de rei é muito perigoso e é um grande trabalho. É perigoso porque pelos pecados do rei muitas vezes Deus envia fome e doenças, mortes e guerra à terra. O mesmo faz pelos pecados do povo. Por isso, reinar é uma coisa perigosa ao rei e a todo o seu povo. E como é um grande trabalho para o rei governar a si mesmo e a seu povo, vos peço que me deis conselheiros que me ajudem e que me aconselhem de tal maneira que sejam a minha salvação e a de meu povo. Peço-vos que aqueles conselheiros que me deres sejam homens sábios, leais, e que sejam dignos de serem conselheiros e pares do rei<sup>171</sup>.

Para que estes tempos não se prenunciassem, o mesmo pede que lhe deem conselheiros que o ajudem a trilhar o caminho da salvação para ele e para seu povo. Abriremos brevemente uma incisão para discutirmos acerca do conceito de poder. Quanto a este, compartilhamos dos dizeres de George Duby, quando o mesmo cita que todo o poder nessa época participava de uma forma ou de outra do sagrado e que invariavelmente era exercido pelo homem<sup>172</sup>.

A todo homem de posse de uma parcela do poder terrestre era de fato atribuída uma função espiritual. Ele era responsável não só pelo corpo, mas pela alma de todos os vivos, de todos mortos da “família” que chefiava. Se pecava, seu pecado recaía sobre eles. Suas obras pias eram-lhe benéficas. Ele devia, portanto, comportar-se bem, devia ensinar aos seus, pelo exemplo e pela palavra. Quanto aquele cujo poder estendia-se para fora de sua casa, em público, devia conduzir à salvação todos os seres que dominava. Deus lhe havia confiado uma parte de seu povo. Chegava mesmo a colocar-lhes nas mãos, para lhe servissem de guardiões, [...]. Todo detentor de uma “função pública” devia, portanto, exterminar os obstinados, purgar o povo dos fermentos da corrupção que poderiam contaminá-lo. Enfim, seu primeiro dever era fazer reinar entre os súditos a paz e a justiça, [...]<sup>173</sup>.

Sendo as grandes linhas de poder na Idade Média exercido pelo masculino, o conselho auxilia o rei para as tribulações de sua função “pois é o que lhe devem todos os que detém uma parte da “função pública” no reino. O poder real repousa em sua fidelidade”<sup>174</sup>. Deste modo, ao rei necessitaria constituir um conselho cujos membros

<sup>171</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 41

<sup>172</sup>DUBY, George. *Idade Média na França (987-1460)*: De Hugo Capeto a Joana D’Arc. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, p. 13.

<sup>173</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 15.

<sup>174</sup>*Ibidem*, p. 36.

não se corrompessem pelo poder e que não o ameaçassem por sua estirpe<sup>175</sup> e que compartilhassem entre si os princípios da humildade e lealdade, representantes autênticos para um governo justo e pacífico. Dona Raposa, que almejava uma posição no conselho não fora cotada ao cargo, algo que a desagradava. Será difícil dissociar as figuras do rei Leão e Dona Raposa para analisá-los separadamente, visto que o monarca é deveras influenciado pelas articulações traiçoeiras da raposa. Mas nossa intensão neste momento é explorar as duas personalidades isoladamente, atentando para suas formas de atuação política e como expressam seu poder mediante os demais. A passagem do conselho do rei é uma das poucas que se analisará os dois em conjunto, pois considerar-se-á prejudicial para as reflexões a dissociação entre eles nesta ocasião.

Para manipular a situação, Dona Raposa apoia-se no Evangelho:

- Como está escrito e se encontra no Evangelho, Jesus Cristo, que é rei do céu e da terra, buscou no mundo a amizade e companhia de homens simples e humildes, escolhendo entre eles os mais pobres, para serem os depositários de sua doutrina. Isso significava que sua virtude era a que os elevaria e os manteria na mesma humildade. Assim, quero dizer-lhe que compreendo, e julgo conveniente, que o rei deve ter ao seu lado, a conselho, animais simples e humildes, ao qual o poder não ensoberba, nem induza à vaidade da linhagem ao ponto de igualá-lo<sup>176</sup>.

Neste fragmento, valendo-se de equivalências entre Jesus Cristo e o rei e entre os apóstolos e o conselho, a raposa articula-se entre dois polos, exaltando sua flexibilidade que transita facilmente “e permite essas mudanças de tom e posição”<sup>177</sup>. Em primeiro lugar, ela exalta os perigos de se ter um Conselho constituído por seres da mesma linhagem. Em segundo lugar, reivindica uma condição de humildade e simplicidade a exemplo dos apóstolos, através do Antigo Testamento no qual representam, sendo mediadores dos vícios e virtudes. Para finalizar este esboço da realeza, a raposa estabelece uma linha vertical que vai de Deus até o rei, ao explicitar que sendo uma significação d’Ele, o rei deve manter a justiça, governar bem e com discernimento o povo que Deus lhe deu sob seu regime e amparo<sup>178</sup>. Confiante, a raposa propõe que alguns animais herbívoros façam parte do conselho do rei, ideia não bem quista pelos carnívoros, uma vez que a percepção sobre a eloquência de Dona Raposa começa a se tornar mais nítida, causando incertezas sobre suas interferências. Afim de

<sup>175</sup>Segundo Duby, a convicção da transmissão do poder originava-se da procriação, ou seja, do sangue, sendo este, portador das virtudes e dos direitos. Em consequência, toda aspiração de poder baseava-se em uma genealogia. Ibidem, p. 13-14.

<sup>176</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 20.

<sup>177</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d’amic e amat e El Libre de lès Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 51.

<sup>178</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 39.

evitar a possível inserção de Dona Raposa, elegeram-se para conselheiros o Urso, o Leopardo<sup>179</sup>, a Onça<sup>180</sup> e o Galo<sup>181</sup>, este último indicado pelo Leopardo na tentativa de impossibilitar o seu êxito ao cargo. Enfurecida, a raposa põe em cena uma terrível cadeia de vingança que assinala aos fortes que estes não deveriam menosprezar aqueles que são fracos, mas dotados de ardileza. Seus objetivos avançam durante a estadia dos mensageiros do rei na Corte dos Homens.

A política externa do reino animal coloca-se em movimento a partir de uma afirmação do Boi, quando perguntado pelo Rei Leão sobre seu temor pelo rei vizinho. Descreve-o como “a mais orgulhosa besta e aquela onde existe mais avareza que em qualquer outra besta”<sup>182</sup> e incentiva o estreitamento dos laços entre os reinos, pois, importante seria essa relação benquista para si e seu povo. Antes de sua embaixada partir, o rei Leão instrui seus mensageiros da importância de sua missão, enfatizando que sua sabedoria será refletida na sabedoria e mérito destes, através de palavras discretas e persuasivas, pela maturidade de seus conselhos e pela força conciliatória de seus raciocínios. Explica pormenorizadamente, ao descrever a atuação dos mensageiros, o significado de representar alguém, o que consiste em atuar sob os pressupostos de seus objetivos<sup>183</sup>.

O encontro entre os dois reinos durante a visita da embaixada do rei Leão à corte do rei dos Homens, carrega em seu cerne o confronto e as semelhanças de duas sociedades distintas em crise. Este confronto tem por objetivo “ênfatizar, através das antíteses, a necessidade de se possuir um governante cujo bom comportamento moral se tornasse reflexo das virtudes divinas e exemplo para seus súditos”<sup>184</sup>. Sob a perspectiva sociopolítica, a união entre as duas cortes concentra uma crítica mais explícita de Ramón Llull. A visita diplomática do Leopardo e da Onça, ambos mensageiros, revela uma corte infame. Ao chegarem ao reino dos Homens, ecoam descrições de um rei caçador e amante de mulheres e costumes vis, se ouvem as lamúrias de um cidadão injuriado com a corrupção que circunda as esferas da Corte e os abusos que percorrem

<sup>179</sup>Pautando-se na genealogia presente nos bestiários catalães, o Leopardo simboliza justiça, magnitude e nobreza. PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 281.

<sup>180</sup>A Onça é, como o Leão, um dos representantes simbólicos da figura de Cristo. Em regiões da Ásia Central, Ásia Menor e Oriente Médio é associada ao poder. IDEM, *Ibidem*, p. 323-328.

<sup>181</sup>O Galo é símbolo da vigilância e ressurreição pela relação de seu canto nas primeiras horas da manhã. No mundo cristão simboliza a luz da vida eterna, e o galo ocupa a passagem evangélica da negação de São Pedro, onde seu canto lembra a covardia e a falta de fé apostólica. IDEM, *Ibidem*, p. 239-240.

<sup>182</sup>LLULL, Ramon. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 60.

<sup>183</sup>IDEM, *Ibidem*, p.49.

<sup>184</sup>COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade em Ramón Llull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 494.

seus salões e depara-se com “mulheres de vida alegre e desordenada, que haviam saído do bordel, estavam cometendo em público com os homens e na presença de viajantes, todo o gênero de obscenidades”<sup>185</sup>. Os embaixadores elevam a consciência crítica do deplorável estado do reino dos homens, cuja imagem gloriosa de sua realeza metamorfoseia-se para uma realidade maculosa, desintegrando seu transcendental caráter divino.

Por longos dias os mensageiros ficam a espera pela recepção do rei dos Homens. Tal atitude intensificava as más impressões destes em relação ao monarca, conhecido por estas habituais ações fruto de sua falta de humildade e exacerbado ego, elevados por seu nobre poder. Finalmente recepcionados, a descrição da corte até então desconhecida, abre-se como “um catálogo de vícios do rei, do dinheiro e da corrupção que parecem reger os interesses daquele lugar supostamente mais civilizado”<sup>186</sup>.

Chegando ali, entraram em um grande salão lindamente decorado, onde o rei e a rainha estavam sentados, um grande número de damas, senhores e cavalheiros; e em frente ao rei os embaixadores foram colocados. Enquanto comiam, um grande número de menestrelis ia de um lado ao outro do salão, tocando habilmente vários instrumentos e cantando trovas e dizeres levianos e desonestos, contrário às conveniências do bom tom e aos ensinamentos de educação e decoro. [...].Nenhum de vocês acredita que Deus se esquece da desonestidade e da desordem que reinam nesta sala, nem das ofensas que aqui são inferidas<sup>187</sup>.

O enxerto acima nos remete aos traços dos costumes escandalosos que acompanham a corte, revelando o catálogo de vícios do rei que, do dinheiro à corrupção, tem as rédeas desse lugar aparentemente mais civilizado. Como anteriormente citado, os códigos alimentares são importantes fornecedores de vestígios sobre as práticas sociais e será um recurso veementemente utilizado por Llull para refletir o estatuto social e os sistemas de valores. O cerimonioso banquete descrito traz consigo a exaltação da classe e a ostentação das riquezas individuais e reais, descrição desta imoral sociedade, cujo modo indecoroso de se portar revela sua transgressão destacam as preocupações deixadas por Llull a respeito de sua sociedade e seus maus costumes e como estes implicam situações penosas. Após recebido os presentes trazidos pelos mensageiros do rei Leão, tomou o gato e o cachorro para si, deu o primeiro a um trapeiro que estava ali e o cachorro a um cavaleiro que se dedicava à caça, sobrepujando sua natureza dominante.

<sup>185</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 50.

<sup>186</sup>ÁLVARO, César González. *El Libre d’amic e amat e El Libre de lês Bésties de Ramón Llull*, *Op. cit.*, p. 55-56.

<sup>187</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 54-55.

O príncipe luliano é um agente da cristandade. Seu significado no corpo social só tem sentido enquanto o mesmo for instrumento difusor da “paz social, da justiça e das virtudes para a salvação do reino e de seus súditos”<sup>188</sup>. A conduta lascívia do rei dos Homens deixa o Leopardo estupefato que afirma “preferir ser muito mais um animal irracional e voltar para o nada depois desta vida, a ser rei de homens caídos em um lodaçal de culpa e origem dos imensos males que se seguem das iniquidades de um governo”<sup>189</sup>. A alternância entre os mensageiros animais e os personagens humanos não se limita à subjacência do texto, mas oferece ao leitor ver refletido nesse mundo o seu próprio. Em tempo, não importa o quanto os ideais lulianos sejam sutis e úteis para descrevê-los, é sempre claro que em sua visão ele não aspira a qualquer outra ordem que não a feudal<sup>190</sup>. Não há na fala do Leopardo uma crítica ou proposta de revisão organizativa do sistema, mas uma nítida condenação da má gestão por parte de uma classe dirigente sobre a qual se exige máxima exemplaridade. A proposta de Ramón Llull de uma reforma ética assenta-se em uma transformação político-social, pois, suas preocupações não são as estruturas organizacionais do sistema feudal, mas a essência do homem.

O mais interessante neste caso é que os comportamentos que causam tanto assombro ao mensageiro ocorrem em similitude em seu reino e contra si, materializados no adultério do rei Leão que, para além de ser influenciado por Dona Raposa, sobretudo, é influenciado por si mesmo e por sua conduta abusiva. Entre o mundo dos homens e o dos animais selvagens, Llull opera uma mediação entre a natureza animal do homem e uma crítica à sociedade de corte. Em dois distintos momentos mostra que não se trata apenas das bestas, do mau regimento do Leão ou das armadilhas da raposa, mas do homem e do mau regimento da cristandade por parte de seus governantes.

No reino das Bestas, após a partida da comitiva à corte do rei dos Homens, a raposa reconhece uma oportunidade de avançar em suas intenções de vingança, descrevendo ao Leão sobre a beleza da Leoparda, a mais bela consorte do reino. A palavra toma posse da alma e se faz carne e deleitando o rei pela luxúria, toma a Leoparda para si<sup>191</sup>, consumando a traição ao seu fiel súdito. Neste ato, o Leão manifesta sua vontade de dominação em uma clara ação de subjulgação e submissão.

<sup>188</sup>COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII, *Op. cit.*, p. 08.

<sup>189</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 62.

<sup>190</sup>JÍMENEZ, Júlia. Sobre el escandaloso “Llibre de les Bésties” de Ramón Llull e su audiència, *Op. cit.*, p. 87-88.

<sup>191</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p.62.

Seu espírito soberano é imperfeito, imbuído demasiadamente pelo carnal e seus vícios o levam a executar atos mesquinhos que o impossibilitariam de fazer bom uso de sua condição, tornando-o indigno.

Ao expor ações semelhantes os dois núcleos de poder revelam-se envolvidos nas malhas de uma mesma política, a antítese entre a fraqueza humana e a virtude da graça. O contraste entre o reino dos Homens com o dos animais, que tampouco é modelo, comporta um elemento avaliativo que torna as atitudes humanas objetíveis. A passagem do adultério leonino evidencia a queda, o recuo perante os vícios, que retardam a realização do ideário luliano: a união socioreligiosa cristã, através da reforma em todos os pilares sociais. O instrumento que possibilita a virtude é vicioso<sup>192</sup> e as consequências da infidelidade do Leão que intoxicado pelo poder manifesta a deterioração de sua integridade, padecendo perante sua devassidão e a perda de seu discernimento, reflete na traição um ato pior que o adultério; “a traição é um dos piores delitos para Deus”<sup>193</sup>.

O retorno da comitiva embaixadora ao reino das Bestas revela ao Leopardo a traição e este acusa o rei diante de todos seus súditos, desafiando-o a um combate que exporia seu caráter desleal. Em primeiro lugar, o ataque contra a pessoa do rei é, conseqüentemente, um ataque contra a corporação do reino<sup>194</sup>, neste sentido, através da perspectiva luliana, ressaltamos três princípios para refletirmos esta passagem: primeiramente que em Deus não são concebíveis imperfeições e o pecado é uma imperfeição<sup>195</sup>; em segundo, apresentar o quão danoso é para seu povo ter um governante envergonhado e, em terceiro, “esta passagem vislumbra uma alternativa aos súditos para se defender dos maus príncipes: seus vícios não podem ser ocultados”<sup>196</sup>.

O medo da culpa é constantemente apontado por Llull como a mais deficiente contundência do cristão aos seus deveres<sup>197</sup> e mediante tamanha vergonha pela desonra advinda de suas ações, o rei Leão mata o Leopardo em meio à inconsciência de seu delito.

Não podia desaprovar tanta humilhação diante de seus vassalos, que se retiravam do palenque com vergonha pela deploração à eterna desgraça de seu soberano. Este, cego de raiva contra o Leopardo, autor do imenso revés

<sup>192</sup>COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII, *Op. cit.*, p. 359-360.

<sup>193</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 66.

<sup>194</sup>KANTOROWICZ, Ernst H. Os dois corpos do rei: Um estudo sobre a teologia política medieval, *Op. cit.*, p. 26.

<sup>195</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix y la teoria política de Raimondo Lullo, *Op. cit.*, p. 392.

<sup>196</sup>COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII, *Op. cit.*, p. 359.

<sup>197</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix y la teoria política de Raimondo Lullo, *Op. cit.*, p. 394.

sofrido em sua dignidade, em seu prestígio e em sua honra, não pôde conter seu feroz arrebatamento, e descontroladamente aproximou-se do Leopardo para matá-lo. O Leopardo, [...] incapaz de se defender contra a agressão rude do rei, caiu em seu sangue<sup>198</sup>.

Feito imagem do mundo por seu corpo e imagem de Deus por sua alma, o mal oculta o elemento divino da figura do rei que afetado pelo pecado, perde sua capacidade de julgamento, reduzindo o estado espiritual ao estado racional, e deste ao animal. O indefensável ataque do Leão ao Leopardo expõe sua carne à desonra e à miséria, relegando a releza de seu ofício ao invisível, onde a cena descrita revela que a verdade não implica na vitória daquele que a mantém. Expressando “o realismo de Llull que faz disso uma explicação constante e contundente dessa inversão, fundamentada na maldade dos homens”<sup>199</sup>, a desintegração do corpo do rei expõe a miserável natureza do homem e os perigos que residem no fato de não conseguir exercer com equilíbrio os dons de que está imbuído. Sua deterioração se inicia por um ato irracional, incitado por um excessivo sentimento da maldade e agravado por sua mente intoxicada. Ao narrar todo o processo que se desencadeia após a traição, Llull nos mostra um rei de inteligência escassa e propenso à raiva e intemperança. De fato, além de estar suscetível à astúcia de Dona Raposa, cai, um após o outro nos vícios, até ser rejeitado pelos seus súditos que, após a morte do Leopardo, se recusam a se submeter a um rei traidor e colérico. O assassinato demonstra a incapacidade de governança do rei Leão sem o suporte de um bom conselho.

O obscurantismo no qual o rei encontrava-se inserido impedia-o de reconhecer o estado calamitoso no qual se encontrava. Sua personalidade era reconhecida por sua atual incapacidade de prudência e por sua natureza soberba, representantes de sua corrupção. A ausência do princípio da verdade, fundamental para Llull, mostram os vazios existentes de uma razão desligada do entendimento, cuja capacidade de destruir os erros e alcançar a verdade da fé cristã encontra-se degenerada. O filósofo sempre defendeu a capacidade da razão. Seus escritos articulam minuciosamente a união entre vida e pensamento, refletidos sobre “o fato de o homem pensar sempre em consequência de quem ele é, [...]”<sup>200</sup>. Este recolhimento do homem em si mesmo operou mudanças no âmbito das mentalidades religiosas no século XII, sendo conceituado como “socratismo cristão”<sup>201</sup>. Na medida em que se individualiza a piedade, o interior do homem medieval

<sup>198</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 68.

<sup>199</sup>JÍMENEZ, Júlia B. *El Libre de les bésties de Llull y el comportamiento político*, *Op. cit.*, p. 89.

<sup>200</sup>JAULENT, Esteves. *Os problemas enfrentados por Llull em Paris*, *Op. cit.*, p. 07.

<sup>201</sup>VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII ao XIII)*, *Op. cit.*, p. 170.

abria-se à consciência, redescobrimo a máxima evangélica “o reino de Deus está ente nós”. Tal sentimento de recolhimento e reflexão fez personalidades distintas como Abelardo (1079-1142), Hugo de São-Vitor (1096-1141) e São Bernardo (1090-1153), “compartilharem de que, para conhecer o céu e a terra é preciso primeiro conhecer a si mesmo”<sup>202</sup>.

A reconquista da lucidez virá ao homem por meio dos bons hábitos, estes cultivados por obras racionais, fruto da liberdade conquistada pelo retorno das virtudes, princípio fundamental da filosofia e ética luliana na busca pela felicidade individual e coletiva. Tais hábitos possibilitam a penetração do racional nas sensibilidades, findando com a indeterminação dos sentimentos e elevando a alma à concentração interior, unificando-a na humildade. Os adventos que percorrem a obra de Ramón Llull encenam a real ficção de uma sociedade absorta dos ensinamentos de Deus. Se sua proposta versava escrever uma obra que se constituísse como um mecanismo norteador para os príncipes<sup>203</sup>, deixou-nos descrições acerca dos aspectos mais intrínsecos da sociedade humana, revelando em suas linhas o caráter multifacetado do poder que se apresenta em uma tênue linha entre a ruína e a ascensão libertadora.

Ao rei Leão, seu declínio interrompe-se graças à virtude da lealdade de seus súditos que elevam a consciência em detrimento da pobreza do ser. Enquanto dedica-se aos últimos detalhes de sua traição, a raposa sentirá em sua própria carne o preço dos mecanismos de medo que exercia. Os temores manifestados pelo poder de voz serão o gatilho de sua queda. Quando o Elefante<sup>204</sup> toma compreensão de que Dona Raposa está próxima de consagrar seu objetivo, ele alerta o Leão de sua artilosa natureza, de seu poder de fala e como, através dessa, persuadia a todos com seus argumentos. A princípio, seu consentimento pela morte do rei muda quando toma ciência de que, aceitando a traição da raposa, futuramente pode ser submetido à mesma traição. Llull descreve o caminho que leva o Elefante a decisão de ser fiel a seu senhor natural como um longo processo. Citamos anteriormente sobre a doutrina da superioridade da astúcia em detrimento da força desenvolvida por Josep Ruiz Simon; neste caso, o autor afirma que a consciência do Elefante sobre a astúcia da Dona Raposa para matar o rei o faz

---

<sup>202</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 171-172.

<sup>203</sup>COSTA, Ricardo da. A novela na Idade Média, *Op. cit.*, 2009, p. 17.

<sup>204</sup>Trata-se de um animal maravilhoso, objeto de múltiplas crenças relacionadas a sua constituição física e costumes. Originaria da Índia, suas características são de um animal com grande força mas, ao mesmo tempo, de grande mansidão. Nos textos medievais, sua simbologia o descrevem como um animal positivo que apresenta propriedades como a castidade, pureza, força e humildade. PASCUAL, Lúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 404-410.

refletir sobre o mesmo uso dessa astúcia sobre si mesmo. Assim, pensa que sendo de maior corpulência que a raposa, leal e sábio, caberia em seu interior a mesma *maestria* que Dona Raposa carregava em seu pequeno corpo<sup>205</sup>. O herbívoro compreende que deve relegar a natureza rival e recorrer a astúcia para o êxito da ação.

As três qualidades que estão alojadas no seu corpo são qualidades de um bom conselheiro. A lealdade é evidentemente, segundo Llull, uma propriedade indispensável, enquanto que a traição, que é seu contrário, caracteriza o conselheiro malvado. A sabedoria, que é o conhecimento sobre a causa final e a boa ordem entre as intenções ali ordenadas, também é característica do bom conselheiro. Llull contrasta sutilmente com a *certeza* que se atribui a Dona Raposa, que é uma aptidão, oposta à importância intelectual e pertinente ao âmbito da inteligência prática que permite alcançar objetivos, independentemente da maldade desses objetivos e que não é, considerada em si, nem bom e nem ruim. A primeira vista, pode parecer difícil distinguir esta *certeza* de que Llull chama de *maestria* que é uma virtude que, segundo o *Llibre de les Bésties*, como acabamos de ver, podem compartilhar os bons e mais conselheiros. Mas em Llull o conceito de *maestria* que coincidiria com o que agora denominamos astúcia, costuma associar-se com a ideia de engano. Portanto, é graças ao fato de que no corpo do Elefante há também, além de *certeza*, inteligência, uma lentidão em relação ao engano uma inteligência bem equipada tanto para enganar quanto para não ser enganado, que o leão pode reter o poder ao derrotar a raposa, que também encontra na astúcia uma das principais características<sup>206</sup>.

Com a morte do Leopardo, a obtusidade enegreci a alma do rei Leão que já é incapaz de governar a si mesmo e aos seus súditos sem o equilíbrio de um bom conselho. O altruísmo impulsiona o Elefante a conservar a ordem e a sustentar o poder do monarca em defesa de sua própria preservação, sendo a salvação do conflito. Conscientizando-se das coesões exteriores, o rei intima o Javali, o Coelho e o Pavão<sup>207</sup> para averiguar as denúncias e todos atestam a traição da raposa. Surpreendido pela revelação e admirado por se tratar de quem tanto confiara, mesmo com todos seus defeitos, delitos e contínuas mostras de sua incapacidade para governar e as influências que pode ser exercida por seus conselheiros, o rei Leão está decidido a reafirmar-se em sua posição.

[...] deu um terrível rugido, que os lembrou de sua força superior, tanto quanto o medo da raposa poderia ter atormentado ou repellido. E, mesmo sem extinguir o eco do terrível rugido, o rei ordenou novamente, com raiva, que

<sup>205</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 163-164.

<sup>206</sup>IDEM, *Ibidem*, p.164.

<sup>207</sup>Símbolo da imortalidade, o pavão possui a crença de ser incorruptível. Sua beleza e exotismo distingue-o, característica essa mais explorada pelos bestiários e que lhe outorgam referências morais específicas. Descrito por Isidoro de Sevilha (560-636) como uma simbologia positiva que não se corrompe pelo pecado e pela luxúria, no bestiário românico representa a contradição entre o espírito que quer se conectar com a divindade em oposição à vilania da carne que impede essa elevação. PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 334-337.

declarassem a verdade. O rei, então, pairou sobre a raposa, e por si mesmo tirou sua vida<sup>208</sup>.

Sobre a passagem da morte da raposa, nos dedicaremos a ela por outro ângulo no capítulo a seguir; neste momento, debruçar-nos-emos sobre seus impactos para o rei Leão. O fenômeno da morte pode ser lido por dois viezes interpretativos. O primeiro consolida a relação causaefeito entre a morte de Dona Raposa com o fortalecimento do governo; o rugido do Leão é a expressão de sua força, de seu domínio e poder político consubstanciado no exercício da violência aliado com a *astúcia*. O segundo atrela a essa tal consolidação não pela supressão do eixo traidor, mas pela nomeação de um novo conselho, honroso e íntegro, expresso pela idéia de exemplarização do governo de Deus no mundo, este regido pela justiça. O governo que surgirá da força do rei vincula-se à sabedoria que deveria caracterizar os bons conselheiros. Todo o problema do conflito gira em torno da astúcia e sua aplicação, mas também enfrenta a razão dominante e o papel do conselheiro do rei que permanece como elemento constante.

Em todo caso, para ambas perspectivas a descrição da morte da raposa simboliza a reimplantação da semente da justiça para que a mesma sirva de modelo à sociedade real, representação da restauração social através da lealdade e da respeitabilidade ao senhorio. A partir destes preceitos, poder-se-ia superar as crises sociais e reinstaurar um reino justo<sup>209</sup>. A intervenção do Leão, ao mesmo tempo, como poder e verdade, atravessa a cortina das aparências para atingir as verdades ocultas, expressando a liberdade do ambiente corrompido pela perversidade, da humanidade que se renova e renuncia ao pecado. Só ao monarca é lícito a vingança dos criminosos, ou seja, os castigos aos subversivos devem advir das mãos do próprio soberano, pelo ressurgimento da virtude e pelo poder que a verdade produz e prevalece.

Os adventos narrados em *El Libro de las Béstias* mostram pelo sentido moralizante o homem que se corrompe ao chegar ao poder. Mais que um alerta aos governantes para que tenham cuidado com seus conselheiros<sup>210</sup>, Llull atenta para os perigos dos vícios sociais que circundam, particularmente, a vida palaciana. Assim como em a *Árvore Imperial*, estabelece-se o caratér orgânico entre o príncipe e seu povo, argumentando que o governante é “obrigado com a sua bondade reger muitas bondades, e por isso sua bondade está em servidão, razão pela qual deve ser humilde

<sup>208</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 89-90.

<sup>209</sup>RAMÍ S I SERRA, Pere. *Llibre de las Bésties*, *Op. cit.*, p.155.

<sup>210</sup>COSTA, Ricardo da. *A novela na Idade Média*, *Op. cit.*, 2009, p. 17.

contra o orgulho”<sup>211</sup>. Encontramos este mesmo princípio norteador em *El Libro de las Béstias*. Esta é uma de suas muitas características, o fazer dialogar entre suas obras, de forma que, mesmo tratando de assuntos distintos, sua literatura comunique-se entre si.

Ao fim da obra, o rei Leão convida para fazer parte de seu conselho o Elefante e o Javali, seus leais súditos herbívoros. Esta ação reflete uma das propensões de Llull sobre sua reforma; uma sociedade ativa, dinâmica e participativa, fruto de um olhar social caracteristicamente mediterrâneo, flexível e acostumado com a intensa vida social de troca, seja comercial ou cultural<sup>212</sup>. O reino das Bestas desfruta de tempos tranquilos e a narrativa retorna para Félix que agora carrega consigo descrições embasadas nos aspectos históricos e sociopolíticos e pontualmente dirigidas aos governantes.

---

<sup>211</sup>COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII, *Op. cit.*, p. 357.

<sup>212</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 357.

### 2.3. A expressividade religiosa como mecanismo de poder em *El Libro de las Béstias*.

Dentre as várias particularidades na qual *El Libro de las Béstias* se concebe, o forte aspecto religioso é um dos mais aparentes. Mas, o mais interessante deste cariz é que, em sua maioria, o mesmo é tema dos argumentos de Dona Raposa<sup>213</sup>, personagem traíçoeira, que a aplica para consolidar suas artimanhas. Anteriormente, discorreremos sobre sua personalidade, portanto, não nos estenderemos mais. Dedicar-se, neste momento, ao aprofundamento do conteúdo espiritual e político, refletido sobre o caráter religioso de suas articulações como um mecanismo de poder empregado para consubstanciar seus objetivos.

Para isto, apoiar-se-á ao longo destas linhas no conceito de “contra-arte” proposto por César González Álvaro, cunhado através das análises relacionais entre os argumentos raposinos com determinados aspectos da *Arte* luliana. Para o autor, os fios que tecem a astúcia da raposa, organizam-se em conceitos relacionados à *Arte* como, por exemplo, o uso das *dignidades divinas* e o poder da palavra que se refere a Deus para promover seu conhecimento e sabedoria, “criando uma espécie de “contra-arte” que evolui e se adapta conforme as circunstancias exigem”<sup>214</sup>. Uma das funções da *Arte* é o conhecimento e descobrimento da verdade; dessa forma o autor atenta para o que seria um jogo literário de contraposições e intercâmbio, onde Dona Raposa se alimenta da “contra-arte” fundamentada na confiança da palavra divina que permite o conhecimento de Deus e que se manifesta em um instrumento de sua autoridade e de seu exercício de poder. A relação entre o poder e o saber é central no pensamento político-medieval e a capacidade de adaptação que ora ou outra reivindicam as *dignidades divinas* faz de Dona Raposa a responsável por uma parte substancial dos exemplos, das narrativas e problemáticas sociais descritas na obra.

No fragmento para a eleição do conselho do rei e cujo cargo almejava alcançar, a raposa extrai do Evangelho a passagem dos apóstolos, onde descreve a busca de Jesus Cristo por amigos e companhias humildes e simples e que o rei julga que tal busca

<sup>213</sup>É, sem dúvida, o animal mais negativamente configurado da tradição. Nos bestiários de caráter moralizante, é comparada ao Diabo; nos de amor, aos falsos amantes. Alusões à sua falsidade e maldade, a raposa de muitos vícios, que enganam os homens deste mundo e os leva ao inferno. PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 454-455.

<sup>214</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d’amic e amat e El Libre de lès Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 46.

para o conselho deve seguir as mesmas proposições, “a vantagem de quem oferece exemplos excelentes da esperança e humildade”<sup>215</sup>. Esta assimilação imputa aos conselheiros o mesmo nível representativo para com o rei assim como os apóstolos para com Deus. Neste jogo de equivalências, presenciamos sua “contra-arte” apoiada nas condições de humildade e simplicidade, oportunas para estabelecer um paralelismo entre o que os animais são para os homens e o que estes são para Deus. Mas seus objetivos são escusos e, apesar das relações de intercâmbio com a *Arte* luliana, a exposição de sua coerência teórica tem por fim obter uma vitória própria, totalmente oposta à projeção coletiva que Llull tem de suas *dignidades divinas* que “devem seguir o fim de amar, conhecer, temer e servir a Deus”<sup>216</sup>.

Uma das principais características apresentadas sobre a personagem, diz respeito à sua forma de atuação e como a mesma produz uma circularidade de palavras justificadas pela influência divina. Por sua boca pronuncia-se os argumentos necessários para a manutenção do quadro social, sustentando sua autoridade particular que assume seu discurso de poder, em um mundo onde tudo que existe possui um papel. Descrevemos anteriormente, algumas passagens em que a personagem se faz protagonista e cuja fala está sempre marcado pela expressividade religiosa, às vezes com intenções políticas e em outras unicamente vingativas. Nesse caso, calcamo-nos no conceito de palavra-força proposto por Paul Zumthor, que a define como uma palavra versátil mas fixada, enriquecida por seu próprio fundo que incita as massas e racionaliza suas modalidades de ação. Toda palavra não é só palavra e a palavra-força se exalta em lugares e por portadores privilegiados como poetas, pregadores e chefes<sup>217</sup>. Este jogo que se oculta em *El Libro de las Béstias* através do espelho de príncipes conduz o leitor a se indagar se Llull tinha ou não um público alvo e quem estes seriam; neste sentido, o prazer do texto está em identificar as estruturas de um sistema.

O uso da matéria religiosa para construir um personagem cuja personalidade se faz reconhecida, nos leva a refletir se em Dona Raposa haveria uma crítica à classe eclesiástica que habitava as cortes como um lembrete aos prelados de que estes são, de fato, muito mais atraídos pelos bens terrenos em detrimento de sempre estarem de olhos para o céu e para as realidades superiores. A título de exemplo, um dos recursos da

<sup>215</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 20.

<sup>216</sup>PARDÓ PASTOR, Jordi. “Diálogo inter-religioso” ou “diálogo aparente” durante a Idade Média hispânica: Ramón Llull (1232-1316), *Op. cit.*, p. 55.

<sup>217</sup>ZUMTHOR, Paulo. A Letra e a Voz: A “literatura” medieval, *Op. cit.*, p. 75.

literatura luliana é estabelecer ligações entre seus próprios textos<sup>218</sup> e, alguns anos depois, em 1304, ao escrever o *Liber de praedicatione* um de seus sermões comparava os falsos religiosos com o simbolismo da raposa, delineando a concepção de que assim como este animal, os falsos religiosos são hipócritas, pois mostram-se como santos em seus rostos e hábitos, sob a aparência de eremitas, mas que escondem, tacitamente, uma serpente venosa em suas cabeças.

Os falsos religiosos, tais como raposas, como hipócritas, que se vestem e procuram se mostrar santos, e aparentam-se em face eremita; escondem em sua mente cobras venenosas não ditas. No entanto, sua falsidade aparece verdadeiramente em suas obras<sup>219</sup>.

Não é intento, neste momento, aprofundar sobre as origens dos personagens animais, mas tal problematização abre caminho para futuras incursões investigativas. Em todo caso, não desconsiderar-se-á que o político está mergulhado no sagrado durante toda a Idade Média e, sendo Ramón Llull um erudito e difusor da palavra de Deus, a presença dos atributos divinos nesta obra não se faz surpreendente, mas, quem os utiliza faz-se surpreender. Desde o primeiro momento, durante o processo eleitoral, Dona Raposa prenuncia seus propósitos quando cita, por exemplo, que “devemos, portanto, ao meu modo de ver, seguir a regra e o regime que Deus estabeleceu com respeito às criaturas”<sup>220</sup>. A passagem sobre a ordenação divina para o princípio da hierarquia, através desta, cria uma rede de influências e explorações das consciências sociais e religiosas dos demais.

As diferenças de classe marcadas dentro do sistema, em suas palavras, são providenciais, baseando-se na Criação onde, claramente, o homem foi convocado para dominar os animais. O livro de Gênesis (Gn 1:26) descreve a inferioridade inata dos animais que foram criados e entregues aos homens, quando “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem como nossa semelhança e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todas répteis que rastejam sobre a terra”.

[...] os animais não só foram criados segundo uma natureza e uma função cósmica estritamente fenomênica, diferentemente do homem que foi criado à imagem e semelhança de Deus, portanto, enquanto ser espiritual e universal em sua essência. Por isso, o homem se constituiria ainda no cocriador dos

---

<sup>218</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d’amic e amat e El Libre de lês Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 51.

<sup>219</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 168.

<sup>220</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 14.

próprios animais uma vez que os nomeou e, deste modo, passaram a seu pertencimento e poder<sup>221</sup>.

Neste caso, reconhecendo sua inferioridade perante o homem, o pronunciamento raposino resume-se na explicação que a onipotência divina pode impor-se na ordem natural da existência das espécies, a fim de ratificá-las no coro universal da Criação, enfatizando que as ordens estão dispostas sob a autoridade de um único soberano e que este está acima que qualquer um: Deus. Em projeção à sua realidade, a mesma induz à eleição segundo a natureza, ou seja, à submissão natural ao mais forte.

O temor por sua figura se manifesta nas qualidades atribuídas à sua fala e cujo protagonismo se desempenha na oposição das virtudes em sua escalada nos degraus do poder. “A íntima relação da linguagem com o *ser* do mundo implica que a palavra seja tanto o ato que designa a coisa quanto à coisa ela mesma”<sup>222</sup>, nessa perspectiva, suas articulações são pensadas pelo desejo, cuja manipulação das consciências se faz de mecanismos para se atingir os resultados esperados. A ascensão da personagem se exemplifica na elaboração de suas constantes intrigas encarniçadas em sua influência.

Pode-se dizer que mesmo com sua flexibilidade argumentativa, a mesma não é suficiente para o êxito e a raposa não é eleita para o cargo, decidindo-se vingar do rei Leão. Para isso aproxima-se do Elefante<sup>223</sup>, em quem afirma confiar e, a partir de três princípios, elabora seus recursos:

De agora em diante, o ódio abrirá uma fenda intransponível entre animais que se alimentam de ervas e aqueles que vivem da carne; e na luta feroz que vejo a irromper, é deplorável que não tenhas no Conselho do rei um único representante, nem um animal sequer que, sendo de sua natureza e condição, tome no seio da alta assembleia a defesa de seus interesses e mantenha seus direitos<sup>224</sup>.

Em primeiro lugar, sua fala consiste em enfraquecer a figura do rei, através da ilustração pela diferença alimentar como uma luta entre as classes, circunscrita na ausência de um conselheiro herbívoro; atentamos que em páginas anteriores, esta mesma estrutura social foi definida por Dona Raposa como um ato consubstanciado pela ação divina. Em segundo lugar, aproveitando-se da invisibilidade social do Elefante perante a Corte e sua inexpressividade durante o processo eleitoral, Dona

<sup>221</sup>AMARAL, Ronaldo. A Cosmovisão simbólica medieval e sua aplicação para a animalidade. *PROMETHEUS*, nº28, set./nov., 2018, p. 274.

<sup>222</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 275.

<sup>223</sup>Na Idade Média, o Elefante era um animal objeto de muitas crenças relacionadas à constituição física e seus costumes. Providencial da Índia, o animal têm, na simbologia, descrições positivas, favorecidas possivelmente por seu exotismo e por sua extensão representativa. É também um dos animais com mais propriedades, como a castidade, a força, a pureza e a humildade. PASCUAL, *Op. cit.*, p. 404-405.

<sup>224</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 23.

Raposa aproxima-se criando a ilusão de vitória, imersa em suas propostas de acordos particulares. E, em terceiro lugar, sua ação mais incisiva, por ser ideológica:

-Aconteceu que um reino estava sujeito ao poder arbitrário de seu soberano, que era muito vicioso e mal. Tão mal quanto o rei era seu conselho; e a maldade de ambos excitou tanto a ira divina que as pessoas estavam em grandes tribulações. Irreconhecíveis eram as calamidades que caíram sobre ele, por causa do trágico governo do rei e da conduta traiçoeira de seus conselheiros. Tanto tempo foi a situação agonizante, que a paciência do povo, cansado de sofrer, e não sendo capaz de tolerar tal acúmulo de maldade e escândalo, desejava a morte do rei e de seus ministros<sup>225</sup>.

Projetando o plano teórico ao cotidiano, Dona Raposa apela para a cólera divina perante a malícia do rei e de seu conselho, opondo às maledicências terrestres a imutável natureza celeste. “A capacidade racional liga a alma humana ao inteligível”<sup>226</sup>, sendo assim, segundo Ramón, quanto maior a honra atribuída por Deus, maiores as responsabilidades quanto aos pecados<sup>227</sup>. Vale relembrar que esta passagem é posterior à ordenança do rei Leão em conceder aos carnívoros se alimentarem dos herbívoros. Em outro fragmento descritivo sobre o ofício de rei, a raposa define-o “[...] como imagem e representação de Deus, que deve zangar-se com tudo que irrita a Deus e odiar cada vez mais tudo que Ele odeia”<sup>228</sup>. Atenta-se, aqui, para o caráter religioso do monarca cristão, vigário visível no plano terrestre e imagem viva de Deus<sup>229</sup>. Em nome da paz, a personagem obstina-se a disputar o poder através das influências que exerce.

Intercambiam-se entre o Elefante e Dona Raposa uma série de exemplos onde a resistência e a réplica de ambos tentam reforçar sua posição. Em dado momento, o herbívoro ironiza a única suposta fraqueza da besta; “[...] tão pequena e de tal poder”<sup>230</sup>. A raposa, então, se compara à Serpente para ilustrar seu compromisso em derrotar o rei;

- E disse: Conta-se que a serpente com a ajuda de Eva, que era então a única mulher no mundo, causou toda a ira de Deus sobre Adão e toda a sua descendência. Se, então, a Serpente, sem nenhuma outra ajuda que a primeira mulher, pudesse conceber e fazer tanto mal, como não hei de poder, com minha ingenuidade e minha malícia, fazer o rei atrair a ira e o ódio de seu povo?<sup>231</sup>

<sup>225</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 30.

<sup>226</sup>AMARAL, Ronaldo. A Cosmovisão simbólica medieval e sua aplicação para a animalidade, *Op. cit.*, p. 276.

<sup>227</sup>CHIMENTO, Francesca E. Il Félix e la teoria política de Raimondo Lullo, *Op. cit.*, p. 392.

<sup>228</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 40.

<sup>229</sup>KANTOROWICZ, Ernst H. Os dois corpos do rei, *Op. cit.*, p. 51.

<sup>230</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 27.

<sup>231</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 28.

Rememora uma conhecida passagem bíblica (Gn 3:1)<sup>232</sup> para alimentar sua confiança recorrendo ao ataque direto, a partir do princípio da maldade original.

- Senhor, naqueles tempos, amaldiçoou o Criador à Serpente pelo funesto conselho que havia dado à Eva, induzindo-a comer o fruto que o preceito divino tinha proibido. Desde então todas as serpentes revoltam à vista, dão horror e são terrivelmente venenosas. Pela serpente, caíram sobre o mundo muitíssimos males e por esta razão, um sábio homem fez expulsar uma serpente do conselho de um certo rei, apesar deste amá-la<sup>233</sup>.

A Igreja cristã ocidental dedicou grande parte de seus interesses, no transcorrer do século XII, à natureza feminina; “não é da natureza das mulheres favorecer a devassidão? Restavam às mulheres o perigo, [...]. A Igreja decidiu subjugar-las. Com esse fim, definiu claramente os pecados de que as mulheres, por sua constituição, tornavam-se culpadas”<sup>234</sup>. A vasta e antiquíssima corrente que forja o perfil concupiscível da mulher entendendo-se por atribuições desde leviandade à dissimulação, comparando-a com a serpente, o animal venenoso e traidor, *topos* nesse momento. O pecado se instala no corpo e contradiz a lei do espírito.

[...] a natureza, julgavam, cavou um fosso profundo entre duas espécies distintas, a masculina e feminina. Ao longo dessa fratura, instala-se a frente um implacável combate. São as mulheres que vão para o ataque, dissimuladas, brandindo as armas dos fracos<sup>235</sup>.

Para Santo Agostinho (354-430) a Serpente do Gênesis é o papel da “sugestão”, proposta que, quando se peca, origina-se do pensamento ou da percepção sensorial e incita o ato<sup>236</sup>. A serpente foi transformada em um dos símbolos com uma das mais complexas bagagens pelo medievo cristão. A serpente que devora o cadáver da mulher adúltera tornar-se-á representação iconográfica da luxúria, vício este que toca fundo sua malignidade, desejo este que as dominam.

Assim como a Serpente influencia Eva ao pecado e, conseqüentemente, inflige a ira divina, Dona Raposa visa articular sobre o Leão uma situação semelhante para que o mesmo caia em desafeto e indignidade para com seu povo, denegrindo sua imagem. O mal progredindo, o risco agrava-se. Sequenciando sua trama, antecedendo a estadia dos embaixadores do rei Leão na corte do rei dos Homens, a raposa sublinha a superioridade da astúcia em detrimento da força. Em meio às discussões sobre o estabelecimento ou

<sup>232</sup>“A serpente era o mais astuto de todos os animais dos campos, que Iahweh Deus tinha feito. Ela disse à mulher: “Então Deus disse: Vós não podeis comer de todas as árvores do jardim?”.

<sup>233</sup>Ibidem, p. 38-39.

<sup>234</sup>DUBY, George. *As Damas do século XII*. Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 196-201.

<sup>235</sup>IDEM, *Ibidem*, p.189.

<sup>236</sup>Ibidem, p. 211.

não das relações diplomáticas com o reino vizinho, o Galo desencoraja o estreitamento de laços visto a ganância do rei dos Homens. Sua lição faz referência a outro rei, que preocupado com a política externa e com possíveis ameaças, se encontra em terreno movediço.

-Em certo país sucedeu que a Força e o Astúcia estavam em viva e fervorosa controvérsia diante de um rei. A Força sustentava que ela, naturalmente, imperava sobre a Astúcia, e esta alegava, pelo contrário, levar sobre a Força uma imensa vantagem. Quis o rei saber qual dos dois antagonistas tinha razão, para decidir-se a quem havia de conceder a supremacia e ordenou-os a discutirem em um combate singular. Eles assim o fizeram e o resultado foi que a Astúcia deixou a Força quebrada e vencida.<sup>237</sup>

O exemplo assume o caráter de uma disputa simbólico alegórica entre a força e a astúcia, assim denominadas por Llull. Aqui o Galo alerta que aqueles que só usam a força não se destacam frente aqueles que se usam tanto dela quanto da astúcia. Desse modo, o Leão cometeria um erro se pensasse que poderia se defender da esperteza humana. Embora a figura do rei filósofo seja desconhecida em *El Libro de las Béstias*, o papel do conselheiro desempenha, habitualmente, a mediação entre o conhecimento com o poder possuído<sup>238</sup>. Partindo desse princípio, destaca-se a capacidade literária de Llull. Contrastando a fala do Galo, a raposa diz que tudo feito por Deus é despido de astúcia e que suas ações estão de acordo com seu imenso poder; sendo assim, mais forte e poderosos na luta estão aqueles que se armam com armas semelhantes às de Deus. Dona Raposa satisfaz sua ambição dissimuladamente com sua astúcia, ao defender a força na presença de um rei eleito que se tornou, precisamente, após a argumentação persuasiva de que se representava tal força. Agraciado com o que acabara de ouvir, o Leão decide enviar uma embaixada à corte do rei dos Homens, o que dará espaço para Dona Raposa avançar. Suas motivações se evidenciam ao incitar o Leão ao adultério, ato este que demonstra o engrandecimento de sua influência e a imoralidade do rei, que ultraja seu fiel servidor. A traição encontra oposição na lealdade do Leopardo que reivindica ao rei uma imagem de vergonha. O ato que auxiliou, seus movimentos seguintes visa apontar a traição como uma ocasião de desonra perante o reino<sup>239</sup>, cuja ganância e as vaidades tendem a degradá-lo.

A avidez pelo poder faz com que Dona Raposa emaranhe-se em suas próprias teias, que “[...] parece se encontrar em um espiral que não quer e não pode parar e,

<sup>237</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 45.

<sup>238</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 161.

<sup>239</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 53.

embora se observe em boa posição, prossegue com o plano contra o Leão”<sup>240</sup>. O mais interessante ao se observar Dona Raposa é que, quanto mais sua rede de intrigas se expande e sua face desleal se expõe, mais suscetível fica de ser vítima de suas próprias ambições, que a cegam e a envenenam, incapacitando-a de reconhecer as verdadeiras riquezas, ou seja as *dignidades divinas*. Mesmo que sua “contra-arte” esteja ancorada na palavra divina e no conhecimento de Deus, o enfrentamento entre a verdade e a falsidade e entre a lealdade e a astúcia ressaltam o princípio da contrariedade, tão característico de Llull, como reflexo das *virtudes*. O uso que faz a raposa das *dignidades*, das atribuições aos erros e enganos, da confiança em sua vitória frente aos demais apenas norteadas pela influência religiosa, da insistência na crença da palavra como guia, mostra tão somente que sua “contra-arte” funciona como um reverso da *Arte* de Ramón Llull<sup>241</sup>.

Tais aspectos permitem perceber a grande inteligência de Llull quando olha-se para Dona Raposa e a vê construída sobre a oposição de valores tão substanciais para o filósofo. Esta natural estranheza sustenta a maldade do mundo “[...], pois as bondades foram perdidas desde o tempo dos apóstolos”<sup>242</sup> e a acentuação da faceta didático-moral da obra vem acompanhada pela reivindicação expositiva da *Arte* que possibilita o acesso à divindade através das *dignidades*. Por outro lado, a raposa serve-se da proposta comparativa de Ramón no que tange à sobrevivência destas *dignidades divinas* neste mundo de perigos e armadilhas.

A perseguição por sua ambição de poder a leva a um insaciável caráter vingativo que, em meio à escalada, finalmente a leva à morte. Aos poucos, a raposa vai eliminando seus adversários, fazendo-os cair em desgraças ou os levando à morte, como no caso do Boi morto pelo rei Leão. A passagem da morte do Boi, outro ato irracional, trás novamente à tona a desintegração do rei e a concepção de lucidez para Llull. Segundo Costa, “[...] pelas perspectivas de aplicação prática que apresenta, é um dos temas que mais deveria atrair os estudiosos de sua obra, toda ela impregnada dessa doutrina que, além do mais, parece profundamente experienciada pelo próprio Llull”<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d’amic e amat e El Libre de lês Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 58.

<sup>241</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 60.

<sup>242</sup>JÍMENEZ, Julia Butiña. El Libre de les Bésties de Llull y el comportamiento político, *Op. cit.*, 2010, p. 331.

<sup>243</sup>COSTA, *Op. cit.*, p. 78.

Conta-se que anos antes de sua conversão, se encontrava cheio de trevas em seus pensamentos, semelhantes a uma água barrenta, suja e envenenada<sup>244</sup>.

O final de Dona Raposa é marcado pela insistência das *virtudes* em permanecer diante da instabilidade do reino. O Elefante, anteriormente procurado pela besta para unir-se em sua vingança contra o rei, temia que a morte do rei por Dona Raposa o associasse à traição, além de sua consciência não consentir tal ato. Vendo que tudo estava preparado e que o momento se aproximava, disse para si:

- Se o Zorro, com sua habilidade e astúcia, pretende matar o rei, não posso eu, com minha própria ingenuidade, fazer o rei matar o Zorro? Se neste pequeno corpo cabe tanta habilidade, astúcia e intriga, não deveria poder em meu corpo encaixar nas proporções mais lealdade, mais sabedoria e maior inteligência?<sup>245</sup>

O Elefante, então, dirigiu-se ao rei e contou-lhe da traição concebida pela raposa: [...] cerque-se de bons e honrados conselheiros, exercendo com inteira liberdade vosso senhorio, sem se sujeitar de modo algum às instigações do mal à nobreza que Deus lhe deu por seu elevado status e dignidade real”<sup>246</sup>. Duvidoso de suas palavras, pediu que o herbívoro apresentasse provas que consubstanciassem sua afirmação, então o Javali, o Coelho e o Pavão testificaram a armadilha raposina. Quando deu o grande urro, “[...] a importância do rugido é tal que nenhum ser lhe é indiferente ou não fosse o Leão rei de todas as criaturas. Assim, torna-se ainda mais relevante a comparação do rugido do Leão com a palavra onipotente de Deus”<sup>247</sup>.

Isso nos leva a refletir sobre o princípio pensante e espiritual que permeou as relações entre os animais frente ao homem no medievo. A Idade Média cristã, ao contrário da Antiguidade greco-romana que a ignorava e sacrificava, dotou os animais de uma alma relativamente racional e, conseqüentemente, se questionaram se estes não eram responsáveis por seus atos. Como todos os seres vivos que a possuem, a grande problematização era o caráter dessa alma, não só vegetativa dotada pelo princípio da nutrição, do crescimento e da reprodução e sensitiva pelo princípio da sensação; mas parcialmente intelectiva. A grande preocupação era determinar se, assim como o homem, os animais possuíam um princípio pensante e espiritual<sup>248</sup>.

<sup>244</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 78.

<sup>245</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 84.

<sup>246</sup>LLULL, Ramon. Livro das Bestas, *Op. cit.*, p. 88.

<sup>247</sup>CHAMBEL, Pedro; MIRANDA, Adelaide. (coord.). Bestiário Medieval, *Op. cit.*, p. 02.

<sup>248</sup>PASTOUREAU, Michel. Una historia simbólica de la Edad Media occidental, *Op. cit.*, p. 30-47.

A evolução da responsabilidade moral do animal os levou para o tribunal a partir do século XIII, cujos castigos aplicados assemelhavam-se ao dos homens. Os juízos realizados, às vezes, tomavam circunstâncias agravantes com consequentes suplícios e rituais que precediam à morte e se alteravam de acordo com o período do ano em que o crime foi cometido. As ações jurídicas dividiam-se em três categorias: contra animais domésticos (bovinos, cavalos, burros, cachorros); mamíferos selvagens (javali e lobos) e animais pequenos (roedores e insetos). Culturalmente, a imposição de ações jurídicas manifestavam a fonte de exemplaridade ao qual os animais representavam em maior ou menor grau<sup>249</sup>.

Para Dona Raposa restou-lhe a catástrofe de uma morte em meio à vergonha de sua alma deturpada. Tal final da história luliana não é simplesmente previsível, a morte raposina é símbolo do desnudamento de suas astúcias pelos que reconhecem suas argúcias e seus perigos. A perversidade da raposa dá espaço ao retorno das virtudes, a direção da carne pelo espírito e ao exercício da autoridade do ofício de rei. A nobreza divina que assegura sua posição exprime, com clareza, o ideário medieval sobre a ordem social, onde todos estão em seus lugares e ali deverão permanecer.

---

<sup>249</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 36-42.

### **CAPÍTULO III**

**DUAS OBRAS, UMA FACE: A MANUTENÇÃO DO PODER  
SOBERANO NO *CALILA E DIMNA* E NO *EL LIBRO DE LAS  
BÉSTIAS*.**

### 3.1. Das similaridades e dissemelhanças entre *Calila e Dimna* e *El Libro de las Béstias*.

A proeminência do fabulário indiano *Calila e Dimna* transcendeu amplamente os espaços da cultura islamo-árabe no transcorrer do tempo. Até meados do séculos XIII, disseminou-se em diversas edições, dentre elas uma grega (século X), duas latinas (século XII) e uma espanhola (século XIII), sendo o fabulário de maior ingresso no Ocidente<sup>250</sup>. A princípio, a obra oriental datada do século VIII a. C. e originalmente escrita em sânscrito foi traduzida do persa clássico para o árabe pelo letrado Ibn al-Muqafa<sup>251</sup> (724-759), se insere em um espaço de confronto pela administração do poder no ainda instável Califado Abássida<sup>252</sup>.

Após o estabelecimento abássida estes, desde o princípio, enfrentaram a instabilidade de interesses em oposição a seu projeto de legitimação e perspectiva duradoura de governo. O Califado Omíada apesar de sustentar o modelo aristocrático oriental – bizantino e sassânida – não converteu a fundamentação dos valores calcada nas relações tribais em que se estruturava. O estabelecimento de uma corte não impediu a ascensão da tribo coraixita para o papel governante e a consolidação de acordos com

<sup>250</sup>Outras traduções também foram produzidas até o século XVIII: uma latina no século XIV, três espanholas datadas dos séculos XV, XVII e XVIII e três italianas do século XVI.

<sup>251</sup>Adepto ao maniqueísmo, al-Muqafa era filho de um coletor de impostos na Pérsia, nomeado pelo governador do Iraque Alhajjāj ibn Yūsuf al-Thaqafi (661-714). Ao opor-se à manipulação de verbas para fins de luxos, seu pai foi torturado por Alhajjāj tendo o atrofiamento de suas mãos como consequência de um espancamento; deste ato provêm a alcunha *almuqaffa*, ou mãos atrofiadas. Os motivos que levaram a família a estabelecer-se na cidade de Albasra durante a vigência do Estado Omíada são desconhecidas. Contudo, fora neste centro intelectual e econômico que Ibn al-Muqafa ampliou sua intelectualidade, graças ao pulsante ambiente cultural da cidade, proporcionando a expansão de sua rede de relações com os altos escalões sociais do Califado como, por exemplo, o mais notório escriba dos Omíadas, Abd al-Hamid ibn **Yahya** al-Katib. A despeito do vínculo, ao que tudo indica, atravessou incólume a revolução que depôs o governo de outrora em detrimento do poder dos Abássidas, a cujo serviço prestou-se logo após sua instauração. Estreitando os laços com o novos governantes, conquistou a admiração do governador da cidade **Sulayman ibn Ali** (700-759), tio do primeiro cáfila dos abássidas Abul `Abbas as-Saffah (721-754), tornando-se mestre de um de seu filhos; posteriormente, atuou como escriba para o governador da região de Kirman, outro tio do califa. Foi nesse período, mas sem precisão de datação, que converteu-se ao Islã. JAROUCHE, Mamede Mustafa. Vicissitudes de um livro e seu autor. In: ALMUQAFFA, Ibn. *Kalila e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 17-21.

<sup>252</sup>Além dos conflitos externos ao governo, o Califado Abássida sofreu com as vicissitudes internas em sua administração. Durante a regência do califa Abu Ja'far Abdallah ibn Muhammad al-Mansur, seu tio Abdallah ibn al-Abbas rebelou contra o governo do sobrinho, reclamando para si o califado, sob a justificativa de ser seu o direito de governo uma vez que fora o responsável pelo comando que levou a decisiva derrota dos Omíadas perante os Abássidas. Entretanto, seu intelecto militar não foi o suficiente durante a revolta encabeçada por si: suas tropas foram subjugadas após cinco meses de confronto, obrigando-o a refugiar-se em Albasra. Após alguns meses de adversidades, um acordo foi estabelecido: al-Mansur garantia a vida de seu tio diante da assinatura de um tratado imposto ao mesmo. A redação do compromisso ficou sob a tutela de Ibn Almuqaffa que o elaborou em termos que não permitiam interpretações ambíguas. IDEM, *Ibidem*, p. 22.

outras tribos para favorecer a governabilidade do califado<sup>253</sup>. A nova frente de governo abássida não se amparava nas relações tribais como a anterior para o seu sustento, mas na regência alicerçada na promoção material e intelectual que propagava o estabelecimento de um novo papel a ser desempenhado pelo califa que não mais se afigurava como um representante do Profeta, mas como a “sombra de Deus na Terra”, o que lhe atribuía direitos de governo sem a restrição aquiescente das tribos árabes. Porém os desígnios do novo califado não foi prontamente reconhecido após a conquista, uma vez que os abássidas não possuíam o apoio de parte dos grupos religiosos e da elite “fundiária”, sendo essas relações construídas gradativamente sob a penumbra da autoridade abássida<sup>254</sup> e no patrocínio à produção de cunho político<sup>255</sup>. Após a ascensão destes em relação ao Califado Omíada, sem dúvida, a preceptora ideia sobre a prática do aconselhamento que a obra traz foi relevante para o interesse dos novos califas que, na diversidade do seu governo, buscavam estabelecer-se e firmarem seu poder sobre a *dar al-islam*.

Os textos do *Calila e Dimna* tiveram seu conteúdo centrado em questões éticas e morais, a porta de entrada nos territórios ocidentais. Sua essência se concentrava em abordar, de forma ampla, situações que podiam ser aplicadas sobre o mesmo véu do viver em sociedade. De fato, a causa determinante que concebe *Calila* como uma das principais coleções narrativas se deve por apresentar temas que se envolvam em torno dos valores do conhecimento através do qual se estabelecem a coexistência social. Pode-se afirmar que a obra possui uma complexa estrutura delineada em uma narrativa circular, em que há um eixo central onde se ramificam as demais narrativas que dão origem às múltiplas camadas fabulísticas que, em maior ou menor grau, sempre retornam ao núcleo original.

Com razão, a longa trajetória que traz o texto original para o Ocidente evidencia um contínuo realinhamento de seus elementos centrais, orientados ideologicamente com os princípios do contexto de recepção<sup>256</sup>. Sua chegada à cultura castelhana vem de encontro ao profundo interesse apresentado ao longo do século XIII pela literatura

<sup>253</sup>LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 86.

<sup>254</sup>A instauração efetiva se consumou só com a supressão da dinastia anterior, com a deposição do poder califal que se renunciou de forma violenta através do assassinato da família omíada, salvando-se apenas Abd al-Rahman I (731-788) que se refugiou em al-Andalus e estabeleceu um Emirado emancipado do Califado Abássida.

<sup>255</sup>LEWIS, Bernard. *Os árabes na História*, *Op. cit.*, p. 97-98.

<sup>256</sup>LALOMIA, Gaetano. *La rappresentazione del conflitto nel Calila e Dimna*. Actas del XXI Congreso Aispi: Acti del XXII Convegno Aiuspi/ coord. Por Antonella Cancelier, Maria Catarina, Laura Silvestri, vol.I, 2006.

altamente didática, norteada para a educação dos príncipes e conselheiros de corte. A arte<sup>257</sup> de governar que floresceu no espaço político medieval debruçou-se, em sua essência, sobre às práticas de orientação e aconselhamento aos reis e futuros príncipes. Sistematizado pelos carolíngios no século IX e consolidada no século XIII, fundamentalmente, a doutrina do espelho de príncipes moldou-se sob as características pragmáticas da governança, principalmente da justiça, compreendida como a principal virtude do monarca. Norteando as reflexões morais sobre o poder civil e tutelada pelos preceitos cristãos, a tradição literária do espelho de príncipes reestruturou a concepção do *corpus* político redirecionando suas atribuições fundamentais sem se abster da personalidade dúbia que circundava a natureza da realeza.

Entre os reinados de Fernando III (1201-1252) e Sancho IV (1258-1295) foram estimuladas e ampliadas as traduções de obras de origem oriental mas, sem dúvida, foi sob a regência de Afonso X, o Sábio (1256-1284) e sob a tutela da Escola de Tradutores de Toledo que se decorreu o período mais produtivo e favorecido para tais empreendimentos, penetrando na prosa castelhana os contos orientais. A versão castelhana de *Calila e Dimna* produzida a pedido do infante para presentear à rainha Joana da França (1274-1314), esposa de Felipe, o Belo, emerge não apenas como uma gentileza, mas expressa seu patrocínio movido não apenas pela curiosidade sobre a cultura oriental, certamente apreciada por si, mas pela relevância do estudo da obra e pela perspectiva de conceber um fundo ideológico que se reflete em seu pensamento político, “[...], o próprio *Calila* é um espelho de princípios em que muita ênfase está na relação entre o poder monárquico e a sociedade, por um lado, e o conceito de fidelidade e pacto que se estabelece entre os dois lados, do outro”<sup>258</sup>.

---

<sup>257</sup>Até o século XII, representavam para o medievo a ordem fundamental do espírito. Na educação medieval, ressalta-se duas vertentes teóricas sobre as artes: a patrística e a laica escolar. Se eventualmente se contatam, diferem por suas origens. No caso da patrística, a opinião não é uniforme. Ambrósio de Milão (333-397) conhece, mas é hostil à filosofia grega; Jerônimo (347-420) argumenta sobre a aplicação das ciências antigas em favorecimento ao serviço do cristianismo, que ao aplicá-las deve livrá-las de seu caráter profano para que elas tornem-se dignas de Deus. Essa reflexão atravessou a Idade Média até o renascimento italiano, contudo, não se deve procurar em Jerônimo uma teoria filosófica das artes. O que ocorre inversamente em Santo Agostinho (354-430), que defendeu o expurgo do que era refletido como nocivo e supérfluo na ciência pagã a fim de aplicá-la para o serviço da verdade e cujas interpretações da Bíblia foram fundamentais para o alvorecer das ciências eclesásticas. Em paralelo à teoria patrística das artes, caminha a teoria leiga. As artes são comparáveis aos sete pilares da sabedoria. A primeira das sete artes é a gramática que, como equivalente, foi usada literatura que a princípio não possuía o sentido atual; *litteratus* é o conhecedor da gramática e da poesia, mas não necessariamente um escritor. CURTIS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, *Op. cit.*, p. 50-59.

<sup>258</sup>LALOMIA, Gaetano. *La rappresentazione del conflitto nel Calila e Dimna*, *Op. cit.*, p.240.

Os homens inteligentes de todas épocas sempre estão em busca do que os faça ser compreendidos: para tanto, entabulam várias espécies de artimanhas e intentam dar a conhecer os argumentos que possuem. Isso os levou à composição deste livro, no qual condensaram os mais eloquentes e elaborados discursos na boca das aves, alimárias e feras, concatenando, aí, duas questões: quanto a eles, encontraram um lugar para dispor o discurso, e vertentes para percorrer, quanto ao livro, reuniu sabedoria e diversão. Assim, os sábios elegeram-no por causa da sabedoria, os néscios, por causa da diversão; [...]<sup>259</sup>.

As falas presentes na obra consistem na exposição da sabedoria pragmática colocada a favor dos animais para o aconselhamento da razão e, em consonância, constituem como mecanismo na busca para abrandar o peso das formulações doutrinárias excessivas, mediante sua introdução em um quadro fabulístico discernível como tal. O gênero do espelho de príncipes, oriental, caracteriza-se, se contrastado com a tradição ocidental, pelo seu realismo político e pelo seu pragmatismo<sup>260</sup>. O panorama alegórico se desenvolve em ações onde o poder se opera em um processo relacional de interação e manipulação entre governante e governados, esboçando a representação da sociedade cortesã, palco de ações infames e obscenidades que, nos arredores do poder, deflagram suas ambições, ganâncias e paixões desmedidas que exigem, em conformidade, decisões coercitivas do rei, refletidas com o auxílio das palavras de seus conselheiros.

Contando com dezessete capítulos<sup>261</sup>, em suas linhas *Calila* bebe do *Panchatranta*, importante coletânea bramânica datada aproximadamente do século III a.C. e escrita em sânscrito. De fato, os relatos fabulísticos de procedência oriental com protagonismo animal são, sobretudo, contos indianos<sup>262</sup> e persas. Ao longo dos séculos a literatura oriental exerceu forte influência sobre os povos islamizados, especialmente

<sup>259</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Propósito do livro por Ibn Almuqaffa. In: ALMUQAFFA, Ibn. *Kalila e Dimna*, *Op.cit.*, p. 05.

<sup>260</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 174.

<sup>261</sup>Dos capítulos, seis são provenientes do *Panchatantra*: “O Leão e o touro”; “A pomba de Colar”; “As corujas e os Corvos”; “O Macaco e o Cágado”; “O Asceta e o Mangusto” e “O Viajante e o Joalheiro”. Da epopeia indiana *Mahabharata* são compartilhados três contos: “O Leão e o Chacal”; “O Rei e a Ave Finza” e “O Gato e o Rato”. Três outros contos são, possivelmente, indianos, mas a ausência das fontes originais dificultam seu rastreio de origem: “Iblad, Iraht e Xadarm, rei da Índia” e o “Filho do Rei e seus amigos” de tradição budista e o “A Leoa e o Animal Xahar” de tradição bramânica. Os contos “Investigações sobre Dimna”; “Miharayz, o rei dos ratos”; “A Garça e a Pata” e “A Pomba, a Raposa e a Garça” são provenientes árabe-muçulmano. JAROUCHE, Mamede Mustafa. *Vicissitudes de um livro e seu autor*, *Op. cit.*, p. XLIII-XLIV.

<sup>262</sup>A fabulística oriental nasceu na Índia, onde a crença de metempsicose está viva, isto é, a reencarnação de um homem na figura de um animal. Trata-se de uma doutrina baseada na transmigração da alma humana para os corpos animais e vegetais, ou seja, o espírito que habita o corpo humano pode retornar ao mundo em outros corpos que não necessariamente o seu anterior.

entre persas e turcos e, concomitantemente, aportou nas terras peninsulares da Espanha através da conquista muçulmana e da coabitação entre árabes e cristãos<sup>263</sup>.

Responsáveis também foram os árabes pela inserção da tradição fabularia grega em territórios espanhóis entre os séculos XII e XIII através de sua própria produção. A atividade literária predominante no mundo árabe até o esfacelamento de sua unidade política a partir do século X, era predominantemente a poesia erudita. Porém, as transformações no cenário de outrora impulsiona o crescimento da prosa popular que passa a habitar a escrita em detrimento da oralidade<sup>264</sup>. A despeito da fábula, Ernst Curtis interpreta-a como necessária à vida. O filologista alemão discorre sobre como a função fabuladora se alimenta com os substrato do instinto, que como uma aura, envolve a inteligência. “O instinto não pode intervir imediatamente para proteger a vida. Como a inteligência só reage a imagens de percepção, cria percepções imaginárias que podem aparecer depois como consciência indefinida de um presente eficaz [...]”<sup>265</sup>.

A título de exemplo, *Calila e Dimna* apresentam soberanos históricos e fictícios que simbolizam o bom regime. Uma das peculiaridades do espelho de príncipes, muçulmano, consiste na fragmentação da doutrina em duas vertentes conceituais relacionadas ao fenômeno político. De um lado, aqueles que remetem ao poder o refletem como um domínio e, de outro, aqueles que dialogam sobre o poder relacionam seu exercício ao ordenamento teológico para fins éticos e coletivos, transcendendo as paixões individuais<sup>266</sup>. A este respeito, a obra apresenta os espaços de conflito como importantes eixos temáticos que a constituem e a estruturam, contribuindo ao apresentar uma gama de acontecimentos em que as situações conflitantes entre os personagens são núcleo central, resultado das tensões que podem ser impostas pelas relações sociais.

Os dois primeiros capítulos estão sob a regência dos dois chacais que dão o nome à obra. Estes são construídos como mentores do saber que se aproximam do leão, detentor do poder soberano. No transcorrer da narrativa, a exploração do fundo político através das ações e dos diálogos se principia sobre o manto do “conta-se que” ou “só te apliquei este paradigma”<sup>267</sup> ao desenharem o cenário de legitimação e consolidação do

<sup>263</sup>VERNET, Juan. *Literatura Árabe*. Barcelona: El Acantilado, 2002.

<sup>264</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 47.

<sup>265</sup>CURTIS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*, *Op. cit.*, p. 09.

<sup>266</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 166.

<sup>267</sup>A aplicação do termo paradigma também pode se referir a exemplo, modelo a ser mimetizado. Esse método de exposição, cujo estatuto epistemológico toma dimensão de “método imanente”, torna a fábula repleta de subnarrativas, se desenvolve quando o tradutor-autor radicaliza a crítica à tradição aristotélica, questionando a oposição dicotômica entre o particular e o universal, que se consolidaram no Ocidente como o procedimento, por excelência, do conhecimento. MATOS, Olgário Chain Féres. Prefácio: um

poder, seus conceitos gerais e específicos, a participação dos conselhos e de seus membros perante a corte e o monarca. Os protagonistas, personificam reis, conselheiros ou simples súditos, caminham ao lado dos personagens humanos em uma relação de alternância entre as duas esferas que não se limita às subjacências do texto, mas concentram-se no reflexo destes como espelho para que o leitor enxergue nesse mundo o seu próprio. A díade fórmula da obra, fábula e tratado político, traz em suas linhas a constante crítica à corruptibilidade humana, além de delinear as vicissitudes próprias das relações entre poder e saber.

[...] os personagens agem e discutem princípios universais, tentando provar a validade dos seus argumentos por meio da apresentação de exemplos ou paradigmas na forma de fábulas e narrativas. A estrutura é mais ou menos a seguinte: a personagem “A” pretende fazer tal coisa, ou deixar de fazer tal coisa, e a personagem “B” quer dissuadi-la de fazer tais coisas ou convencê-la a fazer outra coisa<sup>268</sup>.

Durante um dos seus discursos, Dimna exalta a Calila sobre sua astúcia e ambição que, conseqüentemente, estão em sentido oposto com a condição em que vivia, aborrecendo-o:

Fica sabendo, porém, que nem todo aquele que se cerca dos reis o faz por causa de seu próprio estômago, pois este pode ser forrado em qualquer lugar, há quem almeje, aproximando-se dos reis alegrar os amigos e afligir os inimigos. Dentre os homens, somente os mais vis e os de menor brio se satisfazem e se contentam com pouco, tal como o cão esfomeado que consegue um osso seco e se contenta com ele. Quanto aos que têm brio, o pouco não os satisfaz nem os contenta caso não os eleve àquilo de que são merecedores, [...] <sup>269</sup>.

Neste primeiro fio, Dimna faz compreender que com astúcia aqueles que não detém o poder podem conquistá-lo mesmo que não possuam a força necessária. O chagal espera satisfazer sua ambição exclusivamente com a mesma; a força física pode ser suprimida por outra força, a da astúcia, a que acredita dissimuladamente ser dominante. A premissa das relações entre a força e o engano como elementos que configuram a parte animal da política é uma das características determinantes que envolvem *El Libro de las Béstias* e o fabulário árabe em uma mesma teia. Compartilham entre si não apenas a ideia sobre a importância da figura do conselheiro, mas também o essencial da doutrina do poder que pretendia transmitir<sup>270</sup>.

---

poema filosófico. In: ANÔNIMO. O Leão e o chagal mergulhador. Tradução por Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2009, p. 10-11.

<sup>268</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 11.

<sup>269</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op. cit.*, p. 48.

<sup>270</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*

As coincidências indubitáveis entre *Calila e Dimna* e *El Libro de las Béstias* trouxe para as pesquisas da obra de Ramón Llull uma nova linha de interpretação. Devido à complexidade do fabulário árabe, dedica-se a analisar os dois primeiros capítulos que se ocupam em orientar a erudição humana para a influente arte em que se configura a política. No aspecto mais geral, ambas se centram em dois pontos principais: primeiro, utilizam-se da tradição fabulística como alusão para tecer suas críticas às fraquezas e desvios da sociedade humana frente aos atributos ideais, concebendo um contexto situacional onde se prospera a ação; em segundo, sua essência está destinada aos reis e seus futuros sucessores sobre a difícil arte de governar e de identificar entre seus conselheiros os leais e traidores. Em um pano de fundo mais específico, os conteúdos não se relacionam intimamente por se adequarem a contextos particularmente distintos; a estrutura, a eleição dos condes e a trama, pois são díspares. Ramón busca, no *Calila e Dimna* extrair o máximo de seu conteúdo moralizante e político, por isso os contos derivados do fabulário árabe que habitam sua obra não dispõem de detalhes descritivos, obstrui partes dialogais e reduz à narrativa a mínima expressão de suas necessidades<sup>271</sup>. Atenta-se, dessa forma, para uma análise comparativa, coincidências e contraposições, entre os contos em relação a um perfil em comum.

Concentrando-se nas relações particulares, considerou-se, a princípio, o contato por parte de Llull com a obra oriental<sup>272</sup>. Três hipóteses de transmissão são possíveis: por via do conhecimento do escravo muçulmano que Ramón teve enquanto se dedicava aos estudos da língua árabe, pela versão castelhana de Afonso, o Sábio, ou pela tradução latina de João de Cápua que, entre os anos de 1263 e 1278, traduz do hebraico e o intitula *Directorium humanae vitae, alias parabolae antiquorum sapientium* (O guia da vida humana ou provérbios dos sábios antigos)<sup>273</sup>. Possivelmente, Ramón Llull teve contato com uma dessas três versões que, segundo Rubió I Balaguer<sup>274</sup>, muito provavelmente seja a latina. Apesar da familiaridade entre os elementos moralizantes, *El Libro de las Béstias* não se configura em uma cópia do fabulário árabe. O usufruto de

<sup>271</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. Algunas consideracions sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramon Llull i l'original oriental. *Catalan Review: International journal of Catalan culture*, v.11, nº 1-2, 1997, p. 92.

<sup>272</sup>Das nove histórias compartilhadas entre *Calila e Dimna* e *El Libro de las Béstias*, sete provêm do terceiro capítulo do *Calila e Dimna* castelhano (capítulo cinco da versão árabe) e dois dos capítulos VI e XV. IDEM, *Ibidem*, p. 89.

<sup>273</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d'amic e amat e El Libre de les Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, p. 46.

<sup>274</sup>RUBIÓ I BALAGUER, J. Ramón Llull i el lullisme, *Op.cit.*, p. 320.

alguns contos não ocorre de forma literal, Llull reelabora alguns fragmentos para que estes surjam em sua narrativa com propósito particular, sendo a sequência que aparece no *Calila e Dimna* diferente da construída em sua obra.

A técnica literária do *Calila e Dimna* tem a complexidade estrutural da “caixa chinesa”, própria das narrações orientais e que atinge o fim da dificuldade nas Mil e uma noites. *El Libro de las Béstias* é linear e não apresenta a qualquer momento uma complicação excessiva que dificulta a compreensão do texto. Llull tampouco tem intenções literárias e, portanto, rejeitará virtuosismos técnicos e, até mesmo, a elegância que se pode apreciar nas descrições e nos diálogos do *Calila e Dimna*, finalmente, um livro de ouro que atraiu a atenção do soberano de Castela<sup>275</sup>.

No que tange aos personagens protagonistas, outra diferença se manifesta entre a apologia oriental e a luliana. O fabulário indiano tem dois protagonistas, os chacaís Calila e Dimna, apresentados como irmãos; o primeiro, prudente e sábio e o outro imprudente e vítima de seus atos. Os diálogos mantidos entre os dois personagens fundamentam as ações deste último. Ramón Llull se concentra em apenas uma figura, Dona Raposa, peça imprescindível para a história; perversa e que almeja incessantemente o poder real. O personagem da raposa é o protótipo do anti-herói e do mau caráter<sup>276</sup>. Sua complexa personalidade não se configura de maneira unidimensional, suas ações sempre são premeditadas entre as reflexões do diálogo e do bom ensinamento dos exemplos para a conquista de seus propósitos.

A obra de Ramón Llull se desenvolve a partir do fio argumentativo constituído por uma história central, a eleição do rei, e pelos desdobramentos que se sucedem e que se entrelaçam entre si. No paralelo oriental, o primeiro capítulo, “O leão e o touro” é protagonizado pelos animais mas não inclui a passagem do processo eleitoral, pois na obra é inexistente. Sua base consiste em três eixos principais: o leão<sup>277</sup>, governante de todas as bestas, o chacal Dimna representante das maldades e o boi chamado Xanzaba. Este último, servo do homem, ao fugir por medo da morte, se depara com um belo prado onde ao professar altos sons, amedronta a todos, inclusive o rei Leão. Calila e

<sup>275</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. Algunas consideracions sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramon Llull i l'original oriental, *Op.cit.*, p.88.

<sup>276</sup>Os personagens centrais, Dona Raposa de um lado e Calila e Dimna em suas características, não se aproximam em demasiada semelhança. A primeira se apresenta como um animal doce e traidor, mais propenso ao modelo de Roman de Renart que a apologia oriental. Desfruta do talento que a cultura ocidental outorga à raposa. Os personagens da narração oriental não tem o mesmo grau de sentimento ruim, porque, mesmo Dimna planejando a morte do Boi, não concebe a traição para seu rei. Tratam-se também de personagens com evolução oscilativa, ao se encontrar traços no arrependimento em Dimna e nas reprovações de Calila. PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 592 – 600.

<sup>277</sup>O leão é uma das figuras alegóricas mais frequentemente empregadas, tanto pela tradição islâmica como pela cristã.

Dimna decidem, ao se depararem com a circunstância, levá-lo até a corte, contudo, Dimna desconsiderou como possibilidade de que, mesmo intimidado pelo boi, relações amigáveis seriam forjadas entre este e o leão, prejudicando suas intenções de ascensão social. Invejoso pelo florescimento do vínculo entre ambos, Dimna traça um plano de ascensão ao cargo honorário no conselho do rei calcado na ruína do boi.

Analizando o que eu desejo retomar e que me foi despojado, não vislumbrei nada melhor do que urdir um stratagema contra Xanzaba a fim de que ele perca a vida. Se eu puder fazê-lo, recuperarei a situação que eu detinha junto ao leão, para o qual isso talvez seja um bem, pois seus cuidados exagerados com Xanzaba podem vir a maculá-lo<sup>278</sup>.

Uma semelhante passagem possui *El Libro de las Béstias*, mas sua configuração possui um tom próprio. No quarto capítulo, “De como chegou a raposa a ser porteira do rei”, após a escolha do gato para camareiro e o cão<sup>279</sup> para porteiro do reino das bestas, Dona Raposa sai em busca do boi, que antes pertencia ao reino animal e se ausenta deste devido à morte de seu filho e o encontra regressando as suas origens, após malsucedida estadia no reino dos Homens, em busca do perdão do rei. Ao deparar-se com o herbívoro, a raposa lamenta-se pelo conselho do rei ser composto por figuras más e inculca no animal o sentimento de dúvida em relação a sua decisão de retorno. Em aconselhamento ao Boi, Dona Raposa incentiva: “se estiver satisfeito, eu lhe darei um conselho que, se segui-lo e fazer que o rei cumpra-o, imensos bens terá com grande prosperidade”<sup>280</sup>.

Prometendo o Boi à Dona Raposa fazer todo bem possível, no que dependesse dele, a raposa lhe deu conselhos para que fosse a um belo prado próximo à corte do rei para descansar e comer até melhorar sua aparência, recuperar sua robustez perdida e adquirir a força necessária para dar fortes mugidos e a isso, adicionou a raposa: Tão logo, senhor Boi, quando sentir-se recuperado por completo seu vigor e brio, muja fortemente por três vezes durante o dia e outras três durante a noite; e, além disso, é de minha conta que o rei esteja ciente dessa angustiante situação. O Boi, aceitando o conselho de Dona Raposa e fazendo o que havia dito, dirigiu-se à corte do rei. Quando o Boi havia descansado, comido e estava satisfeito, sentindo-se forte, empenhou-se a mugir de uma forma precipitada, e a raposa ao ouvir os mugidos do Boi, se pôs na presença do Leão para observá-lo enquanto o Boi

<sup>278</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op. cit.*, p. 61.

<sup>279</sup>Se há uma característica que define a atitude do cão em relação ao homem, é a fidelidade, e assim podemos ver que, na Idade Média, esculturas funerárias que representam personagens com um cão nos pés. O cachorro é o animal de estimação do homem, ajudante valioso para o pastor, mas na civilização clássica e no início do cristianismo, não recebe muita simpatia: a mitologia o converteu em um monstro temido que guarda o inferno. Mas a fidelidade do animal é um tema extensivo nas narrações folclóricas e se encontra muitas narrações em que o cão acompanha seu senhor até a morte. PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 261-262.

<sup>280</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 32.

mugia. Tão fortes e terríveis eram os sons que até no leão incutia-se pavor e toda vez que aquela voz de trovão chegava aos seus ouvidos, ele estremecia para sua tristeza que, estando ali os barões de sua corte e podendo esses observar a impressão que o rei recebia, chegou a temer que estes o teriam em seu desprezo, por medo ou problemas<sup>281</sup>.

A forma de morrer do boi na apologia luliana e no *Calila e Dimna* possui coincidências, mas as similitudes não dão margem para o mesmo propósito. Tanto Dimna quanto Dona Raposa partilham do engano contra o boi e o rei, causando o princípio do conflito. Mas apesar das passagens possuírem uma identidade simultânea, seus fins são específicos. No primeiro caso, a presença do boi na corte ameaça, no ponto de vista de Dimna, sua posição e seus propósitos, dessa forma, quando o chacal trama as acusações contra o herbívoro, se baseia em denúncias de traição, trapaça e conspiração: “descobri que Xanzaba é traidor e trapaceiro: sabedor de que tu lhe concedeste todas as honrarias e o transformasse em teu par, hoje ele presume ser igual a ti”<sup>282</sup>. Em contrapartida, Dona Raposa fundamenta-se no medo que o rei tem pelo som que ressoa da bravura desconhecida e que o ameaça:

Amiga raposa: como não tens medo dessa voz tão estranha e formidável. Bem conhece você meu valor e minha coragem e não deixa de saber da força e do brio do Leopardo e dos outros animais, no entanto, nos impõe este bramido sem podermos remediá-lo<sup>283</sup>.

As maquinações de Dimna atacam a confiança que a amizade do leão tem pelo boi. O sustento da raposa se baseia na insegurança do leão em relação ao seu poder e em como mantê-lo. Apesar de possuírem orientações contraditórias, os argumentos nascem do mesmo princípio da persuasão e da capacidade dialética que habita tanto no chacal como na raposa.

A apologia oriental valoriza a amizade, a nobreza e, mesmo, é capaz de justificar algumas atuações dolentes. O Livro das Bestas é mais cru, apresenta disputa entre os animais, estes que caem nos mesmos vícios que os homens e se estabelece uma comparação com o mundo humano e uma exemplificação. [...]. O Livro das Bestas e *Calila e Dimna* são duas obras concebidas de formas diferentes e com intencionalidades também diferentes que coincidem em um espírito exemplarizante, na atratividade dos exemplos<sup>284</sup>.

No *Calila e Dimna*, a morte vem de encontro com a capacidade de Dimna de extorquir do rei os medos que o tornam fraco. Mesmo quando este não acredita que

<sup>281</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 33.

<sup>282</sup>ALMUQAFFA, Ibn. *Kalila e Dimna*, *Op. cit.*, p. 67.

<sup>283</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>284</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. Algunas consideraciones sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramon Llull i l'original oriental, *Op.cit.*, p. 94.

Xanzaba esteja planejando atentar contra si, o chacal aconselha-o até convencê-lo a estar preparado para um provável ataque. Concomitantemente, decide dirigir também suas palavras persuasivas ao touro, emaranhando o senhor e súdito na mesma teia de dúvidas e desejos de vingança.

[...] contou-me alguém que tenho confiança que o leão disse a alguns companheiros dele: “gostei da gordura de Xanzaba. Ele não tem serventia e não me vejo senão comendo-o e alimentando-vos da carne dele”. Quando recebi esta notícia compreendi-lhe a impiedade e traição e vim até aqui para prevenir-te: elabora, com habilidade, uma artimanha que te safe<sup>285</sup>.

Em *El Libro de las Béstias* a ação que culmina na morte do boi se desenrola em uma corte vulnerabilizada pela morte do Leopardo e com poucos conselheiros. Em um dia frio e sem ter o que comer, o rei Leão pergunta à Dona Raposa o que lhe serviria de alimento para saciar-se. Esta sugeriu o Boi como nutrimento, uma vez que havia chegado a seu consentimento que este estava em condições instáveis de vida, por apresentar a respiração corrompida. Ao perceber a hesitação do rei em tomar o herbívoro como refeição, interroga se “não é da vontade de Deus que o rei disponha de seus vassalos, segundo requer suas necessidades?”<sup>286</sup>. O monarca concorda, mas afirma que não irá romper a confiança que havia depositado no Boi. A raposa então entrelaça suas intenções e concebe uma estratégia a fim de que o Boi se ofereça ao rei Leão como alimento e que este não tenha objeções, não consiga recusar.

[...] foi Dona Raposa conversar com o Boi e disse: Não sabes que o rei está com fome e quer comê-lo? Isto se resultou porque o Pavão assegurou que sua respiração dói e que muito em breve você vai morrer, pois está doente. [...]. Assim, pois, acrescentou o Boi que na amizade entre um boi e um leão está sempre envolto de sacrifício e morte para o primeiro e benefícios para o segundo. [...], disse Dona Raposa ao Boi: Deixa de lado o medo. Não temas. O rei te prometeu fidelidade e não faltará com sua promessa nem te trairá. Ele está com fome e você deve lhe oferecer seu corpo e na necessidade extrema em que ele se encontra, para que, se julgá-lo bem, pode comê-lo. Você não pode calcular a gratidão a que lhe obrigaria essa generosidade de sua parte. Esteja seguro que, ao considerar a magnitude de seu sacrifício e os seus esforços, não o aceitaria. Desse modo, sem fazermos dano nenhum, o agradecimento estreitaria mais e mais entre ambos os vínculos de muito afeto. Além disso, se falará tanto de seu favor que não poderá fazer maldades<sup>287</sup>.

A trama é sutilmente fiada por dois conselheiros invejosos que usam de sua efetiva qualidade de articulação na aplicação de seus propósitos. Mais uma vez, é a astúcia que estabelece e norteia as ações do conflito. A tradição literária ao seu

<sup>285</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op. cit.*, p. 72-73.

<sup>286</sup>LLULL, Ramón. *El Libro de las Béstias*, *Op. cit.*, p. 72.

<sup>287</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 73-74.

propósito, ensinava aos medievais que a força e a fraude, próprio das bestas, eram a causas de injustiças. Em todo caso, quando a necessidade de segurança exigia, era necessário recorrer, na atividade política, à bestialidade. A questão que se esconde sob a casa das fábulas animalísticas, que servem de espelho, objetiva instruir os príncipes sobre as questões relativas aos dois elementos, estes que configuram a parte animal da política<sup>288</sup>. Aconselhável não esquecer que, como em outras fábulas, a astúcia não faz apenas parte da arte da dissimulação, mas vem acompanhada de vícios característicos como a hipocrisia e a mentira<sup>289</sup>. A ânsia contingente pelo poder empurra os dois animais, o chacal e a raposa, para o mesmo abismo: a morte.

A morte de Dimna fica a cargo do julgamento imposto pelo rei, cuja ação discorre através de uma rede de informações que se dá início após o leopardo ouvir a censura de Calila à Dimna sobre sua atuação na morte do Boi. Este então confia à mãe do rei a informação que as acusações contra Xanzaba foram apenas inverdades projetadas pelo chacal que confessou seu delito. A mãe do rei dirige-se até seu filho e o encontra em estado de amargura profunda pela morte que decretou, “se isso se deve ao assassinato de Xanzaba, então já ficou evidente para nós e para ti que o perpetrasse injustamente, sem que ele tivesse praticado delito nem trapaça nem coisa alguma”<sup>290</sup>. Consciente de seu comportamento injusto, superficial e impulsivo, ditado por uma vingança presumida por rumores de um conselheiro invejoso<sup>291</sup>, o rei desperta para a influência de Dimna na causa do conflito e decide levá-lo à julgamento, mas não sem antes afirmar que isto ocorra sem suspeitas ou dúvidas, pois assim como ocorreu com Xanzaba, não pretende levantar acusações sem provas convictas. Esse posicionamento expressa progressivamente a sabedoria do rei com relação à projeção do julgamento justo em detrimento do seu comportamento anteriormente hostil.

Dimna se defende alegando que seu aconselhamento foi para o benefício geral do reino, expondo um traidor cuja alma albergava o mal e que seu julgamento não fora errôneo, uma vez que o rei ao conhecimento das observações desafiou o Boi na primeira oportunidade. O chacal, em seu argumento, joga com o benefício da dúvida, fazendo com que o rei suspenda seu processo e peça o auxílio a juízes para conduzir o caso. Descoberta a traição após o testemunho do Leopardo sobre o que ouvira na noite em que se dirigiu aos aposentos dos irmãos chacais, Dimna é condenada. Sua

<sup>288</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p.171-174.

<sup>289</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 168.

<sup>290</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op. cit.*, p. 94.

<sup>291</sup>LALOMIA, Gaetano. La rappresentazione del conflitto nel Calila e Dimna, *Op. cit.*, p. 245.

representação, acima de tudo, envolve o homem de duas faces e de duas línguas e sua morte não só encontra um fim adequado para aqueles que agem por interesse próprio, mas também soluciona o problema político que circunda o comportamento do rei<sup>292</sup>.

A morte da raposa, percorrida nos capítulos anteriores, vem por meio do uso de suas próprias armadilhas, a astúcia, pelo Elefante que não hesitante em recorrer a esta para enfrentar a situação que se desenha no cenário. Fruto dessa decisão, o leão matará a raposa pela força que o caracteriza, fazendo a corte retornar, graças aos bons conselhos, ao bom estamento. O sentimento de medo causado no Coelho e no Pavão, levam a indecisão ao serem questionados a respeito das queixas sobre Dona Raposa, impedindo-os de manifestar a verdade. De modo claro, Llull apresenta como seria impossível a uma sociedade identificar a verdade e, conseqüentemente, amadurecer e se fortalecer na sabedoria, se esta não estivesse incutida no comportamento do indivíduo. Portanto, torna-se necessário recuperar esse sentimento, representado pelo urro do rei Leão, que substitui o medo de dizer a verdade, o sentimento mal, pelo medo de mentir, o sentimento bom. A imponência do urro leonino é tal que nenhum ser lhe é indiferente, tornando ainda mais relevante a comparação do rugido do leão com a Palavra onipotente de Cristo<sup>293</sup>.

---

<sup>292</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 246-247.

<sup>293</sup>VARANDAS, Angélica. A Idade Média e o Bestiário. *Medievalista*, ano 2, número 2, 2006. Revista on-line da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

### 3.2. Os espaços de conflito no *Calila e Dimna* e no *El Libro de las Béstias*.

O conflito é uma das premissas fundamentais existentes e compartilhados entre *El Libro de las Béstias* e *Calila e Dimna*. Em ambos, as situações conflitantes entre os personagens são aspectos chave no que concerne ao estabelecimento das relações sociais e ao seu desenrolar. No caso da obra catalã, a origem do conflito nasce na metáfora alimentar, entre a diferenciação dos animais carnívoros e herbívoros que condiciona o comportamento das espécies, gerando a hostilidade entre os grupos. Ou seja, o conflito é estabelecido em consequência da natureza diferente dos seres. A divisão social entre os animais, fragmentados em subdivisões em relação ao tamanho, condiciona e sublinha seus interesses<sup>294</sup>. Dentro deste contexto nasce à censura de Llull sobre a desigualdade entre os homens. A vitória e, consequentemente, imposição dos carnívoros acarreta a cisão da estrutura operante com a fuga do Boi e do Cavalo do reino animal.

A alteração da ordem no fabulário árabe é promovida pela chegada do Boi à corte do rei Leão, que o toma como amigo e germina a ira de Dimna que planejava obter privilégios perante o rei. O chacal instigado pela inveja, investirá contra a amizade dos dois para que essa se transforme em desunião.

[...] o leão fez perguntas gentis a Xanzaba e o tratou bem: “quando vieste a esta terra? e o que te fez vir até aqui? E o touro lhe relatou sua história. O leão disse: “não deixes de frequentar-me, pois eu te honrarei e protegerei”. Então Xanzaba rogou por ele e o louvou. Em pouco tempo, o leão aproximou Xanzaba, dignificou-o e, tomado de estima por seu engenho e inteligência, passou a confiar-lhe seus segredos e consultá-lo sobre questões de seu interesse. A passagem dos dias fez aumentar a admiração e o apreço do leão pelo touro, bem como ampliou a proximidade entre ambos, até que o touro se tornou a companhia mais íntima e prestigiosa do leão. Dimna, ao notar que o rei concedia mais intimidade e proximidade a Xanzaba do que a ele ou aos outros, e que o touro se tornara o detentor das opiniões, solidões, afabilidades e entretenimentos do leão, considerou aquilo muito grave<sup>295</sup>.

No *Calila e Dimna* a premissa do conflito surge no seio da amizade. Em *El Libro de las Béstias* metamorfoseia-se na luta pelo poder, onde as relações são baseadas segundo a natureza, intervindo os animais como arquétipos que representam por si mesmos uma simbologia baseada na dicotomia entre o bem e o mal<sup>296</sup>. A condução do espaço de conflito na apologia luliana e árabe são orientados sumariamente pelo

<sup>294</sup>ÁLVARO, César González. El Libre d'amic e amat e El Libre de lès Bésties de Ramón Llull, *Op. cit.*, 48

<sup>295</sup>ALMUQAFFA, Ibn. *Kalila e Dimna*, *Op. cit.*, p. 57-58.

<sup>296</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. La tradició animalística en la literatura catalana medieval, *Op. cit.*, p. 551.

discurso, que estende sua influência sobre as engrenagens sociais que se operam e manuseiam os capítulos que se insere. A palavra assume, em ambas as obras, a função de arma do conflito<sup>297</sup>. É através da linguagem que se destacam a fraqueza dos reis, o gerenciamento das consciências, a representação da ganância, o raciocínio persuasivo e a preeminência da astúcia sobre a força.

A astúcia, em alguns casos, se mostra muito mais eficaz do que a força. Todo problema do conflito gira em torno da astúcia e sua aplicação, mas é verdade que também enfrenta, com razão, o papel dominante da problemática de ofício do conselheiro do rei. No *Calila e Dimna* as razões do conflito no capítulo VI são devido ao confronto entre as corujas e os corvos, cuja inimizade se deve à recusa destes últimos para eleger uma coruja como rei dos pássaros. As razões para tal recusa são claramente expressas:

Disse o corvo: “mesmo que todas as aves desaparecessem e se extinguissem os pavões, os patos, as pombas e os grou, vós não vos deveríeis obrigar a ungir como rei um corujão, a mais horrorosa das aves, a mais infame, a menos inteligente, a mais colérica e a mais impiedosa, além de seus crônicos padecimentos e sua cegueira diurna, tudo isso sem contar suas péssimas disposições. Nenhuma ave suporta aproximar-se de um corujão, mercê de sua grosseria, fedentina e mau-caráter. A não ser que pretendais escolhê-lo como rei sem, contudo, depender de suas disposições em questão alguma, uma vez que até mesmo o rei ignorante, caso seja acessível e sejam bons os seus cortesões e vizires, resolverá os problemas e manterá firme seu reinado, tal como fez a lebre que, alegando embora ser a lua o seu rei, agia conforme seu talante<sup>298</sup>.

Em outras palavras, a coruja não reflete as características necessárias para um monarca governar uma comunidade sem dignidade. Os adjetivos usados na descrição dos limites da coruja são indicativos e podem ser agrupados em duas especificidades: falta de habilidades morais (bruto, dotado de um caráter vingativo) e falta de requisitos físicos necessários (não vê de dia e não se apresenta bem fisicamente). Entre as peculiaridades negativas, existem algumas das naturezas de caráter que são, então, ainda pior para o papel que é chamado a desempenhar<sup>299</sup>.

Tendo explicitado sua contrariedade contra a eleição da coruja, com apontamentos objetivos e transparentes, um colapso nas relações entre as aves se estabelece, fomentando um conflito que prejudica os corvos. Em face dos ataques organizados pelos corvos contra as corujas, o rei solicita uma reunião onde os sábios da comunidade são convocados para solucionar as causas do conflito. Uma das

<sup>297</sup>LALOMIA, Gaetano. La rappresentazione del conflitto nel *Calila e Dimna*, *Op. cit.*, p. 254.

<sup>298</sup>ALMUQAFFA, Ibn. *Kalila e Dimna*, *Op.cit.*,p. 144-145.

<sup>299</sup>LALOMIA, Gaetano. La rappresentazione del conflitto nel *Calila e Dimna*, *Op. cit.*, p. 248.

propostas reconhecia a superioridade das corujas, considerando seu número e sua força mas, em contrapartida, o corvo propõe a resolução do conflito através da figura da escamoteação, ou seja, onde o artifício usado é o engano, isto é, para fazer as corujas acreditarem que o corvo em questão passou para o lado dos inimigos. Depois de ser espancado por seus próprios, ele é levado perante o rei coruja e consegue convencê-lo de que ele, como conselheiro, propôs submeter as corujas ao invés de lutar contra eles ou fugir daquela comunidade. Também convenceu o rei de que tal conselho foi lido pelos corvos como um sinal de traição e por isso eles o venceram. É neste ponto que dentro da comunidade de corujas há um conflito extra entre os conselheiros e o rei que não acreditam na lealdade do corvo. A disputa ocorre através de pequenas narrativas destinadas a provar ao rei a necessidade de matar o inimigo.

Uma vez que ele conseguiu se inserir na comunidade de corujas e ser aceito, o corvo terá que avançar para o próximo estágio de seu plano, que busca convencer as corujas de seu desejo de vingança para com os corvos. Suas palavras são persuasivas. Afirmar querer transformar-se para alcançar seu objetivo “e então rogarei a Deus que me transforme em um corujão; quem sabe assumindo a forma de corujão, possa vingarme de meus inimigos, satisfazendo assim essa sede”<sup>300</sup>. Permanecendo na comunidade das corujas, o corvo aprende todos os seus segredos e objetivos estratégicos e, em seguida, relata com sucesso aos outros corvos, resultando na vitória final desses contra as corujas. A derrota final das corujas é resultado da incapacidade de seu rei em ouvir seus conselheiros. O conto tem por essência ensinar a aplicar, para bons propósitos, a *astúcia*, mas também se dedica a conceder um exemplo do que pode acontecer quando um rei não direciona sua atenção aos seus conselheiros<sup>301</sup>. Evidencia-se com precisão seu propósito quando, ao retornar a sua comunidade, o corvo ressalta para seu rei e os conselheiros deste que no reino adversário, tais funções eram frágeis:

[...] não vi entre eles um único inteligente, com exceção daquele que sugeriu minha morte; eram de parecer muito débil; não avaliaram o meu caso, nem se lembraram de que eu era detentor de uma boa posição ante o rei dos corvos, ou que eu era arrolado entre os dotados de bons pareceres. Assim, não se recearam de meus ardis e artimanhas. Embora aquele conselheiro de arrojado parecer lhes referisse o fato, recusaram seu conselho; ou seja, nem entenderam as coisas por si mesmos, nem aceitaram o conselho dos dotados de bom parecer; não se precaveram contra mim, nem esconderam seus segredos de modo que eu não os pudesse descobrir. E já se dizia: o rei deve conservar seus segredos e assuntos bem distantes daqueles que lhe forem suspeitos, não os deixando aproximarem-se do lugar onde deposita seus

<sup>300</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op.cit.*,p. 157.

<sup>301</sup>LALOMIA, Gaetano. La rappresentazione del conflitto nel Calila e Dimna, *Op. cit.*, p. 250.

segredos, assuntos e escritos, nem de suas armas, nem de sua comida e bebida, nem sequer da água dos recipientes que usa para lavar-se, dos almofadados em que se senta, dos mantos que veste, dos animais que monta, dos remédios que toma, da coroa de murta que põe na cabeça, do perfume que utiliza, das insígnias que carrega, enfim, qualquer coisa que lhes permita alguma proximidade. O rei não deve dar confiança senão àqueles em cuja confiabilidade tenha plena certeza<sup>302</sup>.

A premissa do conflito no de *El Libro de las Béstias* vem de encontro ao confronto de Llull com a questão do domínio e sua perpetuação com o governo e a justiça. Há na obra dois fios que é necessário distinguir. O primeiro fio da obra trata da primeira questão, o domínio. Explica que a coroa pertence ao Leão porque o poder político é naturalmente a expressão de uma força que, por meio do seu exercício efetivo ou do medo, conseguiu obter a submissão. De acordo com essa perspectiva, o poder que triunfa ao final da obra é um poder que se baseia na força bruta e que consegue se impor graças à associação a uma outra força puramente técnica, a da astúcia, que lhe permite não cair nos enganos alheios. Ramón deixa bem claro não só a razão porque o Leão tem o poder, mas também que se acaba mantendo, não porque o exercício desse poder é realizado apenas por seus súditos<sup>303</sup>. Como visto anteriormente, o Leão que conserva o poder é visto por seus súditos como intemperante:

Toda a multidão reunida na praça, cheia de desânimo e profundamente triste, não podia desculpar o rei de tal crime horrendo e todos eles sentiram o desejo de submeter-se ao poder de outro monarca, considerando os grandes perigos aos quais um povo seria exposto aos desejos de um rei injusto, dominado pela raiva, traidor e assassino<sup>304</sup>.

O Elefante que associa a *maestria* que partilha com a raposa e a força do Leão para salvá-lo, mais do que por uma lealdade visceralmente sentida para com o seu “senhor natural”, porque calcula que a obediência pode garantir a sobrevivência em detrimento da traição. Essa lealdade renunciada origina um cenário na qual prevalece o bom governo graças ao “excluído” súdito: o triunfo da astúcia do Elefante sobre a astúcia da raposa.

Outro fio se concentra na questão do governo e sua justiça e injustiça que irrompe, sobretudo, através do conselho que os membros da corte oferecem ao Leão por meio da narração de fábulas e exemplos. É importante salientar que não há nenhum personagem na obra que não esteja tão preocupado com o regimento do novo rei como Dona Raposa. Simultaneamente, dá conselhos piedosos ao rei quando este está presente,

<sup>302</sup>ALMUQAFFA, Ibn. Kalila e Dimna, *Op.cit.*,p. 159-160.

<sup>303</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 166.

<sup>304</sup>LLULL, Ramón. El Libro de las Béstias, *Op. cit.*, p. 68.

mas critica o mau governo deste e os maus conselheiros quando não estão presentes. Llull tem o prazer de explicar o caráter trapaceiro da raposa através de suas mostras de preocupação e críticas. Um dos primeiros a esmorecer é o Boi que ao retornar do exílio, ouve um exemplo que conclui a lição que, se o regime do Leão é como o descrito pela raposa, isto é, um mau regime, com um mau rei e conselheiros, é melhor estar com pastores que guardam as ovelhas dos lobos do que com o pastor que mata suas ovelhas e lhe dá aos lobos. É a única aparição da metáfora pastoral de governo no *El Libro de las Béstias*<sup>305</sup>.

Deve-se notar, no que se refere a este último o uso da metáfora pastoral, Félix que, assistindo aos fatos que se explicam na obra, aprendeu que há súditos astutos que podem favorecer com seus enganos o surgimento do discurso sobre o pastor convertido em lobo para buscar a adverção dos reis, a quem corresponde a principal responsabilidade pelo mau regimento do mundo. Mas se deve apontar que, embora seu diagnóstico seja preciso aos olhos de Llull, Félix no *El Libro de las Béstias* aprendeu mais sobre como não cair nas armadilhas do engano e sobre a atuação de um bom governo, exceto pelo fato que este governo tem, entre suas condições de possibilidades que o rei saiba governar a si mesmo e, acima de tudo, que ele tenha ao seu lado bons conselheiros.

O princípio do conflito é um dos principais fundamentos que articulam ambas as obras. Ramón conhecia bem *Calila e Dimna* e como conclusão das concomitâncias mais importantes entre o fabulário árabe e a obra luliana, se assinala os pontos seguintes. *El Libro de las Béstias* é uma obra original que apresenta assimilações de contos procedentes, principalmente, de uma obra de tradição oriental. *Calila* é um manual para reis, bem como *El Libro* que é concebido e destinado para os que conhecem as dificuldades que permeiam o ofício, embora na configuração inicial a obra árabe tenha um prefácio introdutório onde um sábio e um rei mantêm um diálogo à base de perguntas e respostas onde o sábio, detentor do conhecimento das diferentes apologias animais, auxilia com os exemplos o jovem rei inexperiente. Na obra luliana, os animais não necessitam do quadro humano introdutório, somente Félix permanece espectador e por si mesmos desenvolvem a ação<sup>306</sup>.

<sup>305</sup>SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors, *Op. cit.*, p. 167-168.

<sup>306</sup>PASCUAL, Llúcia Martín. Algunas consideracions sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramon Llull i l'original oriental, *Op.cit.*, p. 93-94.

As fábulas do *El Libro de las Béstias* representam um tipo de *exemplum* bem diferente daqueles utilizados por Llull ao longo de todo o Livro das Maravilhas e em suas demais obras. O exemplo luliano é original, não sendo encontrado qualquer referência a uma tradição literária anterior. Essa falta de tradição na obra de Ramón Llull não é de se estranhar já que o beato cria, a *priori*, toda uma metodologia que lhe permite desenvolver sua peculiar ordenação do mundo a partir de raciocínios lógicos irrefutáveis com os quais poderia demonstrar a veracidade da fé cristã<sup>307</sup>.

---

<sup>307</sup>IDEM, *Ibidem*, p. 84-85.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Quando, ao final de uma das tantas aulas da graduação que tive, voltei à sala com um pedido de “socorro” ao meu antigo orientador, não imaginava o que os anos a seguir significariam para mim. Naquela noite, descobrir Ramón Llull me trouxe a projeção de uma vida acadêmica que ainda não tinha sido delineada com clareza. A objeção de continuar minha pesquisa monográfica que, mesmo com uma problemática de interesse, tinha em mim uma conexão frágil com o objeto de estudo. Ao abraçar o conselho de procurar sobre *El Libro de las Béstias* me foi dada a oportunidade de estudar mais do que um bestiário político. É claro que, ao propor debruçar-me sobre um panorama tão longínquo, o caminho trilhado se mostrou pedregoso e sinuoso, cujas cicatrizes marcam as inúmeras mudanças de perspectiva resultantes das relações estabelecidas com a própria obra e seu criador. Não tinha compreensão do árduo trabalho que se seguiria e, tampouco, do sentimento gratificante que o acompanhava.

Ramón Llull não se estendeu pelos ventos do tempo arbitrariamente. Seja por sua formação atípica e multicultural, seja por seu projeto de unicidade sociorreligiosa, foi em sua condição límpida de enxergar, compreender e refletir o seu mundo que o trouxe à contemporaneidade em meio aos desgastes da história. *El Libro de las Béstias* foi a bússola em meio aos dias e noites que se estenderam desde o princípio dessa jornada, alicerçando respostas e problematizações que se revelaram e ampliaram o espaço para incursões futuras.

Se em vida foi duramente criticado por suas ideias díspares, seu legado é inegável. Atemporal, a obra llulliana é ambiciosa a começar por seu mentor. Em meio as nuances descritivas sobre o reino de Bestas, encontramos as experiências de Llull nos mais variados momentos de sua vida; desde seus anos em Maiorca, suas vivências na corte de Jaime II, sua conversão e abandono do seu antigo Eu em virtude do missionário e provedor da fé, até seus propósitos sociais e políticos e seu encontro com a cristandade fora dos limites geográficos tão bem conhecidos. A narrativa de Ramón Llull, a olhos desatentos, pode delinear-se como uma história despretensiosa de uma sociedade de bestas que desejam eleger um rei. Mal sabem tais olhos, enganosos, que nestas linhas descortinam-se ao leitor uma estrutura narrativa bastante complexa sobre as minúcias do saber atuar no âmbito de poder e os perigos que desfilam nos centros de governo. Ramón conhecera as duas faces desta moeda. A face dos vícios e dos excessos, que

circundavam a Corte e degradavam a existência e a face das virtudes e das dignidades divinas, que elevavam o espírito para próximo de Deus. Vivenciou-as ao longo de seus oitenta e quatro anos. Em *El libro de las Béstias* muitos dos seus exemplos e narrativas incorporam, não apenas a premissa sobre a importância do conselho, mas o essencial da doutrina do poder, alicerçado nos princípios lulianos que sedimentam essa construção filosófico-literária e cujas raízes penetram nas qualidades intrínsecas ao ofício do príncipe que, através de si, se estendem a todo corpo social.

Ramón ofereceu ao leitor o seu diagnóstico do estado da sociedade em fins do século XIII, no qual o lugar do conselho em sua concepção de governo é incontestável. Segundo seu delineamento, são os governantes os agentes causadores do desequilíbrio do mundo, sejam por suas próprias ações ou pelas influências externa de seus conselheiros. Uma simples análise do livro nos possibilita refletir sobre como a sociedade humana se afastou dos ensinamentos de Deus em meio aos pecados que a cercam e se deixou governar por seus instintos, subjugando a imagem d'Ele em detrimento de sua própria. Seu discurso político tem por finalidade dirigir-se aos príncipes e, ao lembrá-los de seus deveres, incitá-los a restabelecer a ordem. Como em todas as fábulas animalísticas, opera-se a oposição entre os discursos que se canalizam no texto: o superficial e o profundo. O discurso superficial entretém os leitores e os satisfazem com suas ficções protagonizadas por bestas falantes. O discurso profundo só está ao alcance dos sábios que, com paciência, quebram a casca para atingirem o fruto; os segredos do rei, segredos sobre a parte animal da político veladas nas ações e palavras fictícias.

A antropologia e sociologia de *El Libro de las Béstias* implicam em uma ética das virtudes, cuja dialética tem por núcleo central a nobreza, lealdade e justiça frente à deslealdade e traição<sup>308</sup>. A isto, o filósofo maiorquino expressa em Dona Raposa e na corte dos Homens, aqueles que anseiam pelo poder e que se desviam do caminho do bem ao adentrarem completamente no erro e na perversão. As ordens naturais sempre intervêm, expelindo a injustiça e expondo as intenções desviantes que levam ao fracasso e derrota.

Os animais são reflexos de um sistema de valores, de modos de pensamento e de sensibilidades, de saberes e uma simples análise da obra possibilita a reflexão sobre a aprendizagem que os homens podem ter através destes, que usam suas aptidões em

---

<sup>308</sup>RAMÍ S I SERRA, Pere. *Llibre de les Bésties: El Príncipe y la Sociedad*, *Op. cit.*, p. 163.

correlação com suas qualidades naturais<sup>309</sup>. “Todas as criaturas são filhas de Deus” (Rm 8:21) e Ramón as considerou como sinais da inteligência e bondade Dele. Por isso, eles tinham de ser estudados e respeitados, pois eram vestígios do Criador, independente das imperfeições inerentes aos seus seres, suscetíveis a incorrer ao mal, um desvio do bem e do ser.

A absorção e usufruto de Llull do patrimônio de culturas ancestrais percorrida durante séculos entre sociedades orientais e ocidentais distintas e com características particulares para os diferentes contextos literários e tradicionais, nos mostra a originalidade do maiorquino na introdução dessa longínqua herança em sua obra. A aplicação dos contos do *Calila e Dimna* não ocorre de forma irrefletida; seus fundamentos estão em uníssono com o objetivo do maiorquino: o zelo com a arte de governar. Contudo, o caráter interiorizado do fabulário árabe, refletido na amizade, confiança e no sensível viés que sustentam sua premissa diferem profundamente da personalidade crua e incisiva na qual Llull concebe seu espelho reflexivo do governo dos homens. Despe-se do emotivo arrependimento do Leão após a morte do Boi, do remorso de Dimna para dar espaço ao urro estrondoso que ceifa a vida de Dona Raposa em um ato que simboliza a restituição do discernimento em meio aos velhos hábitos. Llull se dedica à parte “animal” que anuvia as práticas de governo, suas responsabilidades de execução perante seus súditos mas, principalmente, perante si mesmo.

---

<sup>309</sup>JÍMENEZ, Júlia. Sobre el escandaloso “Llibre de les Bésties” de Ramón Llull e su audiència, *Op. cit*, p. 19.

## REFERÊNCIAS.

### 1. FONTES.

**BÍBLIA DE JERUSALÉM.** São Paulo, Paulus, 2013.

IBN ALMUQAFFA. **Kalila e Dimna.** Ibn Almuqaffa; tradução, organização, introdução e notas de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo, São Paulo: Biblioteca Martins Fontes, 2005.

LLULL, Ramón. **El Libro de las Béstias.** Tradução: Geroni Rosseló. Barcelona: Teorema, 1983.

LLULL, Ramon. **Vida Coetânea.** Tradução Ricardo da Costa; revisão Alexander Fidora; supervisão Fernando Domínguez Reboiras, publicada na Internet: <http://www.ricardocosta.com/vita.html>.

LLULL, Ramón. **Vita Coetanea/A Contemporary Life/Vida coetânea/Vida coetània.** Edição de Antonio Cortijo Ocaña. Califórnia: John Benjamins Publishing Company, 2017.

LÚLIO, Raimundo. **O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276).** Raimundo Lúlio; tradução do catalão, introdução e notas de Esteves Jaulent. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

### 2. BIBLIOGRAFIA.

ÁLVARO, César González. El Llibre d'amic e amat e El Llibre de les Béstias de Ramón Llull: una propuesta de lectura comparada. **Revista de Lengua e Literatura Catalana, Gallega y Vasca**, vol. XXII, p. 41-62, 2017.

ARIÉS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **História Nova.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 153-175.

AMARAL, Ronaldo. A Cosmovisão simbólica medieval e sua aplicação para a animalidade. **PROMETHEUS**, nº28, set./nov., 2018, p. 271-286.

ANÔNIMO. **O Leão e o chacal mergulhador.** Tradução por Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2009.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal.** Lisboa: Edições 70, 1987.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos:** O caráter sobrenatural do poder régio na França e Inglaterra. Prefácio Jacques Le Goff; tradução Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BONNER, Anthony. L'apologética de Ramon Martí i Ramon Llull da vant de l'islam i del judaisme. **Actes de les I Jornades de Filosofia Catalana**, Girona, 25-27 de abril de 1988.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

CHAMBEL, Pedro; MIRANDA, Adelaide. (coord.). **Bestiário Medieval**: Perspectivas de abordagem. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014.

CHIMENTO, Francesca E. Il Félix e la Teoria Política de Raimondo Lullo: Spunti di riflessione. In: ARNAS, Pedro Roche (Org.). **El pensamiento político en la Edad Média**. Fundación Ramón Areces, Madrid, p.391-400, 2010.

COSTA, Ricardo da. A ética da polaridade de Ramón Llull (1232-1316): o conhecimento necessário dos vícios e virtudes para o bom cumprimento do corpo social. In: COSTA, Marcos Roberto N; DE BONI, Luis A. (orgs.). **A Ética Medieval face aos desafios da contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004.

COSTA, Ricardo da. **A novela na Idade Média**: o Livro das Maravilhas (1288-1289) de Ramón Llull, 2009.

COSTA, Ricardo da. O pensamento político no final do século XIII: A imagem do Príncipe Tirano na Árvore Imperial de Ramón Llull. **Dimensões 11- Revista de História da UFES**. Vitória: UFES, 2000, p. 349-364.

CURTIS, Ernst Robert. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. 2º edição. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, F. Idea y estructura de La Vita Raymundi Lulli. **Studia Lulliana**, nº27 (1), p. 1-20, 1987.

DOMÍNGUEZ REBOIRAS, Fernando. La España Medieval, Frontera de la Cristandad. **Revista Notandum**, nº 27, p.75-88, 2011.

DUBY, George. **As Damas do século XII**. Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DUBY, George. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1994.

DUBY, George. **Idade Média na França (987-1460)**: De Hugo Capeto a Joana D'Arc. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ECO, Umberto. **Idade Média**: Bárbaros, cristãos e muçulmanos. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2010.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Eva Barbada**: Ensaios de Mitologia Medieval. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. História, literatura e imaginário: um jogo espetacular. O exemplo medieval da Cocanha. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBI, Márcia V.Z.; JUNQUEIRA, Renata Soares. **Sobre as Naus da Iniciação**: Estudos portugueses de Literatura e História. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 271-286.

GARCÍA FRITZ, F. Las minorías religiosas y la tolerancia en la Edad Media hispánica: ¿Mito o realidad?, In: SANJUAN, Alejandro García. (ed.), **Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media**. III Jornadas de Cultura Islámica, Universidad de Huelva Publicaciones, p. 13-53, 2003.

GUICHARD, Pierre. Islã. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 633-649.

HILLGARTH, J. Vida i Impotència de Ramon Llull em el contexto del segle XIII. **Anuario de Estudios Medievales**, nº26, p. 967-978, 1996.

HOYOS, Xavier Bonillo. La traducción francesa medieval del *Libro de maravillas* de Ramon Llull (fr. 189 de la BNF) y su relación con la tradición manuscrita catalana. **Revista de Lengua e Literatura Catalana, Gallega y Vasca**, vol.XX, p.15-40, 2015.

JAULENT, Esteves. Introdução. In: LÚLIO, Raimundo. **O livro do gentio e dos três sábios (1274-1276)**. Raimundo Lúlio; tradução do catalão, introdução e notas de Esteves Jaulent. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

JAULENT, Esteves. Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris: a cruzada e a luta contra o averroísmo. In: Raimundo Lúlio. **Escritos Antiaverroístas (1309-1311)**: Do nascimento do menino Jesus; Livro das lamentações da filosofia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

JÍMENEZ, Júlia. Sobre el escandaloso “Llibre de les Béstias” de Ramón Llull e su audiència. **Espacio, Tiempo y forma**. Serie III, t.17, p.79-94, 2004.

JÍMENEZ, Julia Butiña. El Libre de les bèsties de Llull y el comportamiento político. In: **Actas del V Congreso SOFIME sobre pensamiento político en la Edad Média**. Universidad de Alcalá; coord. P. Roche. Fund. Ramón Areces, Madrid, p. 321-332, 2010.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**: Um estudo sobre a teologia política medieval/tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LALOMIA, Gaetano. La rappresentazione del conflitto nel Calila e Dimna. **Actas del XXI Congreso Aiuspi**: Acti del XXII Convegno Aiuspi/ coord. P. Antonella Cancelier, Maria Catarina, Laura Silvestri, vol.I, 2006, p. 239-266.

LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, J.; NORA, Pierre. (orgs.). **História**: Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.68-83.

LE GOFF, Jacques. Maravilhoso. In: LE GOFF, J.; J-C.SCHMITT. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2002.

LE GOFF, Jacques. (org.). **O Homem Medieval**. Tradução Maria Jorge Vitar de Figueredo. Editorial Presença, Lisboa, 1989.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 2019.

LEWIS, Bernard. **Os árabes na História**. Lisboa: Estampa, 1990.

MACCOBY, Hyam. **O Judaísmo em Julgamento**: Os debates judaico-cristãos na Idade Média. Tradução Laura Rumchinsky; revisão Jayme Salomão, Monique Balbuena e André Cardoso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996.

MIATELLO, André Luis Pereira. Pregação e Cavalaria no processo de expansão da cristandade latina: o papel da *Ordem da Milícia* de Ramón Llull (1232-1316). **Horizonte**, Belo Horizonte, v.15, n.48, p. 1151-1190, 2017.

MONTANARI, Massimo. Alimentação. In: LE GOFF, J. & SCHMITT, J. C. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 35-46.

MONTANARI, Massimo. Os camponeses, os guerreiros e os sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação. In: FLANDRIN, Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p.293-299.

PARDÓ PASTOR, Jordi. “Diálogo inter-religioso” ou “diálogo aparente” durante a Idade Média hispânica: Ramón Llull (1232-1316). Conferência proferida no Centro de Cultura Judaica – Casa de Cultura de Israel. São Paulo, 28/07/2004. Transcrição de Marcelo Pereira Lima.

PARDÓ PASTOR, Jordi. La Natureza humana en Ramón Llull el pequeño mundo del hombre. **Revista Española de Filosofía Medieval**, nº13, p. 59-68, 2006.

PASCUAL, Lúcia Martín. Algunes consideracions sobre la relació entre les faules del *Llibre de les Bésties* de Ramón Llull i l’original oriental. **Catalan Review**: International journal of Catalan culture, v.11, n.1-2, p. 83-112, 1997.

PASCUAL, Lúcia Martín. **La tradició animalística en la literatura catalana medieval**. Alacant, 1996.

PASTOUREAU, Michel. **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. 1ª ed. Buenos Aires: Katz, 2006.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAMÍIS I SERRA, Pere. Llibre de les Bésties: El Príncipe y la Sociedad. **Studia Lulliana**, nº31, p. 149-165, 1991.

RIERA-MELLS, Antoni. Sociedade feudal e alimentação (séculos XII-XIII). In: FLANDRIN, Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 387-408.

RUBIÓ I BALAGUER, J. **Ramón Llull i el lullisme**. Barcelona, Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya. Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1985.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

SACHO CASABÓN, A.I. Los cargos de mayordomo, senescal y *dapifer* en el reinado de Alfonso II de Aragón. **Aragón en la Edad Media**, nº08, 1989.

SÁNCHEZ, Esteban Sarasa. Aragón y su intervención militar en el Mediterráneo medieval. Militar: **Revista de Cultura Militar**. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, n.º 12, p. 31-48, 1998.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. (coord.). **Bancos de dados dos santos ibéricos (século XI ao XIII)**. Coleção Hagiografia e História, vol.02. Rio de Janeiro, PEM, 2012.

SIMON, Josep Maria Ruiz. De guinéus, lleons, llops i pastors: domini i govern en el pensament polític de Llull. **Quaderns d'Italia**, v.18, p. 157-178, 2013.

SOLER, Josep Maria Ruiz Albert. Vida, pensament i contexto de Ramon Llull. **Catalan Historican Review**, nº1, 195-209, 2008.

VARANDAS, Angélica. A Idade Média e o Bestiário. **Medievalista**, ano 2, número 2, 2006. Revista on-line da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: < <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>>.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII ao XIII)**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

VERNET, Juan. **Literatura Árabe**. Barcelona: El Acanilado, 2002.

ZUMTHOR, Paulo. **A Letra e a Voz: A “literatura” medieval**. Tradução Amálio Pinheiro; Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.